

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**Irene Ferreira da Silva**

**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE NO ENSINO  
FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**São Caetano do Sul - SP  
2022**

**IRENE FERREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE NO ENSINO  
FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional - da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.**

**Área de concentração: Formação de Professores e Gestores**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade**

**São Caetano do Sul – SP  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Irene Ferreira da

Educação sexual e sexualidade no ensino fundamental - anos iniciais : desafios e perspectivas / Irene Ferreira da Silva. – São Caetano do Sul: USCS, 2022.

206 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade.

Dissertação (mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional, 2022.

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Ensino fundamental (anos iniciais). 4. Formação docente. 5. Práticas pedagógicas. I. Título. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul  
Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa  
Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação  
Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda  
Profa. Dra. Ana Sílvia Moço Aparício**

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Profa. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade - Orientadora (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Profa. Dra. Elizabete Cristina Costa Renders – 1º membro interno (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)

Profa. Dra. Marli Amélia Lucas de Oliveira – 1º membro externo (Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia Do Sudeste De Minas Gerais - Campus Barbacena)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter possibilitado a oportunidade de aprendizado nesta vida. E aos meus pais por aceitaram o desafio de me receber como filha, sendo minha fonte de valores e exemplo dos quais me constituo.

Ao meu filho Rafael Giuliani, com quem aprendi a amar incondicionalmente, sendo motivada a seguir em frente, mesmo diante das adversidades.

Ao meu esposo, amigo e companheiro de todas as horas, Carlos Luiz Pasquali, que além do incentivo e da paciência nessa empreitada, foi o responsável pelo árduo trabalho das transcrições nessa pesquisa.

A minha cunhada, amiga e irmã de coração, Marta Pasquali, que tem sido uma referência profissional caminhando ao meu lado, desde a ideia inicial.

Agradeço também a minha orientadora, Profa. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade, por ter acreditado no tema que escolhi, e, por ser meu exemplo de docência, sempre deixando evidente que o diálogo e o afeto devem permear qualquer situação.

A Diretora Fernanda Ceretti, exemplo de dedicação e competência de gestão escolar e que desde o início possibilitou e contribuiu com minha pesquisa de campo.

Um carinho especial as sete professoras que atuaram como participantes de pesquisa, por compartilharem seus saberes, pois sem elas, não seria possível concluir esse estudo.

A querida amiga Rafaela Cordeiro Gama, parceira de trabalho e de ideais, que me indicou para a participação em grupos de formação e estudos oportunizados pelo Grupo de Estudos em Educação Sexual (EDUSEX) que é constituído por um grupo de professores e professoras que são fontes de referência para minha atuação profissional e para o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, as crianças, que desde o meu ingresso no magistério, tem o dom de despertar a criança que um dia fui, e que me fazem rememorar momentos deliciosos da minha infância. São suas falas espontâneas, expressões, descobertas, risos, brincadeiras imaginárias... que me fortalecem e impulsionam a continuar estudando sempre.

**“A sexualidade como possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fecharmos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se o tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente” (Paulo Freire, 1993).**

## RESUMO

O problema de pesquisa tem origem na dificuldade que se enfrenta em tratar de temas como educação sexual e sexualidade no contexto educacional. Diante desse obstáculo foi formulada a seguinte pergunta: sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, quais as dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por ele no ensino dos conteúdos que tratam da temática “sexualidade” e “educação sexual”? Assim, o objetivo geral foi investigar e analisar as dificuldades, os obstáculos e desafios enfrentados pelo professor ao discutir os temas como “sexualidade” e “educação sexual” em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho descritivo-analítico, cujo campo de pesquisa foi uma escola municipal situada no Grande ABC Paulista. A fundamentação teórica aprofundou os conhecimentos sobre sexualidade e os conceitos que a integram, tendo como norteadores autores como Foucault, Louro, Suplicy, Figueiró, Ribeiro, Melo, Carvalho dentre outros. A pedagogia da sexualidade, as dificuldades para abordagem e a prática pedagógica, as autoras Figueiró, Melo e Carvalho. Com relação à postura pedagógica frente as relações professor-aluno-aprendizagem nos apoiamos em estudos de Freire e Lerner. A coleta de dados foi realizada por meio de ambiente virtual, com a aplicação de questionários e entrevistas. As participantes do estudo foram sete professoras que atuam no Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Com a análise dos dados que foram gerados na pesquisa, constatamos que a maioria dos professores tem concepções sobre a temática associadas ao campo fisiológico, sendo os demais aspectos que compõem a sexualidade ignorados, com por exemplo, as questões sobre diversidade e gênero. Isso evidencia que o problema é vivenciado na sociedade, e conseqüentemente, seus reflexos são potencializados na escola. Inferimos com as narrativas das participantes que existe uma falta de formação para a compreensão sobre o que significa os conceitos que integram a sexualidade. As dificuldades apontadas como mais relevantes foram: a reação e aceitação das famílias, as questões religiosas, a falta de formação inicial e continuada, a ausência de parceria da equipe gestora e da rede de ensino. Como possibilidades e ações que podem contribuir para a prática pedagógica foram: ter acesso à materiais específicos e formação no horário da jornada de trabalho. Concluímos que temáticas que tratam da educação sexual e da sexualidade deveriam estar previstas na formação continuada, no planejamento escolar, por meio de projetos intencionais, como forma de viabilizar intervenções pedagógicas positivas, pois, a compreensão da sexualidade como parte indissociada do ser humano, ainda não é um consenso. Inferimos que apesar dos apontamentos das participantes sobre entraves pessoais relacionados aos mitos e tabus construídos socialmente, precisamos reconhecer que a potência dessa discussão está na escola, ambiente propício para se construir o conhecimento científico. Nesse sentido, a educação sexual emancipatória é um convite para a desconstrução de preconceitos, visando ultrapassar as desigualdades historicamente produzidas. Por último, como produto final apresentamos um primeiro esboço do material didático, que posteriormente será um e-book, com foco na formação do professor.

**Palavras-chave:** educação sexual; sexualidade; ensino fundamental anos iniciais; formação docente; práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

The research problem originates from the difficulty faced when dealing with themes such as sexual education and sexuality in the educational context. In face with this obstacle, the following question was formulated: from the perspective of an Elementary School teacher, what are the difficulties, obstacles and challenges faced in teaching contents related to the themes “sexuality” and “sex education”? Thus, the general objective was to investigate and analyze the difficulties, obstacles and challenges faced by the teacher when discussing topics such as “sexuality” and “sex education” in the classroom. This is a qualitative research of a descriptive-analytical nature, whose field of research was a municipal school located in the Greater ABC Paulista. The theoretical foundation deepened the knowledge about sexuality and the concepts that integrate it, guided by authors such as Foucault, Louro, Suplicy, Figueiró, Ribeiro, Melo, Carvalho, among others. For pedagogy of sexuality, the difficulties to approach and the pedagogical practice, we used the authors Figueiró, Melo and Carvalho. Regarding the pedagogical attitude towards teacher-student-learning relationships, we relied on studies by Freire and Lerner. Data collection was carried out through a virtual environment, with the use of questionnaires and interviews. The participants of the research were seven teachers who work in Elementary School. With the analysis of the data, we verified that most of the professors have conceptions about the theme associated with the physiological field, while the other aspects that constitute sexuality are ignored, for example, the questions about diversity and gender. This shows that the problem is experienced in society, and therefore, its consequences are enhanced at school. We infer from the narratives of the participants that there is a lack of training to understand the meaning of the concepts that integrate sexuality. The difficulties identified as most relevant were: the reaction and acceptance of families, religious issues, lack of initial and continuing training, lack of partnership between the management team and the teaching network. As possibilities and actions that can contribute to the pedagogical practice, the subjects mentioned: having access to specific materials and training during working hours. We conclude that themes dealing with sexual education and sexuality should be included in continued education for the school staff, in school planning, through intentional projects, as a way of enabling positive pedagogical interventions, since the understanding of sexuality as an inseparable part of the human being, still is not a consensus. We infer that despite the notes on personal obstacles related to socially constructed myths and taboos, we need to recognize that the power of this discussion is at school, a favorable environment for building scientific knowledge. In this sense, emancipatory sex education is an invitation to deconstruct prejudices, aiming to overcome historically produced inequalities. Finally, as a final product, we present a first draft of the didactic material, which will later be made into an e-book, focusing on teacher training on sexual education and sexuality.

**Keywords:** sex education; sexuality; elementary school; teacher training; pedagogical practices.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de Teses e Dissertações: Educação Sexual no E.F. ....	25
Quadro 2 - Marcos históricos.....	41
Quadro 3 - Atendimento especializado específico .....	92
Quadro 4 - Perfil das participantes .....	94
Quadro 5 - Concepção das participantes.....	97
Quadro 6 - Categorias de análise .....	99
Quadro 7 - Componente Curricular História.....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
HPV	Human Papiloma Vírus
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo e + para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TCLE-e	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Eletrônico
UE	Unidade Escolar
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNPAMPA	Universidade Federal do Pampa
WAS	World Association for Sexual Health
Art.	Artigo

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL.....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 PESQUISAS CORRELATAS.....</b>	<b>24</b>
2.1 O que encontramos .....	24
<b>3 EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA. 40</b>	
3.1 Contexto histórico da Educação Sexual no Brasil.....	40
3.2 Alguns conceitos que tratam de sexualidade.....	62
<b>4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>78</b>
4.1 O ambiente familiar .....	78
4.2 O ambiente escolar .....	79
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>87</b>
5.1 A escolha do método e dos procedimentos de pesquisa .....	87
5.2 Local da pesquisa .....	89
5.2.1 Perfil da escola .....	90
5.2.2 Os participantes da pesquisa .....	93
<b>6 CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE.....</b>	<b>99</b>
6.1 Educação sexual e sexualidade na sala de aula .....	107
6.2 Educação sexual e sexualidade no currículo .....	123
<b>7 PRODUTO: EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: É POSSÍVEL ESSA ABORDAGEM NA ESCOLA? .....</b>	<b>139</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>191</b>
<b>Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE-e) .....</b>	<b>197</b>
<b>Apêndice B – Questionário.....</b>	<b>200</b>
<b>Apêndice C – Roteiro para entrevista .....</b>	<b>202</b>
<b>Apêndice D – Autorização de pesquisa da Rede de Ensino .....</b>	<b>204</b>
<b>Apêndice E – Carta de esclarecimento a equipe gestora .....</b>	<b>205</b>



## MEMORIAL

Minhas memórias me levam aqueles que são os responsáveis por minha constituição enquanto pessoa, a base mais sólida, o porto seguro, a quem sou grata pelo desprendimento que me dedicaram, meus amados pais.

Volto a minha infância, onde brinquei na rua de terra vermelha, em um tempo em que havia espaço para correr, cair, esfolar do dedão do pé até a ponta do nariz, de inventar brinquedos e brincadeiras. Mas, também lembro de sentir muito medo, medo de gente grande, medo construído da compreensão de minha mãe em nos proteger. Tinha tanto medo, que quando comecei a sair sozinha, para lugares mais distantes do meu porto seguro, andava de cabeça baixa e vivia esbarrando nas coisas e pessoas.

Hoje compreendo aquela concepção de proteção, de ausências de explicações sobre as transformações que estariam por vir, nesta passagem para a puberdade e adolescência, talvez medidas protetivas para evitar situações de abuso sexual.

Mesmo envolta deste medo de gente, comecei a trabalhar cedo, munida de insegurança, de sentimentos cultivados para minha “proteção”, percepções e sentimentos inconclusos, por serem inexplicáveis. Só sabia que não deveria conversar com estranhos ou permitir aproximações.

Ampliar meus passos além do porto seguro, exigiu coragem, demandou ressignificar concepções para lançar-me ao envolvimento e interação com pessoas, afinal não há como ser gente, sem o convívio com gente. Assim, fui aprendendo e me permitindo a ampliar meu círculo de amizades. Aprendi também, a distinguir gente amiga e confiável de gente que se conhece apenas e nesta distinção fui encontrando respostas para minhas indagações.

Neste período estava iniciando o ensino médio, sem muito entusiasmo, pois devido a jornada de trabalho, só conseguia entrar na segunda aula e o aprendizado ficava meio fragmentado. Sentia uma insatisfação quanto aos estudos, porém não conseguia definir o motivo.

As alterações com a entrada na puberdade já haviam se constituído, agora mais segura quanto as vivências com o ciclo menstrual e mudanças no meu corpo. Porém, outras eram as sensações no convívio com outros adolescentes e com pessoas adultas nos círculos de convivência.

Surgiram, então, novas inquietações sobre o que é permitido sentir? Quais sensações seriam “autorizadas” nessas percepções? Onde encontrar respostas seguras e confiáveis? Não me lembro de encontrar respostas no porto seguro de minha casa ou na escola. Não houve abertura para essas indagações nesses espaços. Com esta significação, fui construindo e constituindo minha sexualidade de modo autodidata, ou hoje, numa compreensão com mais maturidade, conquistada pela cultura e pelo tempo.

Em meu segundo emprego, fui contemplada com o convívio de uma sábia amiga que durante nossos diálogos, sempre me incentivava a não desistir, apesar das dificuldades. Relatava também, as vivências de sua irmã, estudante do magistério. E sem saber, minha confidente amiga, tornou-se também uma orientadora vocacional. Seus relatos sobre o magistério eram encantadores e me fortalecia em um desejo surgido lá na infância, de um dia me tornar professora.

Foi assim que migrei do ensino médio básico para o ensino com especialização em magistério. Entretanto, ao concluí-lo não consegui o ingresso imediato na educação e a necessidade me levou a continuar no meu trabalho, que por essa época, era em uma indústria química no setor de departamento pessoal, onde permaneci trabalhando por dezesseis anos, tendo como última atuação o cargo chefe de departamento pessoal.

Tantos anos se passaram desde minha formação no Magistério, e meu desejo continuava, não menos latente e foi, apenas no ano de 2005, que tive a oportunidade de ingressar finalmente no Magistério. Abracei aquela oportunidade, e ao adentrar naquele novo universo, eram tantas dúvidas, pois afinal depois de tantos anos, já não era uma questão de atualização, mas de uma nova formação.

Tenho que confessar que no primeiro dia não foi nada fácil, quase desisti, era uma turma de quatro anos, e eles choravam, quando conseguia finalmente tranquilizá-los, um deles novamente começava a soluçar, foram horas intermináveis. Aos poucos fomos todos nos acostumando uns aos outros, não houve mais choro do início ao fim das aulas, e eles me encantaram, ou enfeitiçaram, não sei bem ao certo.

Descobri que tinham o dom de despertar a criança que um dia fui, traziam também momentos deliciosos da infância do meu amado filho, que já estava com seus dezessete anos. Eram suas falas, expressões, descobertas, risos, brincadeiras imaginárias...

Naquele ano aprendi muito na prática e com todas as referências compartilhadas, mas eu queria continuar, sentia que precisava voltar a estudar, para me qualificar.

Foi com esse desejo que em 2006, há um mês de completar 42 anos, com entusiasmo, que me lancei a uma nova experiência, que foi o curso de Pedagogia, com a cara, a coragem e os bolsos vazios, já que estabilidade financeira não havia ainda, pois trabalhava num sistema de contrato, sem uma garantia estável.

Foi a fase mais significativa dos meus estudos, pois finalmente tinha condições de confrontar a teoria com a prática. Momentos maravilhosos e inesquecíveis!

Em agosto de 2008, após passar no concurso, fui convocada para atuar na Rede Municipal de Santo André, e ao final deste ano, desafios superados, concluí a graduação de pedagogia. Fiquei então trabalhando nas duas redes de ensino, a de Mauá e a de Santo André.

Em 2010, comecei minha primeira pós-graduação em Educação Especial: Deficiência Intelectual, o tema do meu trabalho foi “Afeto e deficiência intelectual”. A escolha justificou-se por meu entendimento que o professor tem uma função social, e quando favorece um ambiente que a criança se sinta segura e encontre liberdade para falar, trocar experiências, expor dificuldades e conflitos, poderá sentir-se fortalecida e amparada, sendo o afeto o mediador desta proximidade.

Continuo acreditando que o afeto é o que favorece aproximação com a criança, porque é uma mensagem de “você é importante, eu me importo com você”, e isso é um dos maiores facilitadores para se estabelecer um vínculo entre educador e educando, em especial na inclusão do aluno com deficiência intelectual não só no momento da matrícula na escola, mas principalmente na sua permanência em seu percurso escolar.

O que me motivou a especialização na área de Educação Especial foi o grande número de inclusão de alunos com deficiência que temos na rede pública, por este motivo iniciei a pós-graduação concluindo em dezembro do mesmo ano.

Eram e continuam sendo muitos os questionamentos quanto a deficiência intelectual no ser humano, em especial das crianças em fase de alfabetização. Tenho aprendido ao longo destes anos que a Deficiência Intelectual bem como todas as outras deficiências que dificultam o aprendizado, são muito amplas, seus níveis de gravidade e comprometimento variam no funcionamento físico, comportamental e intelectual para o desenvolvimento da criança.

Deste modo, a especialização foi muito útil, conquistei grandes aprendizados, mas foi o começo de uma formação que precisa ser continuada, até porque todos os anos sempre ganho enigmas a serem acolhidos e decifrados, novas oportunidades, e é isto que me motiva a continuar estudando

Neste mesmo ano de 2010, abriu concurso para efetivação de professores no município de Mauá, o qual também participei e conquistei uma boa classificação, que possibilitou a mudança de contratada para professora concursada.

Passei a desfrutar de uma segurança mais confortável, pois atuava nas redes de ensino dos municípios de Santo André e Mauá, nas fases de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, onde começa a alfabetização, agora como professora efetiva.

Contando com esta estabilidade profissional, iniciei a segunda pós-graduação em 2011, o tema foi “Literatura Infantil e suas Contribuições no Processo de Ensino Aprendizagem”. As pesquisas e estudos justificaram-se por considerar as obras literárias como objeto mediador de conhecimento, além de estabelecer relações entre teoria e prática, tornando possível atingir objetivos educativos e estimular o hábito da leitura.

Compreendi o quanto é importante cultivar o contato com a literatura desde os primeiros anos de vida, valorizando o ambiente da educação como um espaço privilegiado para que a criança possa começar sua construção de conhecimentos em um ambiente planejado para o letramento por meio da Literatura Infantil. Mais importante ainda, possibilitou enxergar o quão necessário é estimular tais leitores a uma leitura prazerosa, transformada em prática rotineira, que os possibilitem vivenciar experiências fantásticas e abrir janelas para novas e significativas aprendizagens.

As formações complementares aconteceram desde que iniciei em 2005, sempre buscando meios para me atualizar, valorizando os saberes dos profissionais com os quais tive o prazer de trabalhar. A partir daquela época então, sinto esta motivação e desejo constante de estar pesquisando, estudando, e dentro de minhas possibilidades, vou construindo minha formação profissional continuada.

Em minha concepção, a formação continuada é indispensável para melhorar e atualizar a prática pedagógica, e com isso proporcionar um ensino de qualidade para os alunos, num constante movimento de construção de conhecimentos, e não apenas por meio do acúmulo de informações apenas transmitidas.

Movida por esta concepção, no ano de 2016 comecei a segunda licenciatura em Artes, minha intenção era aprimorar a prática em sala de aula, já que não possuo habilidades artísticas e esta é uma disciplina que os alunos apreciam muito. Percebo na prática que Artes possibilita também o diálogo e introdução a vários temas, sendo contextualizada com as demais disciplinas e seus conteúdos.

Nestes dezesseis anos de magistério, compreendo o quanto a reflexão sobre a minha prática pedagógica amplia minhas habilidades, apurando minha escuta, meu olhar e minha sensibilidade para estabelecer laços de confiança, para facilitar a compressão de como a criança aprende e se não aprende, quais são os obstáculos a serem removidos.

Percebo que o que me impulsiona, desde o início do exercício no magistério, é compreender os entraves, as dificuldades que as crianças deixam evidente na sala de aula. E os facilitadores para promover o aprendizado e estes interesses são os alunos mesmo que sinalizam. Não é algo definido, mas resultado de observações diárias de seus comportamentos, são reflexões, ações e reflexões, num processo contínuo que demandam um constante planejar e replanejar.

Esse ato de revisitar o planejamento é um movimento constante, que surge da preocupação em dar sentido aos projetos pedagógicos e que contemplem as necessidades e a construção significativa de aprendizado pelos alunos, conforme sinaliza Paulo Freire (1996, p. 28) da necessidade de concretizar o pensar certo, que nossa prática docente requer uma constante reflexão. Ainda, segundo o autor, enquanto ensinamos, aprendemos. É por meio do diálogo que conhecemos a criança, valorizando suas curiosidades e vivências. É nesse processo também que encontraremos caminhos que façam com que a criança supere suas inseguranças.

O diálogo favorece a superação do medo da criança nas relações desenvolvidas na escola, e porque não dizer, também trazidos de suas curiosidades e vivências. Seus medos inexplicáveis precisam ter um espaço para o diálogo, uma zona de conforto, um porto seguro, possibilitando segurança para emergir e favorecer a discussão.

Todo o material que compõe o planejamento, como as pesquisas, livros didáticos e paradidáticos, sequências didáticas, material concreto, não fará ou trará nenhum sentido, se a criança estiver mobilizada por insegurança, ou interesses que dizem respeito ao seu cotidiano. Assim, este planejamento deve estar adequado para

a faixa etária, e principalmente precisa ter espaço para as questões de interesse e necessidades que as crianças apresentam.

Deste modo, compreendo que precisamos ultrapassar as barreiras que nos impedem de proporcionar o diálogo com a temática educação sexual e sexualidade na escola, pois essa abordagem traz possibilidades de reflexão sobre si e sobre os outros, tendo como temas norteadores o planejamento e as ações educativas, integrando os contextos de ordem cultural e social da comunidade escolar envolvida.



# 1 INTRODUÇÃO

A motivação da presente pesquisa de mestrado é decorrente da minha prática profissional no Ensino Fundamental Anos Iniciais, em especial, com os 4º e 5º anos. Nesse contexto, as crianças estão na faixa etária entre nove e onze anos de idade, iniciando a puberdade, passando por mudanças físicas e hormonais que ocorrem nesse ciclo de vida. As curiosidades e inseguranças emergem estando diretamente relacionadas à sexualidade que são naturais e condizentes nesta etapa da vida e dizem respeito à identidade ainda em formação.

Deparo-me com situações desafiadoras na prática docente e constato lacunas no meu desenvolvimento profissional docente. Penso também que as discussões com a temática sexualidade são resultantes de limitações culturais, históricas e sociais no grupo de professores do qual faço parte. Compactuamos com os estudos de Ribeiro (2017, p. 7) quando o autor afirma que a educação sexual requer uma desconstrução dos valores e preconceitos enraizados historicamente, tendo com subsídio a fundamentação científica. Isso pressupõe a elaboração de procedimentos didáticos que sejam mais adequados para essa temática.

Para vencer as inseguranças, frente a temática que demandam o conhecimento científico, cabe ao professor buscar a capacitação que lhe dê subsídios adequados. Conforme Freire (1996, p. 29), a consciência do inacabamento e a inconclusão são condições históricas dos homens e mulheres e, ao mesmo tempo, um estímulo para sairmos em busca da compreensão do mundo e de nossa posição nele.

A educação sexual, quando trabalhada de modo intencional e planejado por meio de procedimentos didáticos, favorece a construção de conhecimentos, quanto ao reconhecimento de si e do outro, sendo considerada um processo contínuo de transformações e mudanças que as crianças vivenciam ao longo de suas vidas.

A escola é um espaço de vivências, de convivências e de construção de conhecimento. É um lugar que as crianças permanecem boa parte de suas vidas, passando por transformações físicas e psíquicas. Por isso, o currículo deveria tratar essa temática – educação sexual - de forma efetiva.

Assim, acreditamos que se justifica a importância da Educação Sexual no espaço escolar, como uma discussão necessária, para a promoção de uma aprendizagem que favoreça o desenvolvimento físico, afetivo e intelectual. Além disso,

quando trabalhado adequadamente, possibilita às crianças construir sua identidade social e cultural de modo consciente e saudável, propiciando uma vivência social que a faça transcender os tabus e os preconceitos construídos pelo senso comum.

A sexualidade é parte constituinte do ser humano, que ocorre em um processo de formação contínua, do desenvolvimento individual, mediado também por suas interações coletivas, por este motivo, não se desvincula dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Ao contrário, é uma junção de todas essas dimensões.

Falar sobre sexualidade é uma forma de oportunizar o diálogo, permitir que as vozes das crianças possam ser ouvidas no território da escola como espaço de seus direitos, conforme Paulo Freire (1996, p. 81) como fazedores da história e parte dela.

Não permitir ou não mediar uma discussão sobre a temática sexualidade frente as questões trazidas pelas crianças, é uma solução? Não falamos, não há dúvidas, não há necessidades.

É na situação de não aceitação e diante da omissão, que continuo com mais persistência, e reverencio as palavras de Paulo Freire (1996, p. 56):

Ensinar é uma especificidade humana. Que possibilidades de expressar-se, de crescer, vem tendo a minha curiosidade? Creio que uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se.

De acordo com Santos (2018, p. 327), ter esperanças, acreditar que mudanças, melhorias e oportunidades de educação para todos, faz parte da política da modernidade, são questões para além do possível, pois pensar o impossível é uma maneira de transformar a utopia para a realização de situações concretas.

Essa leitura nos fez compreender que o coletivo na sociedade, não possibilita o estar em todos os lugares, porque os lugares não são acessíveis para todos.

Mas mesmo diante dessas realidades, ter esperança é acreditar ser possível visualizar possibilidades de transformação pela educação, numa escala micro utópica, nos espaços a que pertencemos, sejam eles, na vida familiar, na escola ou na sociedade, com disposição de reconhecer e desconstruir os nossos próprios preconceitos para uma prática de empatia docente.

Penso que a utopia depende de nossas ações, de situações desejadas, sonhadas, que nos movem, para que nossos objetivos, possam se concretizar nos âmbitos de alcance individual e coletivo.

Para compreender os pré-conceitos, os tabus que nos constituem, precisamos ter uma disposição para entender os fatos, imagens, situações e suas leituras atuais, uma atitude que exige revisitar nossas memórias.

A constituição do meu tema de pesquisa, iniciou antes mesmo do ingresso no mestrado, conforme já mencionei, durante a atuação profissional e ao presenciar a insegurança frente ao currículo que trata das questões da sexualidade e que as crianças têm direito.

Compreendo o receio para trabalhar os conteúdos que tratam das transformações do corpo humano na puberdade, principalmente, a insegurança que o objeto destes estudos pode desencadear como a discussão sobre gênero e sexualidade, porque esta insegurança também me constitui.

Inicialmente, ao pesquisar os autores que estudam essa temática, rememorei minha infância e passagem para adolescência, os medos, assim como a falta de apoio para a compreensão dessas transformações vivenciadas.

E, de outro lado, convivendo com a inquietação dos alunos, pois o assunto não está apenas na sala de aula, lugar onde seria o espaço ideal para estar, mas está em todas as rodas de conversa por todos os espaços da escola. Sinto a insegurança das crianças de trazer para discussão suas dúvidas, sobre o tema “proibido”.

São essas as inquietações que me levaram a busca da compreensão sobre os conceitos que integram a sexualidade, para deste modo, ter o embasamento teórico e poder dialogar com o grupo de docentes do qual faço parte, bem como com as crianças para que assim, possa trabalhar com a temática educação sexual e sexualidade de modo reflexivo, sem reproduzir uma educação carregada de preconceitos que nos foi transmitida.

Nesses estudos iniciais, vários autores como Louro (2021), Suplicy (1993), Figueiró (2018), Ribeiro (2017), dentre outros, afirmam que para falar sobre sexualidade, precisamos nos revisitar, lembrar, nos conhecer, desconstruir, apesar da insegurança, para nos identificar e perceber quais foram as nossas construções, porque todos nós tivemos uma educação sexual. Natural, omitida, sofrida, formal ou não formal. Não há como não vivenciar a sexualidade, seja ela como for.

Quais conceitos nortearam essa construção? Conceitos de família, de religião, de senso comum, muitos foram ou podem ter sido os fatores que fizeram parte de nossa formação pessoal.

Ribeiro (2004, p. 15) afirma que esses conceitos são definidos como a vertente informal, ou seja, aquela educação sexual que é dada pela família desde o nascimento e que é influenciada seja pela cultura ou pela sociedade e que determina as diferentes atitudes e comportamento sexuais, sendo que no Brasil, é recorrente desde o tempo colonial.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o termo orientação sexual passou a ser adotado, a partir dos anos 60 e mais tarde, também é assumido na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pela compreensão de ser este o mais indicado ao designar a prática educativa intencional, sistematizada para a relativa aquisição do conhecimento sexual, bem como para e a formação da vida sexual do indivíduo.

Porém, na revisão da literatura, foi possível observar que o termo mais frequentemente utilizado atualmente pelos pesquisadores é “educação sexual”. Observou-se, também, que nos documentos oficiais, artigos e publicações científicas, há outras denominações além de educação sexual, como por exemplo: orientação sexual, educação para sexualidade, dentre outras.

Conforme Carvalho (2012) diz que, eleger o termo educação sexual, traz uma compreensão do aprendizado sobre a sexualidade, como um processo de cidadania, durante a vida de todos nós, sujeitos sexuados que somos. E, portanto, é uma “escolha político pedagógica do uso do termo educação sexual, na compreensão de que essa denominação atende melhor a esse entendimento emancipatório de processo”. (p. 37).

Figueiró (2009) corrobora na concepção de que o termo educação sexual é mais adequado do que orientação sexual, pois, está associado ao aprendizado da sexualidade do indivíduo, em constante formação, do sujeito ativo nessa construção de conhecimentos, não como mero receptor para informações que lhe são apenas transmitidas. A autora salienta que a educação sexual é entendida como:

Toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informações básicas, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual (p. 37).

Mediante estas ponderações, nesta pesquisa, optamos utilizar o termo “Educação Sexual”, por compreendermos que esta é a mais próxima da Pedagogia, contendo o dialogar, o aprender e o ensinar, ou seja, abarca mais do que a soma dessas partes isoladas e, portanto, requer um percurso mais longo, que envolve a maturação e formação dos indivíduos como participantes ativos de seu aprendizado.

Considerando o que foi exposto, pretendeu-se investigar, sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais, quais as dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por ele no ensino dos conteúdos que tratam da temática “sexualidade” e “educação sexual”? Como os temas são tratados neste segmento de ensino?

O objetivo geral foi investigar e analisar as dificuldades, os obstáculos e desafios enfrentados pelo professor ao discutir os temas “sexualidade” e “educação sexual” em sala de aula.

Temos como objetivos específicos:

- Conhecer como os documentos oficiais tratam os temas “educação sexual” e “sexualidade, sendo eles: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. No âmbito local, analisaremos a Matriz Curricular de uma rede de ensino situada no Grande ABC Paulista;

- Conhecer e analisar como os temas educação sexual e sexualidade são tratados em sala de aula;

- Elaborar um material didático, no formato de um e-book, com foco na formação do professor que atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais, tendo como temas “sexualidade” e “educação sexual” no contexto escolar.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa de cunho descritivo-analítico. As participantes de pesquisa são sete professoras que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) em escola municipal da rede de ensino de Santo André.

Visando ter um conhecimento prévio sobre as participantes, iniciamos a coleta de dados por meio de um questionário. Na etapa subsequente, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas.

As informações da coleta de dados foram transcritas e analisadas, norteadas pelo referencial teórico estudado. Foram seguidos todos os procedimentos éticos, conforme consta no parecer consubstanciado do Certificado de Apresentação de

Apreciação Ética (CAAE) 62351922.9.0000.5510 de número 5.638.055. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Eletrônico (TCLE-e), sendo informadas sobre o sigilo e a privacidade das informações e a codificação de suas identificações pessoais.

O Trabalho está organizado da seguinte forma:

Na seção 1 – Introdução -, justificamos as motivações para o desenvolvimento da pesquisa, o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos.

Na seção 2 – Pesquisas correlatas -, apresentamos os estudos que se relacionam com a temática.

Na seção 3 – Educação sexual e sexualidade numa perspectiva histórica -, trazemos uma retrospectiva histórica de como a temática sexualidade vem sendo tratada no Brasil.

Na seção 4 – Educação Sexual no ambiente escolar -, apresentaremos a importância de a educação sexual estar presente no planejamento e no currículo como forma de garantir o direito de cidadania dos educandos.

Na seção 5 – Procedimentos metodológicos -, apresentamos o método e os procedimentos metodológicos, a natureza da pesquisa, o local de pesquisa, as participantes e os critérios de inclusão e exclusão que foram estabelecidos para a escolha das professoras que convidamos para participar dessa pesquisa. Na análise, apresentamos os dados gerados, sendo organizados em categorias por etapas, descritas a seguir:

Etapa 1: A concepção pessoal e docente sobre os termos sexualidade e educação sexual;

Etapa 2: Educação sexual e sexualidade na sala de aula:

- estratégias utilizadas em sala de aula;
- dificuldades e/ou possibilidades para o desenvolvimento da educação sexual e sexualidade em sala de aula;
- os materiais que possam contribuir;

Etapa 3: Educação sexual e sexualidade no currículo: - conhecimento e pertinência do currículo no Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando a escola em que atuam.

Na seção 6 – Concepções docentes, discorreremos sobre a concepção pessoal e a concepção profissional das participantes e que refletem nas ações pedagógicas.

Produto - 7, Produto -, apresentamos um primeiro esboço do material didático, que posteriormente será um e-book, com foco na formação do professor.

Na seção 8 – Considerações finais -, realizamos as conclusões mediante às questões propostas nesta pesquisa.

A seguir, diante da necessidade de conhecer o que já foi produzido por outros autores sobre a educação sexual e sexualidade, a percepção docente e as práticas pedagógicas apresentamos o estudo com o levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações, Ciências e Tecnologia – IBICT.

## **2 PESQUISAS CORRELATAS**

Essa seção tem por objetivo apresentar as pesquisas que tratam da temática proposta no presente estudo, ou seja, “Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental Anos Iniciais: Desafios e Perspectivas”. Para tal, apresentamos o levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações, Ciências e Tecnologia – IBICT. Inicialmente, apontamos o que foi encontrado e na sequência, detalhamos as pesquisas, procurando ressaltar os achados dos estudos.

### **2.1 O que encontramos**

A intenção com o levantamento foi conhecer estudos/pesquisas que tratam da temática “Educação sexual no Ensino Fundamental Anos Iniciais”. Para iniciar o levantamento na BDTD, estipulamos o tempo e os descritores. Escolhemos o período entre 2011 a 2021 e o termo “Educação sexual”. Com isso localizamos 1605 trabalhos. Com a intenção de refinar a busca, acrescentamos os descritores: “Educação Sexual e Sexualidade, Formação Docente e Ensino Fundamental”, o que resultou em 44 trabalhos.

Após a leitura dos títulos foram excluídas as pesquisas duplicadas e duas que não estavam disponíveis para acesso. Como o foco é o Ensino Fundamental, na sequência, foram excluídos os demais segmentos (Ensino Superior e de Educação não-formal). Assim, definimos como critério de escolha que o trabalho tivesse como foco de pesquisa a Educação Sexual no Ensino Fundamental com a abordagem na concepção docente. Assim, selecionamos 10 trabalhos que serão apresentados no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Relação de Teses e Dissertações: Educação Sexual no E.F.**

<b>Pesquisador, ano, Universidade, modalidade</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-chave</b>
João Alexandre Minali Universidade Estadual Paulista-UNESP 2020 Mestrado	Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do Ensino Fundamental	Sexualidade; Formação de professores; Educação sexual; Psicanálise e educação; Psicologia da educação.
Camila Pereira Burchard Universidade Federal do Pampa - UNPAMPA 2019 Mestrado	Concepções de professores de ciências do Ensino Fundamental sobre trabalhar o tema sexualidade em sala de aula	Sexualidade; Professores; Ensino Fundamental; Adolescentes.
Adriano Santos Mesquita Universidade Federal do Pará – UFPA 2018 Mestrado	Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos Anos iniciais do Ensino Fundamental	Sexualidade humana; Letramento Científico; Formação docente; Anos Iniciais.
Carla Elias de Moura Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE 2018 Mestrado	Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do Ensino Fundamental I	Docentes; Programação; Ensino; Educação sexual; Sexualidade.
Maria Isabel dos Santos Vieira 2016 Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP 2016 Mestrado	Orientação sexual e HPV: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do Ensino Fundamental	Professores de Ensino Fundamental; Formação; Vírus do papiloma.
Érick Roberto Freire de Araújo Silva Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP 2016 Mestrado	A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo	Educação sexual; Currículo; Material didático.
Andréia Serrano Cayres Rapatão Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Araraquara. 2015 Mestrado.	Educação sexual, saúde e sexualidade: (re) significando as relações entre pais e filhos	Sexo; Educação sexual; Família; Pais e filhos; Adolescência; Escolas.

Pesquisador, ano, Universidade, modalidade	Título	Palavras-chave
Hamilton Édio dos Santos Vieira Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, <i>Campus</i> Araraquara. 2014 Mestrado	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual	Educação; Educação sexual; História.
Silvana Maria Zarth Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS 2013 Doutorado	Temas transversais no Ensino Fundamental: educação para a saúde e orientação sexual	Educação em saúde; Educação sexual; Ensino Fundamental; Estudos transversais.
Ana Paula Sefton Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo 2013 Doutorado	Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade	Diferenças; Disposições culturais; Gênero; Prática docente; Processo socializador; Sexualidade.

Fonte: a própria pesquisadora

A pesquisa de Minali (2020) teve por objetivo analisar as interpretações de oito professores sobre as manifestações sexuais de seus alunos vivenciadas no cotidiano escolar. Utilizou a metodologia de abordagem qualitativa, fazendo uso dos seguintes instrumentos: grupos focais e entrevistas do tipo semiestruturadas, sendo o campo de pesquisa uma escola pública da primeira etapa do Ensino Fundamental.

Seus estudos foram norteados pela psicanálise, adotando Freud (1905/1996) como autor de referência, quanto a teoria das pulsões sexuais integrarem a constituição humana desde o nascimento. Conforme o autor, apesar dessa teoria ser discutida desde o início do século XX, ainda há atualmente, uma forte concepção de que a sexualidade se manifeste de modo latente somente na adolescência, estando relacionada ao desenvolvimento dos órgãos sexuais. Nessa concepção, na etapa do desenvolvimento infantil, há um imaginário de que a criança seja “dessexualizada” e que, portanto, a fase de latência será interrompida somente na puberdade quando ocorre a irrupção acentuada da pulsão sexual.

Diante desses apontamentos, o autor constata que, para alguns professores, as atitudes do tipo beijo na boca ou vestimentas que são consideradas como sensuais são práticas presentes somente na adolescência.

Segundo o autor, essa é uma concepção preocupante, pois os professores se deparam com manifestações sexuais de seus alunos, também na etapa inicial do Ensino Fundamental e não somente na adolescência. Mediante essa constatação, conclui ser necessária uma compreensão, para além do âmbito do funcionamento dos órgãos sexuais, pois a sexualidade abarca toda a dimensão humana, com suas subjetividades mediadas inclusive pela cultura.

A pesquisa da autora Burchard (2019, p. 17-18) teve por objetivo “conhecer as concepções dos professores de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais, bem como investigar o trabalho sobre o tema sexualidade em sala de aula”.

A autora justifica a importância da escola para a formação do indivíduo, por possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do educando ao longo da sua vida escolar. Nesse contexto, a sala de aula é o local onde acontece as vivências e questionamentos, porém, esclarece que alguns temas são tabus, como a sexualidade, causando prejuízos para formação crítico reflexivo dos docentes e discentes, para a vida em sociedade. Ressalta que essa discussão tem sido intensa desde os anos 80, devido ao advento do vírus HIV e em função dos casos de gravidez não programada, diante disso, justifica a necessidade da orientação para a formação do indivíduo.

A metodologia utilizada pela autora foi a abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Os participantes de pesquisa, foram todos os professores de Ciências da rede pública de ensino do município, tendo por critério que o professor fosse atuante do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais. A coleta de dados se deu por meio de entrevista do tipo semiestruturada, gravada e transcrita na íntegra e, para análise, apoiou-se nos estudos de Bardin.

A pesquisadora verificou que os professores de Ciências Biológicas que possuem formação inicial na área apresentam maior facilidade para o trabalho com os alunos quanto a questão biológica, porém os obstáculos são em relação a outros assuntos, como por exemplo, as questões de gênero ou no diálogo entre pais e filhos.

Nesse contexto, todos os professores participantes da pesquisa inserem a temática sexualidade, com foco em questões como: prevenção da gravidez na adolescência, métodos anticoncepcionais, infecções sexualmente transmissíveis, bem como a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor.

Para ampliar a discussão da temática sexualidade, além do campo físico, teve como propósito a organização de um curso de capacitação, com enfoque na

adolescência e suas características, com materiais e metodologias visando um trabalho mais amplo em sala de aula.

Burchard (2019) conclui que se faz necessário o desenvolvimento de atividades pedagógicas que sejam capazes de promover a aproximação entre pais, professores e alunos, para compreensão de toda dimensão da temática sexualidade, ressalta a importância do envolvimento de profissionais da saúde que atuem na comunidade em que a unidade escolar estiver inserida.

A pesquisa desenvolvida por Mesquita (2018) teve por objetivo investigar quais procedimentos são utilizados pelos professores para abordarem a temática sexualidade humana, considerando o letramento científico, a partir de processos formativos, promovidos nos contextos de atuação do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Conforme o autor, o letramento científico é assertivo para a inclusão do ensino da sexualidade humana, compreendendo as práticas pedagógicas sob uma perspectiva que abrange todas as disciplinas que integram o currículo do Ensino Fundamental, utilizando os PCNs com a transversalidade.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, com fundamentos da pesquisa ação, como modo de identificação de um determinado problema, agindo sobre ele e visando propor ações de modificação efetivas. O local de pesquisa foi uma escola da rede Estadual de ensino, localizada na cidade de Belém do Pará. As participantes foram quatro professoras, com formação em pedagogia, atuantes com turmas do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário, com questões objetivas e subjetivas, os encontros pedagógicos, os momentos de formação e, por último, uma entrevista semiestruturada. O material colhido durante a pesquisa, bem como, as observações, durante as atividades, foram registradas em um diário de campo.

A justificativa para sua pesquisa se deu a partir de sua vivência profissional e da constatação das dificuldades verificadas mediante as observações no cotidiano. Segundo o autor, é recorrente a abordagem de parte do conteúdo ou a sua omissão, resultantes do desconhecimento dos professores sobre a temática sexualidade. Essas atitudes dos professores, conforme Mesquita (2018), possivelmente são decorrentes de insegurança, por questões de pudor e/ou lacunas na formação inicial e continuada quanto a temática.

No desenvolvimento da pesquisa, o autor intencionou favorecer a discussão no sentido de despertar novos olhares e colaborar para uma concepção atualizada das práticas de ensino sobre a sexualidade e o letramento científico, analisando quais os caminhos e ações adotados pelos docentes.

Mesquita (2018) conclui que as ações pedagógicas, com os conteúdos concentrados em biologia, muitas vezes, eram desvinculadas de práticas efetivas de letramento científico. Porém, após as discussões no processo formativo, ficou evidenciado que houve uma construção de conhecimentos, no sentido de compreensão da sexualidade humana, mediada pelas dimensões do letramento científico, como um conceito novo e que, portanto, deveria ser vinculado às práticas.

O objetivo da pesquisa desenvolvida por Moura (2018) foi a elaboração e avaliação da efetividade de um Programa de Ensino sobre Educação Sexual, destinado aos professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A autora buscou identificar com os professores, quais componentes deste programa foram considerados como capazes de promover mudanças e melhorar o nível de conforto para trabalhar com educação sexual nesta faixa etária.

A metodologia utilizada por Moura (2018) foi a pesquisa aplicada, descritiva, quali-quantitativa. Durante sua pesquisa, observou que não é comum o trabalho sobre sexualidade, no Município de Foz do Iguaçu – PR, pois os professores manifestaram preconceito e constrangimento para esta abordagem.

Nas observações iniciais, ficou evidente a inibição dos professores diante de perguntas sobre o ato e o comportamento sexual. Verificou que alguns professores até abordavam o tema, porém, com imposição dos seus próprios valores, sem considerar o posicionamento e questões trazidas pelas crianças.

Desenvolveu sua pesquisa em etapas, da seguinte forma: planejamento, avaliação do pré-programa de ensino, programa de ensino e avaliações pós-programa de ensino. O instrumento utilizado dispunha de situações-problema, aplicados antes e após a participação dos professores, gerando a coleta de dados, que ocorreu em 51 escolas, sendo que, 83 docentes aceitaram participar de seu projeto, distribuídos em 20 grupos.

Concluiu que a efetividade do programa proposto foi uma ferramenta capaz para melhorar o trabalho com sexualidade, gerando segurança e fornecendo possibilidades para a Educação Sexual. Além disso, constatou evidências que a capacitação dos professores com a utilização do programa, demanda um processo

contínuo e não momentâneo. Ressalta a importância de se ajustar os objetivos, conforme as necessidades de cada escola e da faixa etária dos estudantes.

O estudo de Vieira (2016) teve por objetivo desenvolver uma proposta colaborativa de desenvolvimento profissional docente sobre Orientação Sexual e HPV baseada na abordagem emancipatória, destinada a professores de uma escola da rede pública.

A metodologia adotada foi a pesquisa ação, com abordagem mista qualitativa e quantitativa. Seu público-alvo foi composto por 53 professores que lecionavam em diferentes áreas do município de Mariana – MG. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram: o questionário, a entrevista e a oficina.

A autora analisou quais os conhecimentos e a concepção docente sobre HPV e as campanhas de vacinação para adolescentes, bem como o câncer de colo do útero. Na sequência, objetivou analisar quais recursos são utilizados para o trabalho pedagógico com a orientação sexual em sala de aula.

Constatou que o trabalho pedagógico com os temas sexo e sexualidade ainda é um grande desafio a se superar no âmbito escolar, em especial, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, pois é um trabalho centralizado em algumas etapas de ensino específicas, com foco no caráter biológico e higienista.

Vieira (2016) conclui que a ação colaborativa e formativa desenvolvida em sua pesquisa contribuiu de modo positivo para agregar e compartilhar saberes para a prática profissional docente, considerando esse movimento como uma ação emancipatória do conhecimento.

A pesquisa desenvolvida por Silva (2016) procurou justificar que a educação sexual, no ensino escolar, integra o desenvolvimento crítico para a emancipação política e social dos educandos, porém, aponta que isso não ocorre de modo efetivo. Salienta que a educação formal é um espaço estratégico para a abordagem de temas como a sexualidade, mesmo diante da resistência e omissão dos poderes legislativo e executivo, as ações no ambiente educacional, devem ser incentivadas e garantidas pelo poder público. Seu objetivo foi analisar os materiais didáticos sobre sexualidade e as concepções dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo sobre a educação sexual.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou a metodologia mista, qualitativa-quantitativa de caráter descritivo fenomenológico. Para tanto, seus estudos se desdobraram em duas fases de coleta de dados: a primeira, foi a pesquisa

bibliográfica e, a segunda, foi o levantamento de campo, realizado em uma cidade de grande porte no interior do Estado de São Paulo, tendo como participantes os professores que atuavam no Ensino Fundamental anos finais, em um total de 42 escolas.

No estudo dos materiais didáticos sobre o tema sexualidade disponibilizados para o uso de professores, o autor optou em analisar, os que já haviam passado por algum tipo de validação acadêmica, descartando os materiais de instituições governamentais. Utilizou o formulário e o questionário como instrumentos de pesquisa e devido ao grande número de professores que atuam na rede pública estadual, determinou alguns critérios para a inclusão e a exclusão, optando pela seleção e análise por amostragem.

Silva (2016) constatou que uma parcela significativa dos professores participantes da pesquisa estava comprometida com as demandas da educação sexual, procurando implementar ações pedagógicas em sala de aula.

Comprovou a existência de materiais didáticos de boa qualidade, sobre a temática sexualidade, em praticamente todas as escolas que foram foco de sua pesquisa. Alguns desses materiais inclusive, já estavam organizados por roteiros de execução.

No entanto, durante o trabalho de campo, uma grande parcela dos professores participantes relatou vários obstáculos como por exemplo: falta de materiais didáticos específicos e adequados para implementar o trabalho com educação sexual; resistência das famílias dos educandos; falta de conhecimento ou formação por parte dos educadores; falta de interesse dos alunos e falta de apoio por parte da equipe gestora.

Diante desses relatos, verificou que um trabalho efetivo de educação sexual, no âmbito escolar, tem se mostrado parcialmente comprometido.

Apona como possibilidades de superação aos entraves observados, a articulação com base em políticas públicas, em redes de profissionais e de objetivos específicos, para tanto, se faz necessário a manifestação de intenção e interesse por parte da equipe escolar, do mesmo modo, um trabalho de conscientização com a comunidade escolar.

Conclui que o objetivo inicial de sua pesquisa foi atingido, pois localizou os materiais didáticos sobre a temática sexualidade, na rede estadual de ensino de São Paulo, estando disponíveis para acesso aos professores. Além disso, conseguiu

explicitar e discutir as percepções dos professores, em relação à educação sexual e a sua relevância dentro do espaço escolar, elencando medidas significativas, para que temática pudesse se tornar constante na prática pedagógica.

Apresentou propostas de intervenção, com a intenção de subsidiar as práticas em sala de aula sobre temas voltados para a sexualidade. Constatou com os resultados da pesquisa, que além dos materiais didáticos, há uma diversidade de possibilidades para a abordagem das questões sobre gênero, que são difundidos de maneira ampla na literatura.

Rapatão (2015), em sua pesquisa, objetivou “(re) significar as relações entre a família e educandos, no tocante ao processo de constituição da educação sexual, saúde e da sexualidade” (p. 21). Para o desenvolvimento da pesquisa optou pela pesquisa-ação de natureza qualitativa, com abordagem sócio cultural, tendo o autor Paulo Freire como referencial.

Os participantes da pesquisa foram os alunos que estavam no final de cada nível de ensino, ou seja, a última etapa da educação infantil, o 5º ano do Ensino Fundamental, o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, do mesmo modo os docentes e famílias desses grupos participantes.

Para a coleta de dados, os procedimentos metodológicos foram: a roda de conversa, a observação participante, o questionário, a entrevista semiestruturada e a orientação/atividade educativa.

Devido a diversidade dos grupos pesquisados e suas especificidades quanto as faixas etárias, a autora aplicou os instrumentos de coleta da seguinte forma: a roda de conversa com os docentes e discentes; a observação participante com os discentes, os docentes e as mães dos alunos; o questionário somente com os docentes; a entrevista com os docentes e mães dos alunos; a orientação/atividade com os docentes e mães dos alunos.

Observou que mesmo diante das especificidades de cada um dos grupos pesquisados, algumas similaridades puderam ser apontadas, como por exemplo, as percepções dos adultos quanto a necessidade de diálogo, sobre a sexualidade e a educação sexual.

A abordagem sobre o corpo humano em cada uma de suas fases de desenvolvimento e a relação sexual, também foram questões apontadas como necessárias e presentes nas relações dialógicas, sendo destacada a importância da

mediação de um profissional no sentido de favorecer a aproximação entre os sujeitos, para a abordagem da temática que envolve a sexualidade.

Constatou, que são apresentadas diferentes manifestações, dependendo da faixa etária, sendo predominante na educação infantil a curiosidade; na puberdade e na adolescência, a vulnerabilidade, a saúde sexual e reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos.

Concluindo com sua pesquisa, que a abordagem sobre a temática sexualidade, precisa estar presente no cotidiano e que demanda estratégias de acolhimento junto à família, buscando compreender o contexto em que estão inseridas. Diante disso, justifica que a família merece estar inserida nos programas de educação sexual, com vistas a construção da sexualidade de modo saudável mediada pelo pensamento crítico e reflexivo.

Vieira (2014) estabeleceu como objetivo, investigar as questões sobre a prática docente em relação a seus saberes, acionados para resolver demandas e necessidades quando a diversidade sexual emerge no cotidiano escolar.

Segundo o autor, a escola é um espaço de possibilidades para a construção de um projeto democrático que contemple a diversidade sexual. Aponta que o cotidiano escolar, é o local que favorece as oportunidades para se pensar os princípios de direitos humanos e cidadania para todas as pessoas envolvidas, sendo que, o professor, por meio de sua prática docente, é o agente que tem possibilidade de desempenhar um papel fundamental nesse processo.

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, o recurso utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista, tendo como participantes 4 professores, que atuavam há mais de vinte anos, ministrando aulas da disciplina de História, na rede pública estadual de São Paulo, na cidade de São Carlos.

Para o autor, o enfoque no tempo de docência, foi relevante, pois possibilitou analisar o ciclo de vida profissional, nos diferentes momentos históricos de suas práticas e de suas vivências de formação, em um contexto histórico-temporal.

Buscou também identificar apontamentos sobre as temáticas de sexualidade, gênero e diversidade sexual, observando quais saberes eram selecionados pelos professores, no cotidiano e em sala de aula, para a resolução das demandas sobre essas temáticas, tanto nas ações de caráter emergencial como das decorrentes do dia a dia.

Vieira (2014) tomou como referencial o currículo de História e os PCNs, para a compreensão dos saberes históricos como multirreferenciais para o trato com a diversidade na construção do cidadão a partir de uma narrativa histórica.

Com seus estudos o autor verificou que, possuíam diversos saberes decorrentes da experiência profissional, da formação inicial e da formação continuada, porém, esses conhecimentos não foram suficientes para prepará-los para o trabalho em sala de aula.

Aponta que essas dificuldades fizeram emergir uma confusão para definir o conceito de diversidade sexual, confundindo-a com homossexualidades.

Diante desses equívocos, na prática pedagógica, instaura-se regras e normas de exclusão, pela categorização aos alunos como “diferentes”, por não se adequarem a produção do discurso de verdades, separando-os dos que estão “normalizados” e para o tratamento que lhes eram atribuídos pelos docentes como “fora das regras”, os alocando à margem dessas normalizações, e portanto, denominados como agressivos.

Ao final, concluiu que os saberes docentes, se constituem em uma complexa trama de relações, dialogando em diferentes espaços e na prática pedagógica, sendo que se faz necessário a reflexão, para assim delinear novos caminhos que possam contribuir para um novo pensar docente sobre a diversidade sexual.

A tese de doutorado de Zarth (2013) teve por objetivo analisar os relatos dos professores no contexto da transversalidade, norteado pela unidade de educação para saúde e orientação sexual e que faz parte dos PCNs, do mesmo modo, investigar a prática docente em uma escola pública estadual de Porto Alegre – RS.

A metodologia utilizada foi o estudo qualitativo, do tipo exploratório descritivo. Seu público-alvo, foram 15 professores, optando pela estratégia da realização de grupos focais, que foram realizados em nove encontros, para discussões e reflexões.

A análise da autora, teve como resultado três categorias, sendo: o “diagnóstico situacional frente a interdisciplinaridade e transversalidade”, com abordagem nas várias situações da prática pedagógica em relação a temática educação para saúde e orientação sexual; “significando a transversalidade e o significado de trabalhar de modo transversal”, que consistiu na resignificação da transversalidade e a última “ações que viabilizem o ensino transversal”, que indicaram possibilidades de estratégias para a efetivação da transversalidade (ZARTH, 2013, p. 65).

Com seus estudos, verificou haver dificuldades para a efetivação do trabalho pedagógico de modo transversal e interdisciplinar, porém, após a problematização por meio das discussões nos grupos focais, a autora observou que houve uma reavaliação no processo de ensino nos moldes da transversalidade.

Ao término de sua pesquisa, concluiu, que a revisão das metodologias utilizadas nas atividades em sala de aula e nos cursos de formação, são de suma importância. Aponta que a realização de projetos, o diálogo e o trabalho coletivo, foram ferramentas afirmativas e podem favorecer a aplicabilidade das temáticas transversais.

A autora Sefton (2013) teve por objetivo identificar e analisar práticas docentes no Ensino Fundamental de forma a contribuir para o entendimento acerca das estratégias de produção, transmissão e legitimação de disposições culturais voltadas para a equidade de gênero e para as diferenças sobre a temática da sexualidade.

A metodologia utilizada foi a qualitativa e exploratória, com o estudo de caso em uma escola da rede particular de ensino, situada na cidade de Porto Alegre. A escolha dessa unidade escolar foi devido à suas práticas tendo como princípio o acolhimento.

A autora norteou sua investigação no ambiente escolar e nas relações de interdependência entre seus agentes, tendo como hipótese que partindo de um ambiente socializador, é possível identificar condições de transformações culturais sobre as questões de gênero e sexualidade.

As técnicas utilizadas por Sefton (2013) foram entrevistas com os professores e com os gestores, também utilizou como recurso as observações no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos.

A identificação e a análise tiveram como foco a atuação e a percepção dos professores, por meio de cinco categorias de análise, que a autora descreve como: “estratégias institucionais e práticas sistêmicas: docentes e escola; experiências pessoais e entrecruzamento de valores: docente e sua constante (trans) formação; construção do pensar e agir crítico/reflexivo: prática docente e discente; estratégias de socialização sob uma de suas matrizes de legitimação; prática docente e o usos de recursos didáticos/discursivos; pulverização e legitimação de novos olhares: entre docentes e famílias (SEFTON, 2013, p. 87).

A autora, conclui que foi significativo discutir práticas alternativas, considerando como são as ações docentes, frente aos valores generificados e sexistas em prol da

convivência na unidade escolar, refletindo sobre qual o tratamento dispensado para as diferenças, sem perder de vista a imersão de todos os participantes em uma sociedade sexista.

Na próxima seção, apresentaremos algumas considerações acerca do levantamento da temática educação sexual e sexualidade no Ensino Fundamental.

## **2.2 Algumas considerações**

Diante do exposto, com essa investigação, acerca da temática sexualidade no Ensino Fundamental, nosso objetivo foi compreender o panorama dos estudos, além de analisar os aspectos e contribuições para o trabalho com a educação sexual.

Praticamente, todos os trabalhos apontam para as dificuldades que os professores enfrentam no trabalho com a temática sexualidade e destacam que os entraves observados são decorrentes da formação ser insuficiente, ou descontextualizada para as ações pedagógicas.

Quanto às concepções e interpretações docentes, os autores de Minali (2020), Burchard (2019), Mesquita (2018), Vieira (2016) e Vieira (2014) verificaram que grande parte dos participantes das pesquisas receia abordar a temática, mesmo reconhecendo a importância da educação sexual no espaço escolar.

Uma outra queixa comum relatada pelos autores Mesquita (2018); Moura (2018) e Vieira (2016) foi a falta de um material didático específico sobre educação sexual e sexualidade. Com relação ao material didático como orientador para os professores, Mesquita (2018) promoveu oficinas de formação, visando construir, de modo cooperativo a elaboração de sequências didáticas e que posteriormente, foi aprimorado e constituiu o produto educacional de sua pesquisa, que denominou como: “Sugestões para abordagem de temas relativos à Sexualidade Humana nos Anos Iniciais”.

Além disso, vale mencionar que Moura (2018) desenvolveu durante sua pesquisa, o programa de ensino intitulado, “Respondo o quê?”, que foi constituído de momentos de formação com os professores, resultando no produto final de seu trabalho. O formato deste programa foi planejado com o propósito de fornecer informações apropriadas no desenvolvimento de práticas educativas que pudessem suprir as compreensões equivocadas sobre a sexualidade.

Para a superação dos desafios no ambiente escolar, Vieira (2016) elaborou uma proposta formativa, desenvolvida com os professores, por meio de oficinas,

intitulada “Abordagem Emancipatória de Educação Sexual: uma possibilidade para o trabalho com HPV”, que constituiu um caderno sobre a prevenção ao HPV e o trabalho pedagógico para a sexualidade.

Outro ponto aspecto observado foi a referência aos temas transversais destacados no documento dos PCNs (BRASIL, 1998) como um referencial relevante ao trato da temática.

Foi um dos enfoques de Burchard (2019, p. 49) a análise para o desenvolvimento das aulas de Ciências, no Ensino Fundamental anos finais. Tomando como referência o caderno Orientação Sexual dos PCNs, a autora destaca o quão é consistente a fundamentação para nortear o trabalho docente.

Corroborando nesse entendimento, a autora Rapatão (2015, p. 33) afirma que mesmo após tantos anos de sua publicação, os PCNs continuam sendo pertinentes para o trabalho com a temática sexualidade em sala de aula, inclusive frisando que desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Mesquita (2018, p. 108) desenvolveu sequências didáticas, utilizando como referência os PCN, tendo como proposição contribuir com a prática docente, favorecendo vivências seguras para a temática.

Silva (2016, p. 50) concorda quanto aos PCNs se apresentarem como instrumento de apoio para a construção de projetos e ações educativas capazes de favorecerem aos educandos conhecimentos para uma vida consciente e cidadã. O autor destaca que os PCNs contém uma metodologia participativa e transversal que permite a abordagem das temáticas em todas as disciplinas.

O foco da autora Vieira (2016, p. 20) foram as medidas preventivas no âmbito da saúde, em especial as doenças sexualmente transmissíveis, bem como, a abordagem da temática sexualidade na escola, assim investigou quais os aspectos relevantes dos PCNs podem ser considerados na prática dos professores. Além disso, analisa qual a percepção dos professores da disciplina de História, investigando como acontece a construção do conhecimento desses profissionais, quanto a temática da diversidade sexual.

A autora conclui, que os PCNs são uma referência para a educação, porém, aponta como fator negativo, a falta de menção para a temática diversidade sexual, e por esse motivo, seu uso tem se mostrado incipiente.

Ainda, segundo a autora, as possibilidades de discussão só foram iniciadas a partir dos anos 2000, não por influência dos PCNs, e sim, por meio de ações

governamentais, voltadas para os direitos humanos e a cidadania, e que desse modo, o termo diversidade sexual, recebe um tratamento mais significativo.

Sefton (2013, p. 27) confirma que os PCNs podem ser considerados como um documento orientador para a temática, porém, como ponto negativo, não traz a obrigatoriedade para seu uso e abordagem, o que reduz a prática. Mesmo sendo o primeiro documento do MEC a atrelar a ideia de prazer a sexualidade, deixa de abarcar todas as questões que são pertinentes ao tema.

A autora Sefton (2013) concorda com Vieira (2014) quanto a inexistência da temática diversidade sexual nos PCNs e que, do mesmo modo, os conceitos de gênero e sexualidade expressam pouca representatividade. Ainda para Sefton (2013) os temas privilegiados, são os de âmbito preventivo e do campo biológico.

A pesquisa da autora Zarth (2013) teve como proposta investigar como acontece a prática docente tendo como referência os temas transversais propostos pelos PCNs, em especial os relativos aos blocos “Educação para Saúde e Orientação Sexual”. Seu objetivo foi identificar como os temas transversais, estavam ou não, presente nas ações pedagógicas e se aconteciam de modo interdisciplinar, no desenvolvimento dos planejamentos e do currículo da escola.

A autora constatou que foi possível promover práticas docentes e propostas reflexivas e críticas, com suas mediações, que viabilizaram a transversalidade, de modo interdisciplinar no ensino, com base nos PCNs.

Privilegiou as discussões sobre os temas como homofobia, questões de vulnerabilidade, sexualidade e gênero e outras situações que emergiram durante a problematização. Destaca que essas questões foram disparadoras para o surgimento de contradições e inseguranças na prática pedagógica, que foram sendo amenizadas durante o desenvolvimento do processo formativo, e pela troca de vivências dos participantes.

Conclui que a transversalidade não acontece no ambiente escolar, como é sugerido nos PCNs, pois observou que o trabalho pedagógico acontece de modo aleatório, individualizado e sem considerar o contexto atual e dos alunos.

Porém, visualiza possíveis mudanças, ao se considerar o diálogo coletivo e participativo como ferramenta essencial no ambiente escolar, para a conquista de novos conhecimentos.

Com a realização do presente estudo, percebemos a concordância para uso de recursos que privilegiam o diálogo entre a equipe e comunidade escolar, pois essas

reflexões coletivas, fazem surgir as dificuldades que são de âmbito individual e comum a todos, promovendo a reflexão sobre os saberes já constituídos, possibilitando o confronto com as demandas de caráter atual e do contexto dos educandos.

Observamos que frequentemente ocorre a associação da temática somente ao campo fisiológico, sendo os demais aspectos que compõem a sexualidade os maiores entraves apontados, com por exemplo as questões sobre diversidade e gênero. Isso evidencia que o problema é vivenciado na sociedade, e conseqüentemente, seus reflexos são potencializados na escola.

Compreendemos que apesar dos apontamentos sobre entraves pessoais relacionados aos mitos e tabus construídos socialmente, precisamos reconhecer que a potência dessa discussão está na escola, ambiente propício para se construir o conhecimento científico.

Observamos que, no Ensino Fundamental Anos Iniciais, o trabalho com a educação sexual é quase imperceptível, sendo justificado como desnecessário para a faixa etária.

Podemos inferir que será por meio da difusão do conhecimento que haverá o reconhecimento da importância da educação sexual, pois conforme Melo (2011, p. 39) ela sempre acontece, mesmo que não ocorra o seu reconhecimento e, portanto, a omissão não impede que aconteça nos mais variados contextos e situações.

Concluimos que ainda há muito a ser investigado e explorado sobre as práticas pedagógicas que promovam aprendizados qualitativos no campo da educação sexual no Ensino Fundamental Anos Iniciais, sendo relevante a formação docente e materiais norteadores que proporcionem segurança para a abordagem da temática sexualidade.

Na próxima seção apresentaremos o contexto histórico sobre a educação sexual.

### 3 EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Nessa seção, a partir de uma retrospectiva histórica, apresentamos, inicialmente, de que forma a temática sexualidade vem sendo tratada, pois compreendemos que a educação sexual ocorre de modo intencional, ou não, vindo a permear todos os espaços da sociedade em que nos situamos como seres sexuados. Sobre isto, Melo (2011) esclarece:

É evidente que a educação sexual também sempre acontece plenamente em todos os grupos sociais, em todas as épocas, em todas as culturas, e se expressa em diferentes paradigmas que se refletem em todos os segmentos e organizações sociais, dentre elas, a escola. (p. 39).

Na sequência, discorreremos sobre as políticas públicas que tratam da temática sexualidade e educação sexual, na parte final, apresentamos alguns conceitos relacionados à sexualidade.

#### 3.1 Contexto histórico da Educação Sexual no Brasil

No Brasil, desde o século XVI, no então Brasil Colonial, o comportamento sexual era lascivo, especificamente para o sexo masculino, pois os homens se uniam a várias índias e com elas tinham muitos filhos, e conforme Ribeiro (2004, p. 16) tem-se nesse período, **o primeiro momento de educação sexual no Brasil**: “o sexo pluriétnico libidinoso para o homem, submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja”.

Esse panorama de educação sexual da sociedade brasileira não sofreu muitas transformações nos séculos que vão do XVII ao século XVIII, começando a haver alterações, pela substituição das mulheres indígenas, que foram expulsas da faixa litorânea para os sertões, e começou a vinda dos escravos da África, as mulheres negras, substituindo a bárbara submissão das mulheres indígenas e permanecendo o sentimento patriarcal.

Com a independência do Brasil, e início do processo de urbanização, no século XIX, alguns costumes foram alterados, os argumentos de controle da igreja, quanto ao sexo pecaminoso ou desregrado, foi substituído pelo discurso médico, com o foco da higiene e da saúde, com o objetivo de diminuir os riscos de contração de doenças físicas ou mentais.

E é desse modo, que a medicina passou a interagir com o Estado, nas palavras de Ribeiro (2004, p. 17): “a primeira está interessada em propagar seus ideais higiênicos, o segundo necessita de um aliado que dê sustentação às mudanças políticas e sociais em um país recém-liberto”. Essa aliança visou combater a elevada mortalidade infantil por meio de normas de saúde e higiene, ditadas para a orientação familiar e a educação escolar. Diante dessas medidas, surgiu **o segundo momento da educação sexual no Brasil**, buscando estabelecer o controle da sexualidade e das práticas sexuais licenciosas, sob a normatização da moral médica, da origem anterior do Brasil Colônia.

Para possibilitar uma contextualização, a seguir apresentaremos um quadro destacando os marcos históricos mais relevantes, desde o século XX até os dias atuais, sobre o tema sexualidade, que contribuíram para os avanços e retrocessos, sobre a educação sexual e que tiveram seus reflexos no Brasil. Em seguida faremos uma descrição sobre as relações desses marcadores apontados neste quadro.

**Quadro 2 - Marcos históricos**

Ano	Evento
1920	Influência médica – primeiros registros sobre educação sexual nas escolas.
1930	Publicação de livros – reconhecimento científico.
1964	Golpe Militar – repressão democrática.
1978	Início de abertura política – 1º Congresso nacional sobre educação sexual nas escolas.
1980	Sexualidade na mídia – Programa TV Mulher – “Comportamento Sexual” – Marta Suplicy.
1983	Pandemia da AIDS – educação sexual preventiva.
1988	Constituição Federal.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069.
1993	Conferência mundial sobre direitos humanos em Viena. Revisão dos direitos sexuais e reprodutivos.
1994	Conferência internacional sobre a população e desenvolvimento no Cairo.
1995	IV Conferência mundial em Pequim.
1996	Lei de Diretrizes e Bases (LDB).
1997	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), introdução aos parâmetros curriculares nacionais.
1998	Publicação dos cadernos: “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, complementando os PCNs.
2000	XV Congresso Mundial de Sexologia, em Hong Kong.
2003	Projeto saúde e prevenção nas escolas (MEC, MS e UNESCO).
2004	- Programa Brasil sem homofobia. - Movimento escola sem partido.
2010	Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Ensino Fundamental de 9 anos.
2012	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE). Retirada das menções às questões de gênero e orientação sexual.
2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental.
2018	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio.

Fonte: A própria pesquisadora<sup>1</sup>

Isto posto, foi a partir de 1920 que começaram os primeiros registros sobre educação sexual nas escolas do Brasil, tendo como forte influência as práticas higienistas médicas. Segundo Figueiró (2009, p. 87) a educação sexual no Brasil começou a ser admitida como necessária entre os anos de 1920 a 1930, com um foco mais predominante sobre as mulheres.

Conforme Fernandes (2020, p. 38), o objetivo era o combate às doenças venéreas, o controle sobre as mulheres para que, desse modo, pudessem desempenhar o papel de esposas e mães, evitando com isto e também, o “mal da masturbação”.

Desta forma, a influência médica surgiu dos estudos iniciais nas teses das faculdades de medicina no século XIX, resultando em publicações de livros já iniciados entre os anos de 1930 a 1950 e, assim, a sexualidade passou a receber um reconhecimento científico. Esses profissionais da medicina começaram a formar professores nos anos 60, e lecionar nos espaços escolares.

Figueiró (2009) nos elucida que a sexualidade e o sexo incorporam o conhecimento das Ciências, institucionalizando no Brasil os saberes sexuais, que geraram debates e reflexões entre médicos e professores que se tornaram os pioneiros da educação sexual no país. (FIGUEIRÓ, 2009, p. 130).

As publicações, cientificamente fundamentadas, foram decorrentes da relação da medicina com a sexualidade, que conforme Ribeiro (2004, p.20), fez surgir o **terceiro momento de educação sexual brasileira**, que durou até a década de 50.

Já a partir dos anos 60, surgiram mudanças culturais, políticas e sociais na sociedade brasileira, que passaram a refletir nos padrões de comportamento sexual, gerando desdobramentos até a atualidade.

As escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, nos anos 60, passaram a incorporar no currículo a temática sexualidade, que neste momento,

---

<sup>1</sup> Referências utilizadas Quadro 2:

Nascimento & Arruda, 2015. **Proposta de currículo educativo para o ensino médio sobre promoção da igualdade de gênero entre adolescentes e jovens brasileiros.**

Oficina de Educação em Sexualidade - **Projeto Educativo.** Universidade Federal do ABC, 2021.

Ribeiro, Bedin e Muzzeti. **A Institucionalização do Conhecimento Sexual no Brasil:** Sexologia e Educação Sexual do Século XIX aos Nossos Dias, Revista Humanidades e Inovação. v.7, n.272021, p. 71-88, 2021.

começaram a ser denominadas de “orientação sexual”, como distinção, para a proposta anterior, denominada educação sexual.

O termo orientação sexual passou a ser adotado, por ser conceituado como uma ação educativa, na escola, mediante a organização e sistematização do trabalho pelos professores. E foi diante desse contexto, que nos anos sessenta, começou o **quarto momento da educação sexual no Brasil**, através da implantação de diversos programas de orientação sexual, em diversas escolas.

Conforme Ribeiro (2004, p. 19), mais tarde, o termo orientação sexual, também é assumido na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pela compreensão de ser este o mais indicado ao designar a prática educativa intencional, sistematizada para a relativa aquisição do conhecimento sexual e a formação da vida sexual da pessoa.

O golpe militar em 1964 trouxe uma intensa repressão às liberdades democráticas e, conseqüentemente, seus reflexos negativos para a educação brasileira, em especial para as temáticas da educação sexual. Escolas foram fechadas em decorrência de denúncias a professores que resistiam com seus projetos sobre sexualidade, a justificativa era de que essas ações poderiam colocar em risco a inocência das crianças.

E diante desses retrocessos, a temática sexualidade apresentou-se como um tema polêmico, visto que passou por articulação entre políticas públicas surgindo, mais um obstáculo para a educação sexual.

Podemos verificar a manipulação e o poder da censura, diante de um fato ocorrido em 1968, com a deputada Júlia Seteimbruck, que ao apresentar seu projeto de Lei, propondo a inserção da educação sexual nas escolas do país, teve como devolutiva a recusa, pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, conforme Ribeiro (2004):

O período não é propício, pois o regime militar imposto pelo Golpe de Estado de 1964 reprime não só as manifestações políticas, reduzindo as liberdades individuais, mas também as manifestações da sexualidade e as implicações nos padrões de comportamento delas decorrentes. [...] A repressão atingiu também aquelas escolas renovadoras, cujo trabalho acabou por ser interrompido [...] (p. 19).

Diante dos problemas com a censura, em especial para os projetos sobre a temática sexualidade no âmbito educacional, houve interrupções, com as mudanças de governo, o que não contribuiu para que essas ações pudessem ser contínuas.

Segundo Rosemberg (1985) com isso houve uma ausência de materiais e pesquisas, ocasionando uma carência de estudos e de localização de fontes documentais, pois conforme a autora, essa lacuna é justificável “pela fase de arbítrio político pela qual passamos, com o conseqüente enrijecimento da censura, que levou ao expurgo e desaparecimento de relatórios de experiências em curso”. (p. 12).

Após esse profundo impacto de retrocesso em 1978 e, ainda de acordo com Ribeiro (2004) e Rosemberg (1985), iniciou-se a abertura política no Brasil, com o processo de liberalização da ditadura militar ocasião em que os órgãos públicos assumiram projetos de educação sexual, possibilitando a implantação nas escolas.

Uma invenção que provocou mudanças impactantes nos anos setenta, decorrente das contribuições da ciência, foi a inovação com os anticoncepcionais, conforme nos esclarece Figueiró (2018):

A desvinculação do sexo com a procriação, que já existiu na Antiguidade e mesmo na Idade Média – quando não se tinha conhecimento de que a concepção se dava por meio da relação sexual – reascendeu-se no século XX, por volta dos anos 1970, com o advento das pílulas e foi acompanhada de lenta ruptura da forte associação do prazer sexual com o pecado, associação essa que ainda é possível de ver seus resquícios, mesmo estando no século XXI (p. 3).

A tecnologia trouxe novas intervenções, transgredindo as fronteiras e certezas históricas, sobre o corpo, os modos de reprodução humana, as concepções sobre relacionamento e sexo, legitimando identidades de gênero afetando e transformando socialmente os modos de viver.

Nesse interim e no Brasil, a partir de 1978 devido a abertura política com o presidente Geisel, foi retomada a inserção da orientação sexual, com projetos nas escolas, sendo que, no período de 1978 a 1982 na Prefeitura Municipal de São Paulo no período de 1980 a 1986 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Deste modo, os órgãos públicos do Brasil, de 1980 a 2000, assumem projetos de orientação sexual nos espaços escolares, marcando **o quinto momento da educação sexual no Brasil**.

Nos anos 80 emergiu a ameaça da AIDS e a gravidez precoce entre os jovens. Todos esses acontecimentos provocaram um repensar para as questões da sexualidade que foram para além de uma manifestação individual, pois estavam estreitamente influenciadas pelas questões sociais e políticas, numa construção coletiva, que afetou todos os envolvidos no contexto histórico vivenciado.

Com o início da pandemia da AIDS, a educação sexual nas escolas assumiu um compromisso preventivo e ao discorrer sobre esse assunto, Ferreira (2020, p. 28) esclarece que a sexualidade, no ambiente escolar, frequentemente era vista como forma de prevenir ou sanar “problemas” de natureza sexual. Conforme a autora, ainda que as atitudes e comportamentos sexuais se tornassem mais flexíveis, os resquícios do século XIX exerciam poder, com recorrentes discursos de repressão, sufocando essas liberdades sexuais emergentes.

Diante dessas realidades, no estado de São Paulo, em 1978, foi realizado, o 1º Congresso Nacional sobre educação sexual nas escolas. Outros Congressos também aconteceram, contando com a participação de profissionais da educação, médicos e cientistas, tendo por objetivo, potencializar os debates e a inserção da educação sexual no âmbito educacional.

As discussões sobre sexualidade historicamente potencializam-se a partir dos anos 1980 e 1990, devido as manifestações por grupos e organizações que colocam em pauta as discussões sobre gênero, o que antes não era discutido ou defendido, demonstrando, assim, o poder que a cultura e a política têm em influenciar na construção dos conceitos e valores da sociedade.

Segundo Ferreira (2020, p. 27) na década de 80, a educação sexual no Brasil começa a evidenciar-se por meio da divulgação nos meios de comunicação. A autora cita os debates no programa matutino “TV Mulher”, intitulado “Comportamento sexual”, com a psicanalista e sexóloga Marta Suplicy. Os temas eram comportamento sexual, orgasmo, masturbação e impotência. O programa “TV Mulher” foi apresentado durante o período de 1980 a 1986.

Dentro deste período histórico no Brasil é publicada a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que, dentre outros direitos, estabeleceu as garantias para a cidadania de todos, de forma democrática na educação brasileira, de obrigação do Estado e da família, com o objetivo de promover o desenvolvimento pleno da pessoa. (BRASIL, 1988, p. 109).

No artigo 210 está estabelecido que: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988, p. 110).

Observamos que, a Constituição Federal já previa a possibilidade de se fixar conteúdos mínimos que poderiam compor a etapa do Ensino Fundamental, visando

assegurar uma base comum, respeitando os valores culturais, nacionais e regionais (BRASIL, 1988, p. 109 e 110).

Quanto as garantias do direito à educação, à informação e à proteção, no Artigo 227, está definido como sendo de responsabilidade da família, do Estado e de toda a sociedade, assegurar às crianças, aos jovens e adolescentes, priorizando, os direitos relativos:

À educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: [...] VII - § 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 1988, p. 117).

Embora a temática sexualidade, não esteja explícita na Constituição Federal, compreendemos que a educação sexual na escola, é uma forma de prevenção, pois, é por meio da informação e do diálogo que as crianças e os adolescentes conseguirão identificar, denunciar e se manter a salvo da violência e da exploração sexual.

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei 8.069, no dia 13 de julho de 1990, houve um real incremento nas políticas públicas e o reconhecimento dos direitos, deveres e necessidades específicas da infância e adolescência, conforme o artigo 3º, esses direitos são extensivos a todas as crianças e adolescentes:

Sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990, p. 15).

Neste documento também está previsto a integralidade de desenvolvimento humano, mediante a garantia do acesso a todas as oportunidades e facilidades, a fim de promover o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Com a preocupação em garantir uma educação democrática, em condições de liberdade e igualdade, que abarca toda a diversidade da criança e do adolescente, bem como, do contexto de comunidade em que estão inseridos.

São vários os artigos previstos como medidas de punição as pessoas que cometeram ou intentaram contra a criança ou o adolescente o abuso sexual, como por exemplo, por meio de opressão, maus tratos e exposição a situações de violência.

Ainda no ECA no título VII sobre os crimes e das infrações administrativas, estão descritas as devidas penalidades, os tipos de exposições, que são considerados crime, tendo como encaminhamento o afastamento do agressor da convivência ou moradia em comum com o menor, vítima de tais circunstâncias, sendo:

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008). Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008) Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008) I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008) II – pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008) Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008). (BRASIL, 1990, p. 115).

Os princípios norteadores denotaram possibilidades abertas para a abordagem de temas contemporâneos, relativos a vida dos educandos, sendo um avanço para as garantias dos direitos pautados no ECA (BRASIL, 1990).

Na década de 90, houve também um crescente posicionamento a respeito dos direitos individuais reprodutivos e sexuais, por meio de congressos e conferências, firmando acordos que repercutiram mundialmente.

Com o objetivo de analisar os mecanismos de proteção aos direitos humanos, em 1993 ocorreu a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, cujo propósito foi o de reconhecer e encontrar meios de superar a violação dos direitos inerentes à pessoa humana.

Dentre os vários temas discutidos na Conferência de 1993 e, especificados na declaração e programa de ação de Viena, destacaremos a importância da educação como forma de proteção e garantia dos Direitos Humanos, em especial os itens que dizem respeito as crianças:

I – 21 – [...] em todas as iniciativas relativas à infância, a não-discriminação e o interesse superior da criança deverão constituir considerações primordiais, devendo ter-se na devida conta as opiniões da criança. Os mecanismos e

programas de âmbito nacional e internacional deverão ser reforçados com vista à defesa e à proteção das crianças, em particular, das meninas, das crianças abandonadas, dos meninos da rua, das crianças sujeitas a exploração econômica e sexual, nomeadamente através da pornografia e da prostituição infantil ou da venda de órgãos, das crianças vítimas de doenças, incluindo a síndrome da imunodeficiência adquirida, das crianças refugiadas e deslocadas, das crianças sujeitas a detenção e das crianças envolvidas em conflitos armados, bem como das crianças vítimas da fome e da seca e de outras situações de emergência. A cooperação e a solidariedade internacionais deverão ser promovidas, com vista a apoiar a aplicação da Convenção, e os direitos da criança deverão constituir uma prioridade no âmbito da ação alargada do sistema das Nações Unidas na área dos Direitos.

II – 78 - Educação em matéria de Direitos Humanos. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos considera que o ensino, a formação e a informação ao público em matéria de Direitos Humanos são essenciais para a promoção e a obtenção de relações estáveis e harmoniosas entre as comunidades, bem como para o favorecimento da compreensão mútua, da tolerância e da paz.

II - 79 - Os Estados deverão erradicar o analfabetismo e deverão direcionar o ensino para o desenvolvimento pleno da personalidade humana e para o reforço do respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela a todos os Estados e instituições que incluam os Direitos Humanos, o Direito Humanitário, a democracia e o primado do direito como disciplinas curriculares em todos os estabelecimentos de ensino, formais e não formais.

II - 80 - A educação em matéria de Direitos Humanos deverá incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, conforme definidos nos instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos, a fim de alcançar uma compreensão e uma consciencialização comuns, que permitam reforçar o compromisso universal em favor dos Direitos Humanos.

II - 81 - Considerando o Plano Mundial de Ação para a Educação em matéria de Direitos Humanos e Democracia, adotado em Março de 1993 pelo Congresso Internacional para a Educação em matéria de Direitos Humanos e Democracia da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, bem como outros instrumentos em matéria de Direitos Humanos, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda que os Estados desenvolvam programas e estratégias específicos que assegurem uma educação, o mais abrangente possível, em matéria de Direitos Humanos e a divulgação de informação ao público, com particular incidência sobre as necessidades das mulheres no campo dos Direitos Humanos. (ONU, 1993, p. 6-20).

A conferência de Viena teve por objetivo, avaliar a educação em direitos humanos, mediante a participação dos estados e das organizações pertencentes a sociedade civil, representando um marco educacional.

No ano de 1994, no Cairo, ocorreu a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, com o apontamento de iniciativas orientadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, que trouxeram para discussão conceitos sobre ética, família, direitos sexuais e reprodutivos.

Conforme Tânia Patriota (2004) na Conferência do Cairo, compareceram mais de onze mil pessoas, representantes de 179 países. Foram delineados vários compromissos a serem assumidos para a garantia do desenvolvimento humano,

mediante o reconhecimento da igualdade e da dignidade, com vistas a um desenvolvimento sustentável, comum a todos.

Conforme pode ser observado no programa de ação e, para a concretização dessas metas, destacou-se a necessidade de apoio para o planejamento familiar, e nesse sentido, as ações de promoção para saúde reprodutiva e a saúde sexual.

Capítulo 1: 1.8 – [...] O mundo, como um todo, mudou na maneira de criar novas e importantes oportunidades de abordar os problemas de população e desenvolvimento. Entre as mais significativas estão as mudanças de atitude dos povos do mundo e de seus líderes com relação à saúde reprodutiva, planejamento familiar e crescimento populacional; resultando, inter alia, no novo conceito geral de saúde reprodutiva, inclusive de planejamento familiar e de saúde sexual, conforme definido no presente Programa de Ação. Uma tendência particularmente encorajadora tem sido o fortalecimento do compromisso político de muitos governos com políticas demográficas e programas de planejamento familiar. Nesse sentido, um crescimento econômico sustentado, no contexto de um desenvolvimento sustentável, ressaltará a capacidade de países de resistir às pressões de um esperado crescimento populacional; facilitará a transição demográfica em países onde se verifica um desequilíbrio entre indicadores demográficos e metas sociais, econômicas e ambientais, e permitirá o equilíbrio e a integração da dimensão demográfica em outras políticas relacionadas com o desenvolvimento. (PATRIOTA, 2004, p. 40).

Diante da identificação das vulnerabilidades, da exploração e do abuso sexual, a educação sexual, é um dos meios apontados como forma de melhoria social dos países, com um olhar minucioso para a proteção da mulher, das crianças, em especial das meninas e, para tanto, o reconhecimento da igualdade de gênero, conforme pode ser observado no capítulo VII:

7.3 [...] Como parte de seus compromissos, toda atenção deve ser dispensada à promoção de relações mutuamente respeitadas e equitativas entre os sexos, particularmente, à satisfação de necessidades educacionais e de serviço de adolescentes para capacitá-los a tratar sua sexualidade de uma maneira positiva e responsável. A saúde reprodutiva é motivo de frustração de diversos povos do mundo por causa de fatores tais como: níveis inadequados de conhecimento da sexualidade humana e informação e serviços inadequados ou de pouca qualidade na área da saúde reprodutiva; a predominância de um comportamento sexual de alto risco; práticas sociais discriminatórias; atitudes negativas com relação à mulher e à jovem; o limitado poder que têm muitas mulheres e moças sobre suas próprias vidas sexuais e reprodutivas. Os adolescentes são particularmente vulneráveis por causa de sua falta de informação e de acesso a serviços pertinentes na maioria dos países. Homens e mulheres mais idosos têm diferentes problemas de saúde reprodutiva e sexual, muitas vezes tratados de maneira inadequada. (PATRIOTA, 2004, p. 63).

Patriota (2004) relata que, toda a temática discutida na Conferência do Cairo, ainda se mantém atual e viva, porém, muitos foram os movimentos contrários à essa Agenda, que teve como meta, a garantia dos direitos humanos. Portanto, e ainda de acordo com a mesma autora, se faz imprescindível os esforços de vigilância como

forma de evitar possíveis retrocessos, diante de direitos conquistados mediante muitos esforços de negociação.

Reafirmando esses direitos, em 1995, aconteceu a IV Conferência Mundial, em Pequim, sinalizando avanços para os direitos a igualdade de gênero.

Conforme Florêncio e Mendes (2020) a Declaração de Pequim foi de suma importância, e contou com a representação de 189 nações, que selaram um pacto, para a igualdade de direitos e oportunidades para o empoderamento das meninas e mulheres.

Ainda conforme as autoras, a declaração estabeleceu áreas prioritárias, dentre elas: pobreza, educação e capacitação, saúde, violência, economia, mídia e também poder e liderança. Apesar desse reconhecimento, após tantos anos, os avanços para essas conquistas, não têm sido suficientemente rápidos, pois nenhum país atingiu a igualdade de gênero.

Em especial no Brasil, os espaços no âmbito político ainda se mostram com pouca representatividade, visto que, em 1994, as mulheres ocupavam apenas 7% das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado e em 2020, 15%. Concluem que, embora os avanços tenham repercutido no sentido de fortalecer as mulheres, ainda se faz necessário, ocupar de modo mais significativo os espaços de poder. (FLORÊNCIO; MENDES, 2020, p. 1)

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe as normas de orientação para os sistemas de ensino, proporcionando uma autonomia relativa as unidades escolares e seus docentes, ao estabelecer aos professores a incumbência de participar da elaboração das propostas pedagógicas, intencionando o desenvolvimento da gestão democrática.

Com a regulamentação da LDB (BRASIL, 1966), estabeleceu-se os PCNs (BRASIL, 1997), delineando as metas de educação para o exercício da cidadania, desse modo a orientação sexual, recebeu o reconhecimento oficial para a relevância nas ações educativas.

Simultaneamente com esses princípios, começaram a emergir a reforma educacional, dando subsídios a temas que não eram contemplados no currículo escolar, por meio dos Parâmetros Curriculares.

A consolidação dos PCNs (BRASIL, 1997) foi um grande avanço para a educação sexual em nosso país e ainda continua sendo pertinente na atualidade, pois expressou a real necessidade de se tratar os assuntos contemporâneos.

Possibilitando o acesso cultural no âmbito escolar, ao incorporar os temas transversais como: a sexualidade, o meio ambiente e a saúde, permeados pelas questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade. Enquanto entre os anos de 1998 a 2000, houve a publicação do caderno “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, complementando com os Temas Transversais.

Os PCNs (BRASIL, 1997) favoreceram e possibilitaram a educação sexual e as discussões sobre sexualidade de modo abrangente e no âmbito nacional, conforme podemos observar em seus princípios e fundamentos:

[...] o cuidado com o corpo e com a saúde, passando pela educação sexual, e a preservação do meio ambiente são temas que ganham um novo estatuto, num universo em que as referências tradicionais, a partir dos quais eram vistos como questões locais ou individuais, já não dão conta da dimensão nacional e até mesmo internacional que tais temas assumem, justificando, portanto, sua consideração. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão dessas formas e sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política. (BRASIL, 1997, p. 27).

Segundo Ribeiro (2004, p. 24) a trajetória histórica da educação sexual no país, apesar dos retrocessos, com a LDB e os PCNs, avançou para o **sexto momento da educação sexual no Brasil**.

Esses avanços foram possíveis de serem alcançados devido a visão contemporânea trazida pelos PCNs (Brasil, 1998), no reconhecimento da sexualidade como dimensão indissociável nas relações humanas, conforme explicitado:

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social. As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas. (BRASIL, 1998, p. 67).

As ações didáticas, neste documento, quanto a sexualidade, recebem a nomenclatura de orientação sexual, destacando a necessidade de inclusão da temática nos projetos políticos das escolas.

Um dos pontos negativos aos PCNs (BRASIL, 1998) foi que, destacar a importância da temática não garantiu a sua obrigatoriedade e, portanto, pouco foi

realizado no sentido de capacitar os professores para o trabalho pedagógico quanto as questões que se referem à educação sexual.

Conforme Ferreira (2020, p. 91) em 1997, houve o XV Congresso Mundial de Sexologia, em Hong Kong - China, e nesta Assembleia Geral da WAS (*World Association for Sexology*) foram aprovadas as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, conforme as decisões do XIII Congresso Mundial de Sexologia, do ano de 1997.

No ano de 2003, houve o lançamento do projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”, tendo como projeto piloto o Município de Curitiba, de acordo com as Diretrizes, o objetivo foi favorecer a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica. As ações pedagógicas visaram a prevenção e a promoção de atenção à saúde. Posteriormente, esse projeto foi expandido a 26 estados do Brasil sendo que, no Distrito Federal, houve a implantação em 600 municípios (BRASIL, 2003, p. 6)

O programa “Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2004, p. 7) visou o combate à violência e à discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de promoção da cidadania homossexual, tendo ocorrido no ano de 2004. Esse programa representou um avanço e um marco histórico pelo reconhecimento e respeito a diversidade, em resposta as conquistas políticas e sociais.

O Ministério da Educação no ano de 2010 fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de nove anos, reunindo os princípios, os fundamentos e os procedimentos para orientar as políticas públicas em todas as modalidades do Ensino Fundamental na educação brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, tem como fundamento maior que o direito a educação, é público, subjetivo e inalienável do ser humano, sendo dever do Estado e da família a garantia esses direitos.

Determinando que as escolas devem assegurar aos seus educandos, o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis ao desenvolvimento pessoal e social. Quanto a articulação do conhecimento por meio do currículo, no Artigo 16 assim foi definido:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social,

assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (BRASIL, 2010, p. 5).

Com esses conceitos, a diversidade cultural permeia o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento, sendo a transversalidade uma das maneiras de articular o currículo de modo integrado.

Para assegurar esses direitos de aprendizagem, a responsabilidade é atribuída aos órgãos executivos dos sistemas de ensino, para que “contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente” (BRASIL, 2010, p. 5).

No ano de 2012, foi instituída as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, devendo ser seguidas pelos sistemas de ensino, para o reconhecimento dos Direitos Humanos, como um dos eixos fundamentais para à educação.

O objetivo central deste documento é o desenvolvimento da vida por meio da convivência cotidiana, tendo os direitos humanos como forma de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global. Para a efetivação a educação em direitos humanos e para tanto, dispõe em seu Artigo 3º:

[...] com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p. 1-2).

Essa resolução teve como norteadores os Direitos Humanos (BRASIL, 2012) internacionalmente reconhecidos, nos âmbitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, de modo individual, coletivo, transindividuais ou difusos, objetivando a igualdade e de defesa da dignidade humana.

A fim de reconhecer os direitos de cidadania dos jovens com idade entre 15 e 18 anos de idade, em 2013, foi instituído o Estatuto da Juventude com a Lei 12.852, que dispõe sobre as diretrizes de participação social e política. As ações do poder

público para a garantia dos direitos à diversidade e à igualdade, contempla a adoção de várias medidas, dentre elas, destacamos:

III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito; V – inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e VI – inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças. (BRASIL, 2013, p. 29).

A regularização dessa Lei, foi um marco pelos direitos a igualdade, e para a não discriminação de raça, etnia e classe social, intencionando que os jovens tenham a garantia e os direitos para participação social e política, profissionalização e sustentabilidade.

Infelizmente, vivenciamos um extremo retrocesso com a implantação do Plano Nacional de Educação – PNE, para os decênios 2014-2024, instituído pela Lei 13.005/2014, que ao definirem as diretrizes e metas norteadoras da educação brasileira, são retiradas as questões sobre Sexualidade, Gênero e discriminação racial.

O movimento Escola Sem Partido, ganhou popularidade na mídia e nas redes sociais. Segundo Zan e Krawczyk (2019, p. 612), esse projeto fez uso de uma linguagem simples, mas que, difundidos popularmente e no campo político, invadiu o espaço escolar.

As autoras destacam os principais itens deste projeto, que mais afetaram a educação e causaram retrocesso, sendo eles: a concepção de escolarização; a desqualificação do professor; as estratégias discursivas de delação do trabalho do professor e a defesa do poder total dos pais sobre os filhos.

Fernandes e Ferreira (2021) esclarecem que o movimento ESP surgiu no Estado de São Paulo, tendo como precursor, o então procurador Miguel Nagib.

A proposta apresentada pelo movimento escola sem partido, foi a alteração do artigo 3º da LDB (1996) que conforme as autoras, tinha como sugestão, a inclusão dos termos “aos princípios do ensino, um dispositivo que se refere ao respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. (FERNANDES; FERREIRA, 2021, p. 194).

A justificativa para o movimento da escola sem partido, foi uma concepção de que os professores influenciavam ao transmitir valores pessoais, com isso induzindo os alunos a ideais distorcidos, do mesmo modo, invadindo a autonomia familiar.

A repercussão do movimento escola sem partido refletiu na elaboração da BNCC para o Ensino Fundamental, que teve sua publicação e homologação no ano de 2017, sofrendo fortes influências de grupos religiosos e de alguns senadores conservadores, revelando também um retrocesso para anos de conquista democrática. As possíveis discussões em torno das temáticas gênero e educação sexual, foram desconsideradas e, portanto, suprimidas.

Assim, como no Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) que retirou as expressões “orientação sexual e gênero”, o mesmo ocorreu na elaboração da BNCC (BRASIL, 2017) e que infelizmente, representam uma omissão aos direitos de cidadania e democracia aos estudantes e professores de nosso país.

Buscando compreender como a questão da sexualidade é tratada na BNCC realizamos uma pesquisa, para tal estudo, utilizamos os seguintes termos: educação sexual, orientação sexual e sexualidade, e assim localizamos os seguintes dados:

- O termo “educação sexual” e/ou “orientação sexual” não aparece nenhuma vez;

- A palavra “sexo” aparece 2 vezes. A primeira, na página 15, diz respeito as oportunidades para o acesso e permanência na escola, de grupos definidos por raça, sexo e condições socioeconômica. A segunda, na página 387, não se trata da divisão entre masculino e feminino, ou o sexo nas relações humanas e sim sobre análise territorial da população brasileira.

- A palavra “sexualidade” aparece 3 vezes, sendo que na página 327, o termo é contemplado na área de Ciências da Natureza, e depois nas páginas 348 e 349 como competências específicas para o Ensino Fundamental no 8º ano, em vida e evolução, mecanismos reprodutivos, que citamos a seguir:

[...] nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2017, p. 327)

Com a intenção de ampliar a busca, utilizamos os termos “vida e evolução”, pois estas são as palavras utilizadas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL,

2017) para a do estudo das questões relacionadas aos seres vivos, visando garantir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, objetivando o desenvolvimento dos alunos, no estudo de Ciências (BRASIL, 2017, p. 7).

No 1º ano do Ensino Fundamental, na unidade temática corpo humano, os objetos de conhecimento e habilidades, são localizar, nomear, representar e explicar suas partes e funções. São apontados os cuidados com a higiene pessoal; a comparação entre as características físicas; a valorização da diversidade e respeito as diferenças (BRASIL, 2017, p. 29).

Verificamos que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) traz como proposta o estudo das questões inerentes aos seres vivos, suas necessidades de vida como fenômeno natural e social e as habilidades e competências para este desenvolvimento do aluno. Porém, nesta etapa do Ensino Fundamental que abrange do 1º ao 9º ano, o currículo é contemplado apenas no 1º ano com a temática corpo humano e depois sexualidade no 8º ano.

Neste sentido, observamos uma lacuna, pois a sexualidade, é um processo permanente nas relações sociais e, portanto, no âmbito educacional, a educação sexual, deveria ser contemplada, em todos os seus ciclos, desde a Educação Infantil, a inexistência ou fragmentação desse processo de aprendizado, impossibilita a progressão desses conhecimentos.

Concordamos com a recomendação e revisão ocorrida em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO que trouxe as Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade.

Que teve por objetivo que mundialmente possa ser incorporada a agenda 2030, visando transformações para se atingir um mundo justo, igualitário, tolerante, aberto e socialmente inclusivo, que incluía a diversidade humana, não deixando ninguém para trás.

A Agenda 2030, pressupõe que a educação de qualidade deve se constituir mediante o Desenvolvimento Sustentável, com a boa saúde e o bem-estar, a igualdade de gênero e os direitos humanos, como questões intimamente interligadas (UNESCO, 2019, p. 9).

Diante do contexto histórico mencionado sobre os avanços e retrocessos para a inclusão da temática educação sexual e sexualidade no âmbito escolar, percebemos o quanto as questões políticas e sociais podem favorecer ou impossibilitar esse diálogo.

Porém, apesar de todas as dificuldades suscitadas historicamente para compreensão dos temas sexualidade, sexo e gênero, se faz relevante que essa temática seja visualizada no território escolar, como garantia dos direitos humanos. Pois este conhecimento, propõe uma aprendizagem de garantia para uma educação integral e de boa qualidade, por meio de um currículo capaz de promover um impacto positivo na saúde e no bem-estar dos educandos.

Como o espaço de pesquisa pretendido é uma escola pública, situada no ABC Paulista, analisamos o documento dessa rede, denominado como Documento Curricular da Rede Municipal e que é norteado pelas diretrizes dos documentos oficiais como: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Consideramos importante esclarece que a última atualização deste documento ocorreu nos anos de 2017 a 2019, com a revisão e organização do currículo, esse movimento aconteceu por meio de discussões e reflexões, tendo como integrantes os profissionais da educação em atuação nesta rede de ensino.

Deste modo, passamos a analisar quais são as concepções fundantes em relação aos conceitos de: criança, aprendizagem, docência e gestão democrática, procurando identificar quais as possibilidades que possam favorecer o trabalho de educação sexual e sexualidade na escola.

Nas primeiras discussões, para o atendimento as políticas públicas e adequação das premissas da BNCC (BRASIL, 2017) também foi incorporada a Lei nº 9.723, de 20 de julho de 2015, que legitimou o Plano de Educação do município e que tem como metas sua implantação no período de 2015 a 2025.

No ano de 2018, após o alinhamento da concepção como sócio-histórico-cultural, iniciou-se a escrita e a organização dos documentos curriculares, com a constituição das diretrizes pedagógicas voltadas às etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental Anos Iniciais, bem como a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 2019, houve a homologação dos referidos documentos que foram organizados em três volumes sendo: **Volume I** - Documento Curricular da Rede Municipal, contendo os aspectos referentes à concepção de Educação Básica, a Avaliação Institucional e a Avaliação de Sistema; **Volume II** - contendo as diretrizes pedagógicas voltadas à E. I. e Ensino Fundamental - Anos Iniciais; **Volume III** contendo as diretrizes pedagógicas voltadas à EJA.

A concepção sócio-histórico-cultural postulada pela teoria de Vygotsky (1896-1934) teve como princípio a transposição de uma educação transmissora de informações para uma educação pautada na construção de conhecimentos, sendo organizada a abordagem educativa com as seguintes dimensões:

Como três vértices de um mesmo pensamento, a referida teoria nos desafia a ter uma abordagem sustentada nas seguintes dimensões (BERNI, 2007, p. 9; FRENHAM, 2016, p. 60): - **Social**: fundamental para marcar a questão das relações humanas; - **Histórica**: ao produzir sua existência, o ser humano o faz por meio de ideias e objetos, com base material de sua sociedade e de sua cultura, que refletem a realidade de determinado momento histórico. Relaciona-se às influências do tempo sobre o Ser Humano; - **Cultural**: será na apropriação da experiência histórica e cultural que se dará o processo de desenvolvimento do “homem” como Ser Humano. Considera as influências humanas sobre a temporalidade (SANTO ANDRÉ, 2019a, v. I, p. 7).

Com essa perspectiva, nesta rede de ensino, a dimensão humana da educação é mediada de maneira dialética, por diferentes elementos e relações, tendo a escola como seu principal instrumento, considerando o sujeito histórico, cultural e social, reconhecendo seus direitos, com todas as etapas específicas do desenvolvimento e do conhecimento.

Norteados por essas concepções e pelos documentos oficiais, primaram para a clareza de objetivos das aprendizagens essenciais, dos princípios metodológicos e de avaliação. Simultaneamente, considerando as discussões de diversos fóruns educacionais e movimentos sociais, voltados aos diferentes segmentos e temáticas, para que o direcionamento do trabalho nas unidades escolares, possam garantir a equidade das oportunidades de aprendizagem a todos. A efetivação de garantia a aprendizagem, pressupõe que ao mesmo tempo que seja comum a toda a rede, considera as especificidades de cada Unidade Escolar (U.E.).

As especificidades, deverão ser contempladas durante a elaboração do PPP de cada U. E., tendo como integrante o patrimônio cultural, permitindo a todos uma leitura do mundo em que os participantes se encontram inseridos, visando a compreensão dos âmbitos: sociocultural, histórico e temporal, conforme esclarecido: “processo que leva ao reforço da autoestima dos sujeitos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural”. (SANTO ANDRÉ, 2019a, p. 10, v. I).

Sob essa lógica, de múltiplo e plural e ainda, ao ser considera a especificidade de cada U. E., compreendemos que essas particularidades também são observadas,

para as diferentes faixas etárias dos discentes e a cada etapa de ensino, com a previsão de novas demandas e necessidades.

Diante disso, visualizamos uma excelente oportunidade para o trabalho com a sexualidade e a educação sexual pois, esse aprendizado pressupõe o autoconhecimento e o reconhecimento da diversidade que se encontra contemplada neste documento, por meio de uma concepção de gestão democrática, articulando atitudes para a promoção de ações que incentivem a participação social da comunidade escolar que são a escola, a família e a comunidade.

Nesse sentido, afirma-se que todos os envolvidos são responsáveis pela construção do ambiente e por práticas para um atendimento de qualidade, que incorpora ações de respeito à criança e uma postura humanizada.

Sendo consideradas as situações do cotidiano, mediante a articulação dos conhecimentos prévios das crianças com os conhecimentos científicos, para que esses saberes auxiliem na formação de educandos autônomos, críticos, cooperativos, criativos e atuantes, visando uma sociedade mais justa e igualitária de educação e cuidado. (SANTO ANDRÉ, 2019a, p. 29, v. I).

Compreendemos que sendo a sexualidade indissociável ao existir humano, todos os conceitos a ela associados, eclodem no cotidiano, pois fazem parte da vida, e neste contexto, os educandos estão constantemente revelando seus saberes, explicitando os valores que lhe foram transmitidos pelas famílias e pelo meio em que vivem.

Portanto, é natural que os alunos façam questionamentos o tempo todo, sobre si e sobre os outros e, quando uma criança faz uma pergunta, é por que ela já tem um saber prévio, que pode ser por diversos motivos, como por exemplo ter ouvido, presenciado ou vivenciado uma situação, que a deixou em conflito, ou apenas curiosa.

Então são nesses momentos que se pode inserir a temática da sexualidade de uma forma científica e dialógica, pois esse é o papel da educação. Não omitir, mas dialogar em um processo constante de aprendizagem que é significativo por fazer parte da vida dos educandos e, portanto, constituído em um direito de cidadania.

Neste documento, encontramos a afirmação de que a educação é um direito inalienável do ser humano, sendo elencados os fundamentos e os princípios relativos à educação básica, como:

(i) fundamentos com base nos direitos à educação de qualidade, assegurando uma formação cidadã, garantindo a promoção de aprendizagens

significativas, com usufruto dos bens sociais, culturais, científicos e de forma equitativa; (ii) princípios de caráter ético, político e estético que balizem as ações pedagógicas. (SANTO ANDRÉ, 2019b, p. 15, v. II).

Nesse sentido, afirma-se que o ensino proporciona uma educação integral, respeitando as individualidades, mediante práticas pedagógicas para o conhecimento das diferentes linguagens, em situações de ampliação do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico.

Inferimos que o conhecimento das diferentes linguagens pressupõe a interdisciplinaridade, ou seja, a informação passa a ser uma construção gradativa e que, portanto, é discutida por fatos reais que estão presentes no cotidiano e ao mesmo tempo, podem ser comprovados cientificamente, não estando necessariamente, atrelados em uma única disciplina.

Nessa perspectiva a educação sexual baseada no conhecimento científico poderá ser abordada em todas as disciplinas, conforme nos esclarece Mesquita (2018) sobre o contexto da sexualidade humana no E. F. Anos Iniciais:

Em relação aos assuntos relativos à sexualidade humana, o letramento científico é percebido na apreensão, pelas crianças, não apenas do vocabulário científico usado durante as aulas de ciências, mas ao conseguir colocar em prática, em seu dia a dia, nos diversos ambientes sociais, os termos aprendidos e, além disso, quando sabem discuti-los à luz de resolução de problemas sociais ou para a compreensão de fenômenos relacionados à Ciência e à tecnologia. (p. 54).

Em relação a visão de instituição, está explicitado que a escola deve ser um espaço educativo, buscando a garantia dos direitos para o acesso e a permanência das crianças, com base no princípio da equidade.

O princípio da equidade, tem como parâmetros que o espaço escolar seja: acolhedor, multicultural, democrático, de respeito à diversidade e à inclusão e que dessa forma venha a proporcionar o desenvolvimento integral das crianças. (SANTO ANDRÉ, 2019b, p. 19, v. II).

Corroborando para a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças, a responsabilidade do docente, se faz mediante práticas pedagógicas coerentes à concepção de ensino-aprendizagem, com intencionalidade, respeitando os conhecimentos prévios e a articulação com os conhecimentos científicos. Nesse contexto, pretende-se auxiliar na formação de sujeitos críticos e autônomos.

Nessa perspectiva a rede de ensino, intenciona um docente, aberto ao diálogo, ampliando seus conhecimentos sobre desenvolvimento humano e didática, estando

apto a ensinar enquanto aprende, para que assim, possa inovar com suas práticas de um modo reflexivo. A qualificação da prática requer a formação continuada, norteada por atitudes de ética, de democracia, de crítica, de criatividade e de cooperação.

As próximas seções do Documento Curricular, tratam dos princípios norteadores das ações educativas para a Educação infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais, seguidos com as especificações quanto ao currículo, o sistema de avaliação conforme as áreas do conhecimento para essas modalidades da educação.

Antes de concluirmos o estudo desse documento, se faz necessário fazer um adendo sobre o contexto vivenciado entre os anos de 2019 ao início de 2022, pois foi vivenciada uma situação inesperada, passando por momentos de isolamento total e parcial, sendo que, as aulas presenciais foram suspensas no mês de março do ano de 2020, como forma de prevenção a propagação do Corona vírus.

Devido a pandemia, muitas incertezas assolaram nosso país e o mundo, a princípio, acreditava-se que essa seria uma situação de curto prazo, e que logo se retomaria as aulas presenciais, porém, diante deste contexto, a vida social exigia um isolamento entre as pessoas, como um todo.

Assim, no cenário brasileiro e de vários países, a pandemia foi se agravando com a propagação do vírus e diante dessa situação, o sistema educacional, buscou se adaptar a essa nova realidade.

Essa rede Municipal, buscando garantir a oferta de aulas e atividades, passou por um processo de reorganizando e replanejamento das ações educativas, conseqüentemente, pela flexibilização e ressignificação de seu currículo. Pois, diante dessa situação atípica, tanto no âmbito educacional, quanto em outras esferas, não se sabia quando e nem como aconteceria o retorno e normalização das atividades presenciais.

Diante dessa realidade, foram organizados grupos de estudos entre os docentes, que foram realizados por meio de encontros on-line, para que os profissionais da educação pudessem avaliar, quais as expectativas de aprendizagem seriam consideradas imprescindíveis para a realidade da comunidade escolar e conseqüentemente planejassem um currículo flexível, visando o enfrentamento dessa nova situação.

Assim, foi composta uma Matriz de Referência emergencial, a ser utilizada no formato de ensino remoto, composta pelo conjunto de habilidades consideradas prioritárias, com orientação para as ações educativas, tendo como referência a Matriz

Curricular Macro, e, ao mesmo tempo, possibilitando a flexibilização do currículo de acordo com o perfil de cada comunidade escolar e o contexto do isolamento social, à medida que esse panorama fosse se modificando.

No segundo semestre do ano de 2021, diante das campanhas de vacinação e a diminuição dos casos de corona vírus, uma nova organização foi desenvolvida, mediante a organização de pequenos grupos de alunos, que foram gradativamente, retornando as aulas presenciais.

No início do ano de 2022, as aulas presenciais foram retomadas, mantendo os protocolos de segurança e saúde, e a questão do currículo, foi objeto de novas discussões e adaptações, visto que, devido ao ensino ter ocorrido no formato remoto, novas necessidades surgiram.

Na próxima seção, traremos o conceito de educação sexual como um movimento constante nas relações sociais e quais os conceitos que integram a sexualidade como uma dimensão humana.

### **3.2 Alguns conceitos que tratam de sexualidade**

Mas o que é essa tal sexualidade?

A sexualidade diz respeito a quem cada pessoa é, ou de um modo mais abrangente, como tem se constituído, vivenciado sua saúde mental e física, construindo e desconstruindo valores e concepções. E, portanto, podemos dizer que vários conceitos são integrados a sexualidade e que mais adiante especificaremos.

Sendo parte de nossa existência, e em constante construção, não é de se estranhar que desperte a atenção das crianças, dos adolescentes e até dos adultos.

Neste sentido e de acordo com Louro (2021, p. 11), é preciso compreender que a sexualidade não é apenas pessoal, pois é também social e política, e que é, portanto, é ao longo da vida construída, de muitas maneiras, por todos os sujeitos.

Nessa linha de pensamento, não podemos ignorar todo o processo histórico que influencia a compreensão que temos sobre a sexualidade, que também integra o âmbito social, cultural, político, religioso e ético.

Conforme Ribeiro, a sexualidade, é entendida como:

[...] um conjunto de fatos, sentimentos e percepções vinculados ao sexo ou à vida sexual. É um conceito amplo, que envolve a manifestação do impulso sexual e o que dela é decorrente: o desejo, a busca de um objeto sexual, a representação do desejo, a elaboração mental para realizar o desejo, a influência da cultura, da sociedade e da família, a moral, os valores, a religião,

a sublimação, a repressão. Em sua essência, a sexualidade é biológica, e tem como objetivo primordial – aqui com o significado de fonte, princípio, origem – a perpetuação da espécie. Mas o ser humano, com o uso da razão e das outras faculdades mentais, pôde ir além do impulso biológico e usar a manifestação da sexualidade para outros fins. Mais precisamente, encontrou nela uma forma de dar e receber prazer. Essa sensação ocorre por intermédio do sistema nervoso central, é estimulado por sentimentos e fantasias sexuais e é decorrente de uma resposta sexual a um dado estímulo plantado em sua mente. (RIBEIRO, 2005, p. 1).

Historicamente as manifestações sobre sexo e sexualidade não são conceitos de fácil compreensão, e por estes motivos, são cercados de muitos tabus e de situações repressoras, provavelmente, decorrentes de questões culturais, sociais, políticas e econômicas.

Os conceitos sobre corpo, sexo e sexualidade são distintos, porém, não dissociados da vida humana. A sexualidade se constitui historicamente pela incorporação de fatores culturais e sociais, formada por forças de controle e movimentos de resistência, conforme Foucault (1999, p. 100) é um “dispositivo histórico”.

Não é possível fixar um momento com início e término para o assentamento da sexualidade, pois ela se constitui de modo instável e, por este motivo, passível de transformações, mediada por interações coletivas, não se desvinculando dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais, ao contrário, é uma junção de todas essas dimensões. Conforme Louro (2021, p. 6), a sexualidade é gerada por meio dos múltiplos discursos sobre sexo, que se instauram por forças que regulam, normatizam produzindo saberes e verdades.

Para Figueiró (2001, p. 39), não pode ser concebida como uma parte isolada do corpo, ao contrário é uma construção social do indivíduo. O sexo está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, que todo ser humano traz desde o nascimento. É no corpo e durante a vida, que ocorrerá a ampliação progressiva do desenvolvimento, bem como a constituição da identidade e subjetividade de cada um.

Conforme Foucault (1999, p. 9) antes do século XIX, não havia uma censura socialmente opressora e “as práticas não procuravam segredo”, sem padrões para o certo ou errado, inclusive as crianças, veiculavam livremente entre as falas e até mesmo as ações dos adultos.

A partir do século XIX, a cultura ocidental, foi marcada pela fase vitoriana e surgiu o termo sexualidade, novos conceitos começaram a ser formulados, ampliando

a compreensão do termo sexo. Porém, numa dimensão de imposição de forças da lei e do direito de falar, o sexo limitou-se ao ato da procriação entre o casal, portanto, no segredo resguardado e mantido entre as quatro paredes do quarto conjugal.

O espaço destinado para os “ilegítimos” prazeres da sexualidade, ocorriam em locais bem distantes do âmbito familiar e reservados para o homem, que pagava para obter sua satisfação em surdina nos prostíbulos, conforme Foucault (1999, p. 10) em atendimento a imposição do “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”.

Nessa perspectiva do panorama histórico e cultural, que se constituíram as identidades sociais, incorporando, as questões de raça, de classe e de gênero. Determinou-se o que poderia ser considerado como ações e comportamentos normais e os indivíduos que estivessem fora dos padrões convencionados, eram ignorados, silenciados e conseqüentemente excluídos pela força do poder. Foucault nos esclarece o sentido do termo “poder” na sociedade:

O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma "ordem" que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. E, enfim, que o poder age pronunciando a regra: o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. A forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo. (FOUCAULT, 1999, p. 80).

Com essa normalidade ditada e socialmente aceita, outras identidades que não se encaixavam dentro das normas, como a homossexualidade, foram silenciadas, expulsas e até ditas como anormais, pois conforme Foucault (1999, p. 82) “em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito, - que é "sujeitado" - é aquele que obedece”.

Neste contexto, instalou-se mecanismos de poder e controle, também em relação as mulheres, que se limitaram as obrigações do lar e de procriação. Com essa linha de pensamento, a criança era vista como um ser que não tem sexo, e como neutra, era interdita.

A esse controle, denominado por Foucault (1999, p. 100) de “dispositivo histórico”, que se fortaleceu por meio da construção dos discursos construídos pelas instituições que compõem a sociedade, os detentores do poder como a política, a

religião e a família normatizada, por discursos constituídos de instrumentos eficientes, mas imperceptíveis e que proliferam forças de controle.

Para Louro (2021, p. 10) essas mudanças de concepções começaram a despontar a partir dos anos sessenta, trazidas com debates sobre as identidades, as práticas sexuais e de gênero, provocadas por discussões que surgiram dos movimentos feministas, movimentos de gays e lésbicas, que trouxeram novas divisões sociais, dando visibilidade a diferentes identidades sexuais.

O comportamento sexual até então regulado mais frequentemente pela religião e a filosofia da moral, ao final do século XIX, ultrapassou os limites do individualismo visto que o tema passou a configurar sua própria disciplina, ou seja, a Sexologia, embasada pela Psicologia, pela Biologia, pela Antropologia, pela História e Sociologia (LOURO, 2021, p. 48).

Nessa perspectiva, houve uma forte influência nas discussões sobre o comportamento sexual uma vez que o foco deixou de ser individual passando a ser uma preocupação coletiva ocasionando, deste modo, análises sociológicas mais cuidadosas.

A Sexologia, adentrando com novos conceitos, fez eclodir outras preocupações, sendo foco de preocupação generalizada de especialistas, de profissionais da medicina e reformadores morais, o que desencadeou intensos debates sobre o comportamento sexual humano, para uma questão claramente crítica e política, tendo como objetivo, explicar todos os fenômenos de forças identificáveis, internas e biológicas (LOURO, 2021, p. 48).

A sexualidade foi remetida a um âmbito universal e central em nossas vidas, sendo observado que embora se ancore no corpo biológico, deve ser compreendida como uma construção social, fruto da invenção histórica em situações concretas e, portanto, vinculada as crenças e comportamentos dessas relações sociais (WEEKS, 1999 *apud* LOURO, 2021 p. 49).

Nessa perspectiva, tendo como foco a biologia, a raiz para comprovação de muitas coisas, ainda é possível ouvir suposições equivocadas, quando se pretende definir o que é sexualidade, como por exemplo, as equiparações quanto a ser um impulso ou um instinto natural, ao que a autora (LOURO, 2021, p. 48), nos elucida a uma visão mais atualizada, pautada em vasta literatura que sugere o contrário a essas dúvidas, assim descrevendo:

A sexualidade é, na verdade, “uma construção social”, uma invenção histórica, a qual, naturalmente, tem base nas possibilidades do corpo: o sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas. Isso tem profundas implicações para nossa compreensão do corpo, do sexo e da sexualidade (LOURO, 2021, p. 48)

Mesmo diante dos retrocessos, a evolução da ciência e da tecnologia causa transformações, “mudando as noções tradicionais de tempo, de espaço, de realidade; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer” (LOURO, 2021, p.10).

As forças de poder se perpetuam, porém, mudanças de concepções começaram a despontar a partir dos anos sessenta, trazidas com debates sobre as identidades, as práticas sexuais e de gênero, provocadas por discussões que surgiram dos movimentos feministas, movimentos de gays e lésbicas, que trouxeram novas divisões sociais, dando visibilidade a diferentes identidades sexuais.

Ribeiro (2017, p. 8) descreve que foi um período preparatório para o “ambiente mental da sociedade e da escola para que, chegando o século XXI, houvesse receptividade nas ações de educação sexual”.

As vozes que até então não foram representadas quanto as variações de gênero e de toda a diversidade que o tema sexualidade abrange, revelam um desconhecimento devido as crenças ocidentais tradicionais, em uma relação “unidimensional entre sexo e gênero, esse modelo frequentemente funde a sexualidade com o gênero, ao mesmo tempo que obscurece a questão das relações de gênero dentro do tópico mais amplo da sexualidade” (LOURO, 2021, p. 161).

Podemos compreender que nossa formação e identificação quanto ao gênero, enquanto indivíduos pertencentes a uma sociedade, é uma construção que perpassa a pluralidade dos espaços históricos, sociais, culturais e políticos. Conforme nossas pesquisas até o momento, não é um estado estático, mas sim, transitório e instável.

Na atualidade, outras são as concepções, considerando-se a importância dos hormônios e genes, sendo relevante a construção social e a sexualidade como central em nossas vidas.

Conforme Louro (2021, p.12) são “processos profundamente culturais e plurais” e é no corpo que ocorrem os limites do sexo, mas a sexualidade não fica limitada as questões biológicas e mentais, pois o corpo é influenciado por todas as interações familiares, religiosas, políticas e culturais, em situações concretas.

Para Figueiró (2001, p. 247) a sexualidade não pode ser concebida como uma parte isolada do corpo, ao contrário é uma construção social do indivíduo. O sexo está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual. É no corpo e durante a vida, que ocorrerá a ampliação progressiva do desenvolvimento, bem como a constituição da identidade e subjetividade de cada um.

Neste entendimento, a identidade é uma construção social e histórica, portanto, carregada dos comportamentos e significados atribuídos, de diferentes formas de compreensão, conforme a sociedade e o tempo que se situa. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural.

Segundo Louro (2021, p. 53) a sexualidade vai além do corpo e, portanto, envolve os costumes, as relações afetivas, as crenças, os comportamentos e as identidades socialmente construídas no contexto histórico.

Em uma definição contemporânea, a sexualidade é constituída em um contexto histórico e cultural do ser humano, que incorpora todas as dimensões que dizem respeito ao prazer, aos direitos e aos deveres que compõem as relações das quais o indivíduo faz parte.

A sexualidade é um movimento constante de transformações, que compõe a identidade do indivíduo, mediado pelas criações e recriações de cada povo e em cada tempo e o que parece já estar definido, pode ser ressignificado por novas conotações, a autora Sônia Melo diz que:

A sexualidade é uma dimensão exclusiva do ser humano. Nenhum ser vivo, além dos seres humanos, é capaz de dar sentidos, para além do biológico, à questão da sexualidade. Somente nós é que podemos estabelecer valores afetivos, morais e éticos à sexualidade, significando e “re-significando” sentidos, estabelecendo normas e regulamentos, limites e possibilidades para os relacionamentos e vivências dessa rica dimensão (MELO, 2011, p. 29).

Assim, ainda que não se tenha uma consciência clara sobre os conceitos de sexualidade, todos os seres humanos se educam, se transformam e são transformados por meio de suas relações sociais.

Em uma perspectiva emancipatória, a autora Figueiró (2018), assim define a sexualidade:

A sexualidade é elemento integrante de nossa identidade e envolve o amor, o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos, a comunicação,

as relações de gênero, o respeito, a alegria de viver e o conjunto das normas culturais relacionadas à prática sexual. Sexualidade abarca, ainda, o gênero, a identidade sexual, a orientação sexual e a identidade de gênero (p. 69).

Com essa definição, a autora exemplifica uma conceituação da sexualidade como a própria vida, desde o nascimento, ou seja, não é somente o que você faz, mas como você se identifica, interage e vai se constituindo durante toda a vida, recebendo influências sociais, que podem sofrer alterações. Saberes já construídos e incorporados que simultaneamente são desconstruídos e ressignificados, conforme o contexto temporal e as referências de classe.

Furlani (2009, p. 12) afirma a esse respeito, que a sexualidade compreende também os conceitos de linguagem, corpo e cultura, pois “todo saber é uma construção humana”. Assim incorporando, outros saberes, não é algo dado naturalmente, mas sim, uma constituição conforme as sociedades que possuem intencionalidade nessa construção.

Para uma compreensão mais ampla e contextualizada a respeito das múltiplas dimensões que integram a sexualidade, se faz importante compreendermos quais conceitos a compõem, pois embora sejam interseccionados, são concepções distintas. Por conseguinte, tendo o conhecimento sobre o que é sexo e o que é sexualidade, pode-se minimizar as dificuldades para a abordagem da temática educação sexual, em decorrência de interpretações equivocadas, favorecendo ações pedagógicas sistematizadas.

O significado para o termo sexo difere-se do termo sexualidade, embora sejam conceitos interligados, visto que as definições linguísticas para sexualidade e sexo, são marcações de passagem histórica (LOURO, 2021, p. 51).

Conforme Jesus (2012) socialmente há a crença de que sexo, é denominação para os órgãos genitais e que estes é que definem se uma pessoa é homem ou mulher, porém nossa identificação não é um fato biológico e sim social. Segundo a autora, para a ciência biológica:

O que determina o sexo de uma pessoa é o tamanho das suas células reprodutivas (pequenas: espermatozoides, logo, macho; grandes: óvulos, logo, fêmea), e só. Biologicamente, isso não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas: o que faz isso é a cultura, a qual define alguém como masculino ou feminino, e isso muda de acordo com a cultura de que falamos (p. 8)

O que em séculos socialmente compreendia-se para a denominação de sexo, como sendo apenas a divisão entre masculino e feminino, limitando as diferenças anatômicas, internas e externas, com que a pessoa nasce e a diferenciação entre homens e mulheres, passam a receber outras definições com o passar dos tempos.

Conforme os PCNs, (BRASIL, 1998) sexo e sexualidade recebem as seguintes definições:

Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado (BRASIL, 1998, p. 295).

Histórica, social e culturalmente há também uma estreita correlação estabelecida entre sexo e prazer, durante muito tempo a religião associou o prazer ao pecado e o sexo a reprodução, conforme Figueiró (2018) atribuindo um sentido funcional, de utilidade, abrindo caminhos para controlar a vida afetiva e sexual das pessoas, em especial das mulheres.

Sexo, também é a definição para a relação sexual, motivado por relações de afeto, ou apenas pela satisfação aos desejos e prazeres entre duas ou mais pessoas. Dessas relações podem ou não originar a reprodução ou somente o sexo por prazer. Também, pode ocorrer em situações de violência, de imposição por um dos envolvidos, em uma relação de força e poder que oprime e desrespeita outra pessoa.

O sexo nas relações humanas, tem exercido um poder de controle tão intenso que Figueiró (2018) relata que era comum as mulheres se envergonharem por estarem grávidas, pois isso denunciaria que mantiveram relações sexuais, inclusive para as mulheres casadas.

Percebo o quanto é verdadeiro o relato da autora ao citar o exemplo de uma de suas tias, em que a gravidez era motivo de isolamento social, pois próximo aos anos 80, presenciei também o fato em minha família. A justificativa velada para essa “vergonha” quanto a gravidez, seria o fato de admitir para a sociedade, que a mulher havia mantido relação sexual.

Com esta concepção, o sexo fora do casamento, ou fora do objetivo da procriação, era tido como pecado, sendo visto como pecaminoso e com muito mais

peso tanto para as relações homossexuais quanto para a masturbação. Devido a essa associação de que a relação sexual é algo condenável, pelo senso comum, é que surge a vergonha, os medos e principalmente a omissão dos prazeres vivenciados.

Segundo Bulzoni (2019, p. 55) a sexualidade como fenômeno abrangente e o sexo nela interseccionado, com relações sexuais ou não, todas as pessoas são sexuadas. Neste sentido, as sensações prazerosas de sentir e proporcionar afeto e acolhimento, nos relacionamentos fraternos ou conjugais, também fazem parte da sexualidade.

Diante dessas associações de que sexualidade e sexo são conceitos idênticos, surge as dificuldades para exteriorizar a própria sexualidade e, com isto, se faz importante o conhecimento quanto a distinção desses conceitos, tanto na família quanto na escola, por meio da educação sexual.

Gênero é a atribuição ao sexo cultural e social, decorrente de um aprendizado construído socialmente, pois não nascemos sabendo o que, ou quem somos, mas recebemos, conforme nosso sexo biológico, uma denominação de sexo masculino ou feminino.

Do mesmo modo que sexo e sexualidade são conceitos distintos, gênero também se diferencia, porém integra a sexualidade. Embora sejam conceitos interligados, podemos compreender que, gênero diz respeito ao sexo socialmente construído, diferentemente do sexo biológico, ou seja, como a pessoa aprende culturalmente a ser homem ou mulher.

Sobre a identidade de gênero e a sexualidade, Louro (2021) nos esclarece:

[...] a identidade de gênero, assim como a sexualidade, normalmente é confundida como algo que se constitui de forma natural, adquiridas com o nascimento, sendo uniforme a todas as pessoas. [...] as identidades de gênero e sexuais, são definidas e determinadas pela sociedade, nas vivências sociais, pela cultura e tempo histórico em que se constituem, moldadas por suas redes de poder (p. 11-13).

Aprendemos desde muito cedo a nos comportar e agir como meninos ou como meninas, assim, seguimos as orientações de quais são as atitudes socialmente corretas, obedecendo a essa dualidade, numa desigual relação de poder, com maior valorização e dominação do homem em detrimento a subordinação da mulher.

A cultura e o momento histórico nos países diferem da mesma forma para as denominações de gênero masculino, ou feminino, conforme o contexto social. Mulheres dos países nórdicos, por exemplo, apresentam características que, aqui no

Brasil, seriam consideradas como masculinas. Assim, em diferentes países e culturas, não é o órgão genital, ou os cromossomos, que definem o que é ser homem ou ser mulher, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente nessa compreensão sexo é biológico e gênero é social (JESUS, 2012, p. 8).

Não obstante, outras identidades também são construídas, conforme o contexto social e cultural ao qual pertencemos, como as de classe, de raça, de nacionalidade. Louro (2021, p. 14) denomina “as múltiplas identidades transitórias e contingentes de caráter instável e fragmentado”, que estão imbricadas e se espelham em um grupo de referência. Porém, a transitoriedade que é socialmente aceita, é a de classe, havendo uma discriminação para a mudança e escolhas de pertencimento ao gênero e sexualidade.

A cultura predominante, por meio de estratégias de poder, historicamente, estabelece padrões de aceitação social e o que costuma ser bem aceito como dito normal e tradicional, são as pessoas brancas, heterossexuais e de classe média, as pessoas que fogem a essas regras, são marcadas ou consideradas desviantes das normas.

As normas sociais predominantes são ditadas principalmente pela religião, por políticas públicas e pela família, que carregam valores morais, que são modificadas e diferentes, conforme o momento histórico e cultural.

Conforme Louro (2021, p. 19) a heterossexualidade é considerada normal e universal, aqueles que rompem com os padrões historicamente pré-estabelecidos, como a organização social dual de masculino ou feminino, são tidos como anormais, nessa mesma linha de concepções, a mulher é considerada como o segundo sexo, todas essas imposições, geram muitas desigualdades e preconceitos.

Inserir as discussões sobre as relações de gênero e as identidades não hegemônicas na escola e respectivamente no currículo, visando a construção de ações pedagógicas não hegemônicas e não discriminatórias, é respeitar a diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade. Conforme Carvalho, Andrade e Menezes (2009, p. 7) é também uma maneira de contribuir para a “transformação das desigualdades sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os seres humanos”.

A identidade de gênero é o que sempre constituiu o indivíduo, porém, muitas vezes não de uma forma consciente, pois o que se estabeleceu no nascimento,

conforme a constituição biológica para masculino ou feminino, nem sempre é a verdadeira essência, que condiz com o que a pessoa sente ou se identifica.

Essa identificação é uma construção que acontece no decorrer da vida humana, conforme Deborah Britzman (2018) assim define:

Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (p. 8).

Como já mencionado, não se nasce sabendo ser de um sexo ou de outro, é um aprendizado, uma construção, por meio dos exemplos e modelos pré-fixados e naturalmente aceitos como “normais” pela sociedade e cultura.

Historicamente a normalidade se refere ao sentimento de atração afetiva-amorosa entre pessoas de sexos opostos, ou o que se denomina como uma relação heterossexual.

Uma mudança dessa dita regularidade quanto ao sexo biológico, vez que provoca insegurança e incerteza, uma transgressão ao convencionalmente estabelecido. Assumir uma nova identidade demanda uma quebra das regras de pertencimento, dos “contornos demarcadores das fronteiras, os que ficam dentro ou fora das marcas de poder”. Para essas rotulações aos corpos diferenciados é que são utilizados os termos heterossexual e homossexual, ao que nos divide e não ao que nos une (LOURO, 2021, p. 18).

A transgressão dessas fronteiras da sexualidade, diz respeito a atração entre pessoas do mesmo sexo, de ambos os sexos ou sem parceiros, que são denominadas como homossexuais.

Como diversidade sexual podemos compreender a inclusão e o reconhecimento das muitas possibilidades de expressão humana e da sexualidade, nos contextos históricos, sociais e culturais, incluídas nesses aspectos, o gênero, o sexo, a orientação sexual, a classe social, a etnia, a deficiência física, etc.

A heterossexualidade é apenas uma parte das diferentes expressões da sexualidade e que compreendem essa pluralidade, havendo outras possibilidades de manifestação da diversidade sexual.

O termo heterossexual, conforme Louro (2021, p. 77), foi criado, no final do século XIX, para atender a uma divisão, cujo objetivo era o de diferenciar e nomear a homossexualidade e o sujeito homossexual. Para caracterizar o termo homossexual, que antes denominava-se como sodomia, a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Com as novas denominações, surgiu a caracterização para se indicar um tipo particular de pessoa, “um tipo social, uma “espécie” de gente que se desviara da “normalidade”. Portanto, estabeleciam-se hierarquias que marcavam os diferentes tipos de sujeitos e também marcavam tipos de práticas sexuais”. (LOURO, 2021, p. 77).

Esse movimento de mudanças, denominado reforma sexual, é iniciado por Karl Kertbeny em 1869, sendo um marco histórico para distinção e diferenciação entre os grupos de pessoas heterossexual e homossexual, marcando as identidades sexuais a esse processo que mais tarde tem seus termos assumidos como disciplina pela Sexologia.

O desenvolvimento desses termos deve ser visto, por conseguinte, como parte de um grande esforço, no final do século XIX e no começo do XX, para definir mais estreitamente os tipos e as formas de comportamento e das identidades sexuais; é nesse esforço que a homossexualidade, em vez de descrever uma variante benigna da normalidade, como originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral. (LOURO, 2021, p. 78).

Os termos heterossexual e homossexual, e suas definições como demarcação divisória, passam a ser utilizados como uma redefinição de normas, a partir do século XX, adquirindo um quadro de referência e rotulação entre pessoas.

Conforme Carvalho, Andrade e Menezes (2009, p.10) somente a partir de 1990 a Organização Mundial de Saúde – OMS, reconheceu que a homossexualidade não é uma doença ou distúrbio e muito menos uma perversão. Mas, infelizmente a homossexualidade ainda é considerada em muitos países como um crime, na Arábia Saudita e no Afeganistão, por exemplo, os homossexuais são condenados à morte.

Historicamente há um tratamento desigual e preconceituoso para as mulheres e homens homossexuais e para entendermos esse contexto, conforme Carvalho, Andrade e Menezes (2009, p. 12) precisamos compreender que a masculinidade e feminilidade não são uma essência naturalmente recebida, mas sim, construções instáveis e plurais, pois revelam posições sociais, e que, portanto, sofrem mudanças, no decorrer do tempo e da cultura conforme a sociedade em que se situa cada uma

das pessoas. É nesse processo construído e em transformação que se define o conceito de gênero.

As dificuldades para a compreensão de que heterossexualidade é algo natural, que causam confusões, dificultando a percepção da existência da pluralidade sexual e das maneiras de ser masculino ou feminino, sobre a pluralidade, Carvalho, Andrade e Menezes esclarecem que:

A partir das características específicas, biológicas, cada cultura define o que é feminino e o que é masculino, isto é, o **gênero**, construindo socialmente qualidades, valores, papéis sociais, padrões de comportamento, modelos de identidade, representações de homem e de mulher, que, quando utilizados de modo reducionista, tornam-se **estereótipos** e servem para discriminar. (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 14).

Ainda conforme as autoras, não há como padronizar a dualidade de conceitos sobre o que é ser um homem ou ser uma mulher, pois dentre várias características tidas como naturais, há mulheres que não ovulam ou engravidam, assim como há homens que não produzem espermatozoides.

As características construídas culturalmente conforme o sexo biológico e que definem desde muito cedo o gênero de uma pessoa, estabelecem o que é ser homem, dentre elas, ser forte, racional, insensível e o provedor único para a manutenção da família, já a mulher, como frágil, sensível e que por estes motivos, destinada a geração dos filhos e aos cuidados e afazeres domésticos.

São atribuições hegemônicas e de poder, estabelecidas e reforçadas na família, na escola e em outros espaços sociais e que se perpetuam na vida adulta, formando as identidades sexuais e de gênero.

Nesse contexto de entendimento, conforme a cultura e a sociedade, obrigatoriamente a mulher deve ser feminina, pois isso diz respeito ao seu sexo biológico do mesmo modo em que o homem deve representar seu papel de masculinidade, sendo norteados pelos padrões da heteronormatividade.

Porém, é importante ressaltar que homens e mulheres além de apresentarem corpos biologicamente diferentes, apresentam também capacidades, temperamentos e caráter variáveis e que não podem ser determinados pelo sexo biológico. Além disso, o sexo e os corpos passam por representações influenciados pelo contexto em que estão inseridos e, portanto, as influências culturais, sociais e históricas também influenciam esses modos de ser masculino ou feminino.

Assim integra-se a diversidade sexual as comunidades LGBTQI+, conforme a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça - SECIJU (2021) as letras LGB, denominam a orientação sexual, ou seja, como a pessoa se relaciona afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas, as letras TQI+, denomina a identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, e não se restringe ao gênero feminino ou masculino.

As definições das siglas foram passando por reformulações conforme os contextos históricos e culturais, iniciando-se no ano de 2008, na 1ª Conferência Nacional, ocasião em que foi aprovada no final do século XIX, a sigla LGBT.

Atualmente, outras letras foram incorporadas, a fim de integrar de modo mais completo essa diversidade, sendo que a sigla LGBTQI+ recebe as definições que citaremos abaixo, tendo como referência a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça –SECIJU:

**Siglas: L** - Lésbica: Pessoa cis ou trans que se identifica no gênero feminino e se relaciona afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas do gênero feminino;

**G** - Gay: Pessoa cis ou trans que se identifica no gênero masculino e se relaciona afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas do gênero masculino;

**B** - Bissexual: Aquele ou aquela que se relaciona afetiva e/ou sexualmente com pessoas do gênero feminino, masculino ou demais gêneros.

**T** - Transgêneros (travestis ou transexuais): Pessoas que não se identificam com o gênero atribuído com base nos órgãos sexuais e transacionam para outro gênero. Exemplificando, uma pessoa que nasceu com órgão sexual feminino, mas se identifica com o gênero masculino. Há algumas diferenciações entre travestis e transexuais e divergências entre as definições do termo, mas segundo a definição adotada pela Conferência Nacional LGBT de 2008, as travestis são pessoas que nasceram com o órgão sexual masculino, mas se identificam pelo gênero feminino, no entanto ainda desejam manter o órgão sexual biológico.

**Q** - Queer: Esse é um termo mais recente e ainda em discussão, mas de acordo com a Teoria Queer da pesquisadora Judith Butler, são pessoas fluidas, ou seja, que não se identificam com o feminino ou masculino e transitam entre os “gêneros”. Elas também podem não concordar com os rótulos socialmente impostos. O termo pode englobar minorias sexuais e de gênero que não são heterossexuais (pessoa que se relaciona com outra do gênero oposto) ou cisgênero (pessoa que se identifica com o gênero biológico).

**I** - Intersexual: Segundo a Sociedade Intersexual Norte Americana, esse termo é usado para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino. Por exemplo, uma pessoa intersexual pode nascer com uma aparência exterior da genitália do gênero feminino, mas com anatomia interior, maioritariamente do gênero masculino.

**+** - engloba todas as outras letras da sigla LBTT2QQIAAP: como o “A” de assexualidade (indivíduo que não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo igual) e o “P” de pansexualidade (aqueles que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico). Aliados, agêneros e andrógino. Algumas versões da sigla também englobam o termo “Aliados” que, segundo a Aliança Nacional LGBTI+ são pessoas que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, tomam ação para promover os direitos e a inclusão LGBTI+. Outro “A” também se refere a pessoa “Agênero”, ou seja,

alguém que não se identifica ou não se sente pertencente a nenhum gênero. Outro termo mais conhecido é o Andrógino, uma expressão de gênero usada para descrever uma pessoa que assuma postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum ao gênero masculino ou feminino.

**Cisgênero e transgênero**

Vale ressaltar que uma pessoa pode ser cisgênero (cis), esta é uma nomenclatura usada para definir um indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer. Já o transgênero (trans), é uma pessoa que transitam entre os gêneros, ou seja, é aquele/a que nasceu com órgão sexual feminino ou masculino, mas se identifica com o gênero diferente. (SECIJU, 2021).

Transgênero ou cisgênero, independentemente de qualquer tipo de classificação, tem uma diversidade para a identificação com algum gênero. Jesus (2012, p. 10) esclarece que cisgênero é a denominação para as pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído e, transgênero, são os indivíduos que não se identificam; há também os que não se identificam com nenhuma das categorias, não havendo um conceito totalmente definido:

Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto há como denominá-las. Alguns utilizam o termo queer, outros, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero. (p. 10).

É importante destacar, que independentemente de qualquer nomenclatura, todas as pessoas são dignas de respeito e tem os seus direitos básicos garantidos por lei, qualquer tipo de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, são consideradas como crime.

Ainda na atualidade, acompanhando as informações nas mídias e meios de comunicação, observamos o quanto as pessoas das comunidades LGBTQI+ são perseguidas e até alvo de violências físicas e/ou psicológicas; essa é uma triste realidade decorrente de uma cultura discriminatória para o que se determina como não natural ou adequado.

Segundo Jesus (2012, p. 10) há uma diversidade de experiências humanas de identificação a partir do corpo, mostrando que, “essa ideia é falaciosa, especialmente com relação às pessoas trans, que mostram ser possível haver homens com vagina e mulheres com pênis”, mas em nosso país, esse é um espaço reservado a exclusão extrema, infelizmente uma luta constante para o reconhecimento de identidades.

Mas, podemos constatar que alguns avanços começaram a surgir. Pode ser citado neste contexto Miranda (Supremo Tribunal Federal – STF), que em junho de 2019 e, com a maioria dos ministros, em votação no plenário, aprovaram a criminalização

da homofobia, tendo como referência a Lei de Racismo (7716/89) que “prevê como crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional” (2019, p. 2).

Jesus (2012) aponta que, na diversidade humana, são muitos os grupos e categorizações, como por exemplo, as pessoas brancas, podem ser homem ou mulher, indígena, transexual ou cisgênero, de diferentes etnias e classes sociais, ou seja, são muitos os aspectos considerados além da identidade de gênero.

Assim, confirma-se a urgência de enxergamos a diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade, principalmente possibilitando que esse diálogo aconteça no espaço escolar, para a mudança dos paradigmas culturais, como forma de prevenir as muitas formas de preconceitos, violência, discriminação e injustiças por meio da educação sexual e que trataremos a seguir.

## 4 EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Nesta seção apresentaremos o que é educação sexual no ambiente familiar e justificaremos a importância de reconhecimento desse currículo estar presente no âmbito escolar e respectivamente no planejamento das escolas, como forma de garantir o direito de cidadania dos educandos.

### 4.1 O ambiente familiar

É inicialmente, no ambiente familiar, na sociedade e na cultura da qual o indivíduo faz parte, que a educação sexual acontece, formando a identidade da criança, que se espelha nos adultos de sua convivência mais próxima.

A história de vida de cada um, a cultura e os valores podem exercer influência nos sentimentos individuais e, conseqüentemente podem afetar a sexualidade. A sexualidade está em cada ser humano desde a infância. Conforme Suplicy vem nos elucidar:

A sexualidade é construída, basicamente, a partir das primeiras experiências afetivas do bebê com os pais ou com quem cuida dele. Seguem-se as relações com a família, amigos e as influências do meio cultural. Como exemplo, do bebê e sua mãe, ele expressa sua sexualidade através do prazer na amamentação, do sugar, do afeto, do sentir o corpo da mãe. E então, a criança vai crescendo e adquirindo vivências afetivas nas relações com a família, com o meio e com a sociedade. (1993, p. 22).

Em meio a essa realidade, cada família carrega consigo suas concepções sócio-históricas-culturais, as quais compartilham com seus filhos na medida em que estes vão crescendo e suas necessidades ao mesmo tempo vão se modificando a cada fase.

A educação sexual transmitida para os filhos, ocorre dentro de seus conhecimentos, tradições e crenças. Algumas vezes, pode ser precária, devido a vergonha, questões religiosas, ou simplesmente, por não saber lidar com esse tema, porém, mesmo diante de algumas dificuldades, a educação sexual acontece, mesmo que não se tenha consciência, ou que ocorra a negação, pois não há como delimitar espaços para a sexualidade, pois faz parte da dimensão humana.

Diante desses conflitos, em alguns casos, as famílias, saem em busca de roteiros ou receitas para a resolução de uma situação imprevista, na qual se sentem acuados ou constrangidos, diante de uma pergunta direta da criança.

Segundo Suplicy (1993, p. 37) a sexualidade no âmbito familiar, pode provocar sentimentos não compreendidos, frequentemente desagradáveis e a busca de uma resolução e alívio imediato, o que impossibilita a reflexão, não proporcionando o real conhecimento que a criança ou adolescente necessita. Esse imediatismo, dura pouco, pois a medida que a criança continua o seu crescimento e desenvolvimento, a sexualidade evolui, novas ansiedades surgem, inclusive, as anteriores podem retornar.

A família, frente as suas responsabilidades quanto a educação sexual de seus filhos se percebe questionada sobre temas que não está preparada para discutir, mas, nem por isso, as dúvidas e inquietações das crianças serão contidas. Neste caso, muitas vezes, a família supõe que à escola abarque essa função para ensinar e instruir.

Podemos considerar que a família e a escola são as primeiras bases para as instruções educativas quanto à educação sexual da criança para enfrentar os seus desafios, dúvidas e riscos na sociedade. Deste modo compreendemos que a temática da educação sexual necessita do envolvimento entre escola e família, por meio do diálogo e parceria.

Mas, se a família silencia por diversas situações e transfere a responsabilidade da educação sexual para a escola e sua equipe, esta instituição conseguirá abraçar e dominar esta tarefa?

A escola enquanto espaço privilegiado de promover a educação e a construção de conhecimentos, teria então o dever de cumprir com a obrigação de educação sexual?

#### **4.2 O ambiente escolar**

A escola não contrapõe, substitui ou invade a intimidade das famílias ou dos alunos, mas conforme os PCNs (BRASIL, 1998, p. 67) intenciona ampliar as oportunidades de discussão associados a sexualidade, sob diferentes pontos de vista.

Não se trata de transferir para a escola uma educação por meio da imposição ou pelo poder de influenciar escolhas, muito menos tomar para si a responsabilidade de direcionar os caminhos a serem trilhados pelas crianças, mas sim, contribuir com uma educação dialógica e de respeito a todas as pessoas.

Como a escola é um espaço de diversidade, podemos compreender que a educação sexual deveria ser parte integrante do currículo, pois, as crianças estão em

um constante processo de desenvolvimento, portanto, a omissão desse currículo é um movimento de retrocesso. Encontramos apoio para essa compreensão nos trabalhos de Figueiró (2001) que passamos a referenciar:

Ao refletir sobre o espaço ou papel que as questões do corpo e da sexualidade precisam ter no currículo é necessário considerar que é no corpo e pelo corpo que o indivíduo passa a se dar conta de sua existência real e concreta, bem como, da existência do mundo à sua volta (p. 247).

A sexualidade diz respeito ao pleno desenvolvimento da pessoa, portanto, é um direito de cidadania básico, pois compõe a formação do ser, em cada uma de suas etapas, construídas não de modo fragmentado, mas integrando a saúde física, mental e social, indispensáveis para o bem-estar humano.

Nessa perspectiva, colocar o currículo em ação demanda que o professor tenha subsídios, para sentir-se seguro no que diz respeito à metodologia, à teoria e à prática para conseguir ser o mediador na conquista e avanços dos conhecimentos pelos alunos.

Conforme Young (2016), o professor é também protagonista ao colocar o currículo em ação para a garantia do conhecimento poderoso. Segundo o autor:

[...] A ideia de “conhecimento poderoso” começa com duas afirmações: (i) há um “melhor conhecimento” em todas as áreas e (ii) a base de todas as decisões sobre conhecimento no currículo é a ideia de diferenciação, de que existem diferentes tipos de conhecimento. Em qualquer discussão sobre currículo, a distinção mais básica é entre o conhecimento escolar, ou curricular, e o conhecimento do dia a dia, ou da experiência que os alunos trazem para a escola. Não se trata de que um seja “bom” e o outro, “ruim”. É que eles têm estruturas diferentes e finalidades diferentes. O conhecimento curricular – ou disciplinar – é independente do contexto, diferentemente do conhecimento baseado na experiência que os alunos trazem para a escola, que está diretamente ligado aos contextos nos quais as pessoas vivem e dentro dos quais é adquirido. Dessa maneira, a tarefa do professor, na construção do currículo escolar, é permitir que os alunos se envolvam com o currículo e avancem para além da sua experiência. [...] O currículo é um recurso para guiar os objetivos do professor, da escola e do país – o que é valorizado como essencial para todos os estudantes terem acesso. (p. 34).

O autor nos esclarece ainda, a finalidade do currículo como base estruturante, como recurso que irá nortear o objetivo do professor, sendo este um direito da criança e do adolescente. Exemplifica o significado da pedagogia, enquanto as ações desenvolvidas pelo docente, no envolvimento aos saberes anteriores dos discentes, possibilitando garantias de acesso aos conceitos do currículo.

Deste modo, percebemos que o contexto dos educandos, nos âmbitos social, cultural e histórico, não foram ignorados, mas por outro lado, não diminuem o acesso

ao currículo, a capacidade intelectual dos alunos, que poderão transformá-lo em conhecimento poderoso para fazer sentido nos seus usos e dimensões do cotidiano, inclusive com possibilidades para a superação das desigualdades, que muitas vezes, se encontram mergulhados.

Para Délia Lerner (2010, p. 89) será no planejamento, com a intervenção sistemática, que se estabelecerá uma prática didática dialética, sendo imprescindível as intervenções planejadas, visando provocar conflitos para resolução de problemas, cujo objetivo é proporcionar condições para que as crianças passem de um estado de conhecimento menor para etapas de conhecimento maior, por meio de seus avanços pessoais e por suas interações sociais.

O planejamento escolar se inicia na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) pois nesse documento são projetados todo o aprendizado que se pretende favorecer aos educandos mediante as ações educacionais que se almeja desenvolver.

A educação sexual sempre está presente no PPP das instituições escolares, de forma consciente ou inconsciente, pois todas as pessoas são sexuadas, sendo assim, o currículo sobre sexualidade está presente, intencionalmente ou de forma oculta. Nesse sentido, a educação sexual é entendida como um processo, pois se faz presente em todas as dimensões humanas.

O ideal é que o reconhecimento da temática sexualidade no currículo esteja presente na elaboração do PPP, contando com colaboração de toda comunidade escolar, participando nesse processo de elaboração, desse modo, ocorrerá a educação sexual intencional e sistematicamente organizada.

Com essa dimensão intencional e colaborativa, conforme Carvalho (2012) o PPP é um instrumento vivo, que valoriza e respeita a diversidade social e política da comunidade escolar e pressupõe ações participativas que integram:

- Uma Educação Sexual intencional numa perspectiva emancipatória, baseada na compreensão de que somos sujeitos sexuados e que sempre estamos e estaremos educando sexualmente uns aos outros;
- A importância de termos consciência da Educação Sexual que realizamos a todo o momento e que se reflete em nossas ações;
- a importância do planejamento de projetos e ações intencionais nessa abordagem nos espaços educativos formais e não formais nos quais estamos inseridos(as);
- A necessidade de se ressaltar a importância de, intencionalmente, incluirmos a temática da Educação Sexual nas estratégias de elaboração do PPP, numa perspectiva emancipatória;
- O fato de que todo PPP deve ser elaborado a partir de um diálogo, sempre sexuado, justamente para contemplar a realidade educacional na qual a escola se encontra inserida. (p. 44).

Essas considerações nos levam a refletir sobre até quando iremos adiar o diálogo e as ações pedagógicas que contemplam a sexualidade, sexo e gênero e que são pertinentes à educação sexual?

E ainda, em quais os motivos que podem gerar essas dificuldades e, por conseguinte, podem causar embaraço no momento em que essa temática surge em nosso cotidiano e em especial no ambiente escolar.

Ribeiro (2017) em entrevista à Revista Diversidade e educação, esclarece como o conceito sobre educação para sexualidade vem sendo construído. O autor aponta que tais dificuldades são recorrentes em nossa sociedade e nas pedagogias educativas. Conforme seu entendimento, decorrente de mais de trinta anos de estudos e pesquisa:

Questões e contextos envolvendo sexo, corpo, gênero e atitudes sexuais são recorrentes na sociedade de forma geral e na escola, em particular, esses segmentos (sociedade e escola) interpretam e respondem a essas questões a partir de crenças, de valores morais, de normas religiosas, costumeiramente fundamentando-se em preconceitos e discriminação (p. 7).

Nessa perspectiva, falar o que é sexualidade, não é uma resposta que se tenha de imediato, pois, historicamente estamos envolvidos por uma teia de controle e poder, por mecanismos políticos, que para justificar uma sociedade saudável, buscam controlar o sexo.

A sexualidade passa por muitos processos históricos de vigilância, discriminando, mulheres, crianças, classes sociais, raças e etnias, privilegiando e institucionalizando o homem branco e heterossexual, como soberano nesse controle “socialmente” justificado.

No âmbito escolar, os professores carecem de formação inicial e continuada para a abordagem da temática sexualidade, frente a essa realidade é compreensível a insegurança. Para Figueiró (2018) essa preocupação se deve:

Além do despreparo, todos somos frutos de uma sociedade repressora em relação a sexualidade, na qual ainda perduram associações do sexo com ideias do pecado, de feio e de proibido, ou por outro lado, com ideias de promiscuidade e de imoralidade. (p. 87).

Quando o tema sexualidade emerge no ambiente escolar, desde a Educação Infantil ou nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a escola busca se equilibrar nesse fio tênue entre incentivar ou conter essa discussão, por meio de múltiplas

estratégias, muitas vezes se justifica que essa discussão deverá ser adiada para mais tarde, para os próximos anos, para não incorrer numa motivação precoce.

Para Louro (2021, p. 31) essa justificativa se ancora no conceito de que é necessário manter a inocência e a pureza das crianças e adolescentes, mesmo contrapondo as curiosidades e saberes que afloram o tempo todo.

Ainda que, na sociedade possa ser recorrente esse imaginário de que a sexualidade é invisível na infância, portanto, constituída de uma pureza incondicional, é inegável que as crianças tenham uma diversidade de sensações, de sentimentos e descobertas e que fazem parte do seu desenvolvimento, desde sempre.

Essas sensações vivenciadas pelas crianças, como por exemplo, o contato obtido pelo acolhimento e carinho desde a amamentação, o toque durante a higiene, o afeto dos adultos que fazem parte do seu cotidiano, despertam o prazer corporal, e isto, não está relacionado ao erotismo sexual, mas mesmo assim, faz parte da sexualidade.

O mesmo acontecendo na escola, quando a criança interagi, percebendo o seu corpo e de todas as pessoas inseridas também neste espaço.

Quanto a negação do processo de educação sexual nos espaços formais ou não formais, Carvalho (2012, p. 51) esclarece que “não nos separamos” da dimensão da sexualidade e de um processo de educação sexual, mas seguimos vivendo no cotidiano, na ilusão de que “não” estamos educando sexualmente.

Mesmo mostrando-se como um grande tabu em nossa sociedade, esse é um diálogo necessário em muitos espaços, em especial na escola, pois será por meio da educação sexual que poderemos proporcionar o autoconhecimento pelas crianças.

Conforme os PCNs (BRASIL, 1998, p. 292) a sexualidade invade a escola, para além dos registros que as crianças e adolescentes deixam estampados nos muros e portas deste espaço.

Não podemos simplesmente ignorar as situações que emergem de suas vivências e convivência, ou convidá-los a deixar sua sexualidade do lado de fora da escola, pois, é na sala de aula, mediante o planejamento e com ações didáticas de educação sexual que proporcionaremos condições para que as crianças manifestem seus saberes e curiosidades, nesse ambiente propício a educação.

Essa construção de conhecimentos, proporcionará a superação dessa visão de que a sexualidade e os conceitos que a constituem, precisam ser escondidos, ou tidos como algo feio e proibido na escola ou qualquer outro ambiente. Ultrapassando esses

paradigmas simbólicos dos mitos e tabus que desinformam e causam tantos males, com os mais diversos tipos de discriminação, preconceitos e até prejuízos à saúde.

Para que a temática adentre a sala de aula e os docentes possam superar esses paradigmas de contexto cultural, Figueiró (2018, p. 17) afirma que é preciso se reeducar sexualmente, por meio de estudos visando a capacitação para atuação enquanto educadores que pretendem exercer a educação sexual.

Para que ocorra a efetivação da aprendizagem em educação sexual e que esta possa superar as polêmicas que esta temática envolve, se faz necessário não somente adentrar nesse território chamado escola e ultrapassar suas barreiras, e conforme Carvalho (2012, p. 48) reconhecendo que “há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas”.

Ainda conforme a autora, na perspectiva da educação sexual “não nos relacionamos uns com os outros sem que a nossa sexualidade esteja presente”, pois, não há como deixarmos a sexualidade em espaços, tempos e situações específicas, se ela está em nós.

Nessa perspectiva, desde sempre e em todas as instâncias, em especial, nessa passagem para a puberdade e a adolescência, fase em que as crianças passam por muitas mudanças, e são invadidos por suas curiosidades, é que a sexualidade está latente. Assim, precisamos compreender que a civilização vai além da formação de homens e mulheres em seus ambientes familiares e educacionais, para pensarmos em pessoas, que vivem em sociedade.

De acordo com a UNESCO (2019) a Educação Integral em Sexualidade – EIS, é um direito de aprendizagem universal, e por este motivo deve ser integral, tendo as seguintes considerações essenciais:

A EIS é um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida (p. 16).

A educação sexual com o foco no diálogo e respeito, constitui um direito de cidadania e um caminho para erradicar preconceitos, violências e discriminações de gênero, do mesmo modo, proporcionando o reconhecimento positivo da diversidade.

Enquanto campo de produção de conhecimento, as informações científicas, elucidam os estudantes, diminuem as ansiedades e angustias que são formadas devido ao desconhecimento e a desinformação que causam confusão e erros (RIBEIRO, 2017, p. 8).

As ações pedagógicas com vistas a favorecer novas possibilidades de conceber a si, ao outro e a diversidade na sociedade, visam superar as discriminações e pré-conceitos de raça, gênero ou classe social.

A formação da identidade social necessita estar ancorada na ética e no respeito, ao que nos difere e nos iguala, enquanto seres civilizados, no âmbito da escola e fora dela, nessa sociedade diversa da qual fazemos parte.

Para Figueiró (2018, p. 88) a educação sexual facilita a inclusão e interação entre todos os educandos, respeitando suas diferentes potencialidades, pois, “falar de sexualidade é trabalhar o relacionamento humano e, por conseguinte, aprimorar as relações interpessoais”.

Dialogar, refletir e juntos analisar as informações que a mídia nos apresenta, conforme Melo (2011, p. 50) acompanhando as transformações que estão continuamente ocorrendo na sociedade, refletindo no comportamento, nos valores e em todas as linguagens.

A temática sexualidade, sexo, gênero e diversidade está em todos os lugares e também exerce uma forte ação pedagógica, mesmo quando não planejada. Assim, na sociedade, o que é divulgado, não se trata de informações neutras e, portanto, carrega explícita ou implicitamente uma pedagogia de persuasão, de consumismo e poder.

Durante nosso estudo dos documentos oficiais, observamos medidas punitivas para o abuso sexual contra crianças e adolescentes e para a exposição ou acesso a conteúdo pornográfico, porém, não foi identificadas medidas que garantam a educação sexual e que tem um grande potencial de promover o conhecimento, proporcionando melhores condições para detectar situações de risco e que podem ser evitadas.

Na esfera educacional e, referenciando Carvalho (2012, p. 51) sempre somos educadores sexuais uns dos outros, pois todas as pessoas são seres sexuados em uma sociedade sexuada, de modo consciente ou inconsciente. E será conforme a concepção de cada educador, com uma postura consciente e emancipatória ou uma postura repressora, que as manifestações de sexualidade das crianças serão acolhidas ou não.

Concluindo, justificamos a necessidade de ações pedagógicas afirmativas para a educação sexual intencional e planejada, constituídas e norteadas pelas dimensões sociais, culturais, éticas e políticas, visando garantir aos educandos o acesso ao conhecimento, para uma construção de conhecimento significativa, por meio do diálogo, sendo este movimento, um direito de cidadania.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, apresentamos, inicialmente, o método e os procedimentos utilizados na coleta de dados. Na parte final, discorreremos sobre o contexto da pesquisa e os documentos oficiais do município que acompanhamos.

### 5.1 A escolha do método e dos procedimentos de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho descritivo-analítico.

A pesquisa qualitativa requer a compreensão dos processos e dos fenômenos, considerando o universo dos significados, das crenças, dos valores e das atitudes analisados qualitativamente (MINAYO, 1994, p. 21-22). É um estudo de caráter descritivo, por se tratar da descrição das dificuldades, dos obstáculos e dos desafios sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental sobre as temáticas educação sexual e sexualidade.

Os elementos de análise surgem no decorrer da pesquisa, vão se constituindo e sendo definidos no desenvolvimento dos estudos, integrando os interesses dos participantes de pesquisa e dos processos interativos, que ocorrem devido ao contato direto do pesquisador diante da situação estudada.

Na pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1984, p. 34), o pesquisador é um agente e instrumento nesse processo, por interagir com os sujeitos em seu ambiente natural.

Segundo André (2013), a abordagem qualitativa de pesquisa “[...] concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados” (p. 97).

Além disso, a pesquisa integra outros elementos, pois os registros são analisados em sua totalidade, sendo constituídos por meio da transcrição dos dados, de áudios, de fotos e outros documentos durante a pesquisa de campo. Nessa perspectiva, o processo assume um papel mais importante que o resultado ou produto (BOGDAN; BIKLEN 1994, p. 47; LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

Retomando o que foi apresentado na introdução do trabalho, para o desenvolvimento da pesquisa, seguimos as seguintes etapas:

1ª. Etapa: Levantamento das pesquisas correlatas;

2ª. Etapa: Análise dos documentos oficiais;

3ª Etapa: Pesquisa de campo. Após à tramitação do protocolo de pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP-CONEP) e mediante a autorização, iniciamos a pesquisa de campo em uma escola do Grande ABC Paulista. Tendo como instrumentos a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com professores que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1ª ao 5º. ano);

4ª. Etapa: análise dos dados a partir de categorias que foram construídas a *posteriori*;

5ª. Etapa: Desenvolvimento de material didático, com a intenção de contribuir com o trabalho dos professores do Ensino Fundamental, para a educação sexual e sexualidade.

A 1ª. Etapa - levantamento das pesquisas correlatas - teve como objetivo conhecer os estudos e pesquisas que tratam da temática “Sexualidade no Ensino Fundamental Anos Iniciais”, por meio do levantamento das pesquisas correlatas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD. O período estipulado foram os últimos dez anos, ou seja, de 2011 até 2021. Os descritores são: “Educação sexual e sexualidade; Formação docente e Ensino Fundamental”.

O estudo dos documentos oficiais ocorreu na 2ª. Etapa, sendo eles: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. No âmbito local, analisaremos a Matriz Curricular do município e o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola no Grande ABC Paulista.

A coleta de dados, da 3ª. Etapa referente a pesquisa de campo, ocorreu no contraturno, ou seja, no horário que não faz parte da jornada de trabalho da pesquisadora e dos participantes, de forma não presencial, sendo o contato realizado por meio de ambiente virtual. Foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário (perguntas fechadas e abertas) e a entrevista semiestruturada.

O questionário teve por objetivo traçar o perfil e a formação profissional dos participantes do estudo, sendo realizado de modo individual, não presencial, em ambiente virtual, por meio do Google formulários, inserido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Eletrônico - TCLE-e.

A formulação do questionário para a coleta de dados foi realizada virtualmente por meio da plataforma *Google* Formulários. O questionário foi dividido em duas partes, na primeira, com perguntas para traçar o perfil das participantes do estudo e, na segunda parte, com duas perguntas, uma para saber se as professoras consideram relevante trabalhar com a temática educação sexual e sexualidade em sala de aula. A outra para relatar se durante os anos de atuação houve em sala de aula alguma manifestação de sexualidade por parte dos alunos, disponibilizando ainda, um espaço para observações, caso as participantes julgassem necessário.

Após a devolutiva dos questionários e mediante o consentimento dos professores, os participantes foram convidados para as entrevistas.

A entrevista teve por objetivo conhecer quais são os conceitos básicos a respeito da temática educação sexual e sexualidade e como o grupo de docentes participantes dessa pesquisa consideram que deve ser tratada essa abordagem pedagógica. Vale ressaltar que a entrevista foi do tipo semiestruturada, seguindo um roteiro, com perguntas previamente formuladas.

## **5.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada de forma não presencial, sendo que todos os participantes foram contatados por meio de ambiente virtual, com a aplicação de questionário e a realização de entrevistas. Os participantes do estudo foram os professores que atuam em uma escola pública da rede municipal de Santo André, localizada na região central. Esta escola atende crianças da Educação Infantil até o Ensino Fundamental Anos Iniciais, nos períodos da manhã e tarde.

O Ensino Fundamental Anos Iniciais está distribuído da seguinte forma:

- Matutino: 2 salas de cada ano letivo (1º ao 5º ano).
- Vespertino: 3 salas de 3º ano, e do 1º, 2º, 4º e 5º ano são 2 salas de cada.

Após a tramitação e autorização do conselho de ética e da rede de ensino, iniciamos a coleta de dados no lócus de pesquisa, onde se deu o estudo e perante todas as autorizações.

Na primeira fase da coleta de dados, apresentamos o projeto para a equipe gestora da unidade escolar, de modo a garantir o acesso aos objetivos do estudo, esclarecendo também, quais os procedimentos metodológicos que seriam utilizados para a coleta de dados, envolvendo os professores participantes.

Na segunda fase, foi realizado um pré-teste dos instrumentos da coleta de dados, mediante a delimitação do estudo e, após a constatação da eficácia do material (questionários e entrevistas), foi iniciada oficialmente a pesquisa de campo.

A terceira fase da coleta de dados, ocorreu no contraturno, ou seja, no horário que não faz parte da jornada de trabalho da pesquisadora e dos participantes, de forma não presencial, sendo o contato realizado por meio de ambiente virtual.

Todos os relatos colhidos nas entrevistas foram gravados em áudio, por meio de um aplicativo de celular, sendo posteriormente transcritos para a realização da análise dos dados.

Inicialmente, houve a previsão para a participação de todo o grupo de professores atuantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, em um total de 21 participantes, porém, em decorrência dos trâmites para autorização da rede de ensino e do conselho de ética, a disponibilidade de tempo ficou reduzida. Desse modo, enviamos o questionário para oito professoras e tivemos a aceitação de participação de sete, mediante o preenchimento por meio do TCLE-e e do questionário.

Foram seguidos todos os procedimentos éticos para a realização dessa pesquisa, conforme os princípios da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP e do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de São Caetano do Sul – USCS, com o cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução 510/2016, conforme consta no parecer consubstanciado sob o CAAE 62351922.9.0000.5510 de número 5.638.055.

Todas as professoras participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido Eletrônico – TCLE-e, sendo informadas sobre o sigilo e a privacidade das informações e a codificação de suas identificações pessoais, sendo o nome verdadeiro, substituído por pseudônimos.

### **5.2.1 Perfil da escola**

A unidade escolar pertence à rede de ensino municipal de Santo André, e está situada na região central. A escola foi construída em 1976 pelo então governo do estado de São Paulo. Inicialmente foi constituída com o objetivo de atendimento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN, tendo por finalidade ampliar a matrícula no ensino médio.

Com a finalização desse projeto, no ano de 2010 a unidade escolar passou a ser municipalizada e começou a atender a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Atualmente a escola agrega à sua estrutura 16 salas de aula, 4 salas de recursos multifuncionais, 1 biblioteca e sala de leitura, 1 laboratório pedagógico de informática, 1 ateliê de Artes, 1 parque infantil coberto, 1 pátio parcialmente coberto, 1 quadra coberta, 1 refeitório, 1 sala de TV e vídeo, 7 sanitários para alunos, 3 sanitários para funcionários, 6 sanitários adaptados para deficientes, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 sala de professores, 1 sala de diretoria, 2 almoxarifados, 2 cozinhas, 1 dispensa e 1 sala de secretaria.

O corpo docente da unidade escolar conta com doze professores de Educação Infantil e vinte professores do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Dentre estes, há quatro professores conveniados (Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município); quatro professores de Educação Física, três professoras em flexibilização de jornada (uma no período da manhã e duas no período da tarde) e três professoras substitutas.

A equipe gestora é composta por pedagogas, sendo uma para cada área e que se encontram assim alocadas: uma na direção, uma na vice direção, duas na assistência pedagógica e uma na coordenação de serviço educacional.

As etapas e modalidades da Educação Básica atendidas na Unidade Escolar são:

- Educação Infantil, composta com o 2º. Ciclo; sendo descritas como: Inicial (atendimento as crianças de 4 anos) e Final (atendimento as crianças de 5 anos).
- Ensino Fundamental, composto como: 1º. Ciclo (atendimento de crianças do 1º, 2º. e 3º anos) e 2º. Ciclo (com atendimento de crianças do 4º e 5º anos).

Os períodos de funcionamento da Unidade Escolar para o ensino regular são matutinos e vespertinos, com uma média de 800 alunos matriculados distribuídos nos seguintes horários:

- Matutino: atendimento de educação infantil no horário das 08h às 12h e o Ensino Fundamental Anos Iniciais no horário das 07h às 12h;
- Vespertino: atendimento à educação infantil no horário das 13h às 17h e o Ensino Fundamental Anos Iniciais no horário das 13 h às 18h.

Nesta unidade escolar também há a Modalidade da Educação Inclusiva, sendo transversalizada desde a etapa da Educação Infantil até o Ensino Fundamental Anos Iniciais. Vale destacar que, a partir do ano de 2016, a unidade escolar também passou a ser Polo Bilingue com atendimento às crianças surdas de toda a rede municipal de ensino de Santo André/SP.

Em atendimento à Educação Inclusiva, há atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais para surdos e Sala de Recursos para atendimento múltiplo.

Quanto ao atendimento realizado no contraturno na sala de recursos que se refere ao atendimento múltiplo, passamos a especificar conforme está disposto no documento Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar:

Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, que complementa ou suplementa o ensino da sala regular no contra turno escolar, faz-se necessário uma organização de horários, recursos e apoio pedagógico que atendam suas especificidades. Dessa forma, o horário de cada Sala de Recurso Multifuncional (SRM) apresenta uma diversidade que vem de acordo com as necessidades do público alvo de cada Unidade Escolar e, conseqüentemente de cada polo, podendo ser a partir das 7h até às 18h. A carga horária dos alunos e o atendimento individual ou em pequenos grupos pode variar de acordo com as necessidades educacionais específicas. (PPP, 2021, p.12)

No ano de 2021 para o atendimento na sala de recursos que ocorre no contraturno, conforme descrevemos acima, foi realizada a seguinte organização:

**Quadro 3 - Atendimento especializado específico**

Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos Multifuncionais	
Manhã	Tarde
Terça-feira e Quarta-feira 8h00 às 12h00	Terça-feira e Quarta-feira 13h00 às 17h00
Quinta-feira 8h00 às 11h00	Quinta-feira 12h00 as 16h00
Sexta-feira 8h00 às 12h00	Polo Bilingue Segunda a Sexta 13h00 as 15h00

Fonte: PPP (2021, p.12).

Especificamente para o atendimento especializado às crianças surdas, há o período integral, sendo constituído por 8 crianças no período matutino e 16 crianças no período vespertino.

Complementado o atendimento à educação inclusiva, há ainda duas agentes, para os cuidados com as crianças que possuem deficiência, que além de oferecer auxílio à mobilidade de acordo com suas especificidades, efetuam as trocas de fraldas

e roupas, acompanham ao banheiro, auxiliam na alimentação e nas atividades pedagógicas mediante orientação do professor.

O atendimento no Polo Bilíngue é composto também de instrutores e intérpretes de Libras, que auxiliam na comunicação e interação das crianças surdas, nos planejamentos e nas intervenções em sala de aula, esses profissionais são contratados pela Fundação de Santo André.

Há uma particularidade quanto à esta unidade escolar, por apresentar uma grande procura de matrículas, mesmo havendo escolas municipais e estaduais em seu entorno. Conforme descrito no PPP, esse fato é decorrente de fatores como: estar situada em um bairro mais próximo ao centro e por ser considerada uma escola conceituada. Também há a procura de matrículas por famílias que residem em bairros mais distantes, isto faz com que as crianças venham de longe para estudar, gerando assim uma grande demanda por transporte escolar particular.

Observamos que há participação da comunidade escolar na elaboração do PPP e, quanto a esta interação ser pertinente, destacamos uma das informações descritas neste documento. Foi solicitado pelas famílias o desejo de haver mais ações formativas coletivas, em que ocorra o aprendizado, visando o respeito às diferenças com clareza e verdade, e que também sejam desenvolvidos projetos cujos os assuntos abordem o respeito ao bullying, ao racismo, à diversidade religiosa, dentre outros.

### **5.2.2 Os participantes da pesquisa**

Os participantes para essa pesquisa são sete professores que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), tendo como objetivo o caráter exploratório do tema na perspectiva da metodologia qualitativa.

A escolha dos participantes de pesquisa seguiu os critérios que serão apresentados na sequência.

- Critérios de inclusão: Exercer cargo na área de educação; possuir formação do nível superior de ensino; atuar no Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano, atendendo alunos na faixa etária de 7 a 11 anos, em uma unidade escolar no Grande ABC paulista.
- Critérios de exclusão: Profissionais sem vínculo empregatício, profissionais sem formação do nível superior de ensino, professores que não atuam no

Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano, não participarão dessa pesquisa.

Antes de apresentar a análise referente ao questionário esclarecemos que, por coincidência, todos os participantes, em um total de sete professoras, que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano), são do sexo feminino.

Atendendo aos procedimentos de ética, sigilo e o rigor científico, optamos em identificar as professoras com nomes fictícios, abaixo listados na ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas, os quais têm significados de força e de luta.

- Ayumi aquela que segue adiante;
- Abnara representa luz da sabedoria;
- Adail guia e defensora;
- Adilah aquela que sabe repartir com justiça;
- Aisha aquela que está viva;
- Alana representa marco de conquista e por último,
- Alexia, que significa defensora da humanidade.

A seguir apresentaremos um quadro com o perfil das participantes, cujas informações foram obtidas partindo da primeira parte do questionário e, na sequência, a apresentação das professoras com uma descrição mais detalhada:

**Quadro 4 - Perfil das participantes**

<b>Professoras</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação inicial</b>	<b>Graduação lato sensu</b>	<b>Tempo de docência</b>	<b>Turma que leciona atualmente</b>	<b>Formação específica de educação sexual e sexualidade</b>
Ayumi	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Pedagogia e Serviço Social.	Ciências da Tecnologia.	Mais de 20 anos.	1º ano	Não.
Abnara	Mais que 60 e menos que 70 anos.	Pedagogia e Artes.	Deficiência Intelectual e Educação Infantil.	De 16 a 20 anos.	3º ano	Não.

<b>Professoras</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação inicial</b>	<b>Graduação lato sensu</b>	<b>Tempo de docência</b>	<b>Turma que leciona atualmente</b>	<b>Formação específica de educação sexual e sexualidade</b>
Adail	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Pedagogia e Letras.	Educação Especial e Psicopedagogia Institucional.	Mais de 20 anos.	5º ano	Sim.
Adilah	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Artes	Formação Docente e Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação.	De 11 a 15 anos.	4º ano	Não.
Aisha	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Matemática e Pedagogia.	Psicopedagogia; Educação Especial e Gestão Escolar.	Mais de 20 anos.	5º ano	Não.
Alana	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Pedagogia.	Alfabetização e Letramento e Deficiência Intelectual.	Mais de 20 anos.	4º ano	Não.
Aléxia	Mais que 50 e menos que 60 anos.	Pedagogia.	Não possui.	Mais de 20 anos.	4º ano	Não.

Fonte: a própria pesquisadora

Ayumi – nasceu na década de setenta, com pós-graduação *lato sensu* em “Sala de Recursos para Surdos” e “Ciências das Tecnologias”. Com mais de vinte anos de experiência na docência, atuou com diferentes faixas etárias, inclusive com a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Atualmente, é professora no 1º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Abnara – tem 62 anos de idade, leciona há mais de dezesseis anos, sendo que, nestes últimos, optou por se dedicar ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais em que o maior foco é a alfabetização, ou seja, 2º e 3º ano. No presente ano letivo, está com uma turma de 3º ano. Possui formação em pedagogia e pós-graduação *lato sensu* em “Educação Inclusiva” e “Educação Infanto Juvenil”. Atualmente está cursando Mestrado em Educação.

Adail – tem menos que sessenta anos e leciona há mais de vinte anos sendo que, no presente momento, leciona para crianças do 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Suas últimas especializações foram a nível de pós-graduação *lato sensu* em “Educação Especial” e “Psicopedagogia Institucional”. Ao responder o questionário, Adail, foi a única professora que declarou ter recebido capacitação específica para trabalhar com a temática educação e sexualidade, que foi durante o ensino médio com especialização em magistério.

Adilah – tem menos que cinquenta anos, possui curso de pós-graduação *lato sensu* em “Formação Docente: Práticas Pedagógicas no Ensino Presencial, Híbrido e a Distância” e “Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação”. O tempo de docência é entre onze e quinze anos, em diferentes etapas do E. F. Anos Iniciais, sendo que nos últimos anos, com crianças dos 4º e 5º anos e no atual, ministra aulas para crianças do 4º ano.

Aisha – tem cinquenta e um anos, ministra aulas há mais de vinte anos, sempre atuando em dois períodos, neste ano, leciona para uma turma de quatro anos da Educação Infantil no período da manhã e no período da tarde para uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental. Quanto as últimas formações, foram três pós-graduações *lato sensu*, sendo: “Psicopedagogia”, “Educação Especial” e “Gestão Escolar”.

Alana - tem idade entre cinquenta e sessenta anos, suas últimas formações foram de pós-graduação *lato sensu* em “Alfabetização e Letramento” e “Deficiência Intelectual”. Neste ano, ministra aulas para uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e já exerce a função de professora há mais de vinte anos.

Aléxia – tem menos que sessenta anos, não possui cursos de pós-graduação ou especialização, exerce a profissão de professora há mais de vinte anos, optou em lecionar para as turmas dos 4º e 5º anos, sendo que, atualmente com crianças do 4º ano.

A segunda parte do questionário conta com a concepção das professoras quanto a relevância de trabalhar com a temática educação sexual e sexualidade em sala de aula e, se no percurso profissional, houve manifestações de sexualidade por parte dos alunos, conforme o quadro:

**Quadro 5 - Concepção das participantes**

<b>Professoras</b>	<b>Considera importante trabalhar o tema educação sexual e sexualidade em sala de aula?</b>	<b>Durante os anos de atuação como professor (a), você já presenciou em sala de aula, alguma manifestação de sexualidade? Quais?</b>
Ayumi	sim	Exploração masturbatória, beijos na boca, troca de toque nas partes íntimas
Abnara	sim	Crianças se masturbando.
Adail	sim	Já trabalhei com adolescentes e eles demonstraram muito interesse pelo tema.
Adilah	sim	Não até o momento, mas o professor deve estar preparado para discutir o assunto e trabalhar com essas questões com todo o cuidado e sem sair do tema discutido.
Aisha	sim	Sempre surgem as questões de namorinhos.
Alana	sim	Já tive um caso de uma criança (educação infantil) que, enquanto realizava a atividade em sala tinha o hábito de colocar a mão dentro da calça para manipular seu órgão genital. Também percebo entre as crianças maiores (4º e 5º ano) a necessidade de expressarem sentimentos, afetos de interesse e "atração" pelo outro, onde alguns chegam a fazer pedidos de namoro, mandam cartinhas para comunicarem e se expressarem.
Aléxia	sim	O despertar da sexualidade.

Fonte: a própria pesquisadora

Com essa análise e, embora a maioria não tenha participado de formação específica para a temática, constatamos que todas as participantes consideraram importante a inserção da temática educação sexual. Também foi possível observar com exceção de uma participante, todas presenciaram diferentes manifestações de sexualidade por parte dos alunos, nos variados anos do Ensino Fundamental.

A partir dessas informações, poderemos compreender, mais adiante, nas entrevistas, quais as concepções que norteiam a prática pedagógica para a temática educação sexual e sexualidade, embasadas por suas vivências profissionais.

Concebemos que a aceitação em participar das entrevistas, foi um ato de gentileza, afinal, nem todas as professoras convidadas aceitaram o convite, tendo várias justificativas, como a falta de tempo por exemplo.

Consideramos importante ressaltar que, o fato da pesquisadora fazer parte do grupo de docentes que atuam na mesma unidade onde foi desenvolvida a pesquisa de campo, proporcionou a consolidação de uma relação de confiança e aproximação com as participantes para a identificação das questões, consideradas como sendo pontos comuns do cotidiano escolar.

As professoras entrevistadas relataram suas experiências pessoais. Muitos conhecimentos e angústias foram surgindo, alguns aspectos em comum e outros muito singulares, no que se refere ao modo que vivenciaram seus processos formativos quanto a temática sexualidade, que integraram o contexto pessoal, o contexto familiar e o contexto profissional.

Conforme Figueiró (2009) é importante que se favoreça um momento de abertura e acolhimento para os professores, uma oportunidade de se estabelecer uma inter-relação entre nossa constituição com a sexualidade e o que os nossos educandos estão vivenciando. A autora descreve que esse processo se constitui em um primeiro passo:

O que pensa e como se sente o professor, a professora, diante das questões relativas à sexualidade. É fundamental para ele, para ela, perguntar-se: - Como foi a minha Educação Sexual, em casa, na escola...? - Consegui construir uma visão positiva da sexualidade, do corpo e do sexo? - Tenho sido capaz, quando necessário, de mudar minha forma de ver e de pensar? - Qual a visão que trago hoje sobre a sexualidade? (p. 188).

Durante as entrevistas, foi importante entender também o não explícito, os gestos utilizados, o olhar e o sorriso, todas as expressões que, certamente, fizeram a composição do dito e do não dito, em uma riqueza de informações que passaram a constituir a análise neste trabalho. A seguir, demonstraremos a análise do material produzido.

## 6 CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Foram criadas categorias para a percepção dos dados obtidos como um todo, para que os critérios de análise pudessem surgir a partir das informações obtidas com a investigação, compreendendo a realização das entrevistas, sinalizadas no quadro abaixo:

**Quadro 6 - Categorias de análise**

Etapa	Critérios para análise
Etapa 1 - Concepção pessoal - Concepção docente	- Concepção das professoras sobre como tem ocorrido sua própria constituição quanto a sexualidade. - Concepção das professoras sobre o que significa o termo sexualidade; - Concepção das professoras sobre o que significa o termo educação sexual.
Etapa 2 - Educação sexual e sexualidade na sala de aula.	- As estratégias que as professoras utilizam para ensinar a educação sexual e sexualidade na sala de aula; - As dificuldades e/ou possibilidades para o desenvolvimento da educação sexual e sexualidade em sala de aula; - Materiais que possam contribuir;
Etapa 3 - Educação sexual e sexualidade no currículo.	- Conhecimento e pertinência do currículo no PPP da unidade escolar em que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Fonte: a própria pesquisadora

Após a leitura recorrente das falas dos participantes, as respostas que evidenciaram essa categoria estão vinculadas às perguntas que tratavam sobre como as professoras têm vivenciado a sua sexualidade, tendo como princípio a própria infância até a fase atual de vida, buscando estabelecer relações com o modo que pedagogicamente abordam a temática com seus alunos.

Os relatos obtidos a partir de cada história, possibilitou a aproximação dos conhecimentos específicos para a temática educação sexual e sexualidade, e por estes motivos, consideramos que essa etapa da entrevista, foi significativa, pois, proporcionou uma retrospectiva, um resgate das vivências e saberes para uma disposição positiva de reconhecimento da temática no âmbito educacional.

Assim, as participantes responderam às seguintes perguntas iniciais:

- Qual foi a sua formação em educação sexual e sexualidade?
- Você recebeu algum tipo de orientação na família ou na escola?
- Recorreu a outros recursos?

Ao realizar a análise da transcrição das entrevistas, abaixo descritas, observamos que duas professoras receberam orientação em família, as outras cinco participantes, não tiveram:

- Ayumi: Então quando eu menstruei, eu estava dormindo e acordei suja, e aí, eu falei: pronto, morri! Infelizmente, minha mãe era uma pessoa muito severa, é... ao invés de acolher, falou para mim, que se eu tivesse feito alguma coisa errada que eu ia apanhar do meu pai. E eu fiquei o dia inteiro pensando o que era errado, o que eu podia ter feito de errado, porque eu não tinha a menor ideia do que ela estava falando.

- Adail: Bom eu não tive minha mãe me explicando exatamente como seria o processo né? Ela, acho que também não teve essa orientação, mas ela foi muito gentil em deixar na época, eram revistas e essas revistas, ela constava como eram é... essa mudança de que a gente estava citando de corpo, de tamanho de cintura e da menstruação. E quando eu fiquei mocinha, ela comentou com uma tia e, eu fiquei com vergonha, mais, ela me ensinou, me explicou direitinho como usar o absorvente, que parece muito simples, mas não é um movimento tão fácil assim para a primeira vez né? E foi tranquilo porque, eu acabei vendo aquelas revistas que ela tinha passado e consegui entender.

- Abnara: Não se falava nada sobre o assunto, eu fiquei sabendo sobre menstruação por exemplo, quando eu estava já no acho... na sexta ou sétima série [...] E quando aconteceu, eu já era bem moça. Quando ocorreu eu fui falar para minha mãe, eu estava sangrando, a minha mãe falou assim, ah, isso não é nada é... pega um Modess e coloca, só isso [...] então ocorreu dessa maneira, não, minha família não se tinha conversa, não se falava nada, era é... velado esse assunto.

- Adilah: A respeito da sexualidade foi bem difícil, porque meus pais eram bem assim, atrasados, né? Que não, não tiveram muitos estudos. E também, sempre foi um tabu a nossa conversa. Nunca eles chegaram e conversaram abertamente com a gente.

- Aisha: Bom, em família, pouco assunto, né? Lembrando que eu tenho 51 anos, então uma história bem lá atrás. Quando eu fiquei, por exemplo, menstruei, a orientação que eu recebi é que eu não podia mais sentar em banco de ônibus nenhum, porque eu poderia engravidar e nem deixar homem chegar perto das minhas pernas, em pé no ônibus, alguma coisa assim, né? Essa era a regra.

- Alana: em casa praticamente não tive muitas instruções, aliás, pouquíssimas, é ... foi uma coisa muito reservada [...] descobri mais coisas na escola, com as amigas, do que na minha casa né, a única coisa que na minha casa eu me recorro é minha mãe falando: quando você ficar mocinha... você tem que tomar muito cuidado, essa frase... mas eu não entendia o que era esse cuidado [...] quando eu fiquei mocinha eu fiquei assustada, porque eu ainda não tinha entendido o que era aquilo, olha que situação.

- Alexia: Ah, eu fui orientada pela minha mãe. Minha mãe era professora, fui orientada. Eu tinha uma prima, tenho né, uma prima que é médica, ela tem 10 anos a mais do que eu, então, ela também sentava, conversava, tinha livros em casa, então era com diálogo, com leitura e de acordo com a minha curiosidade também, eu ia perguntando e minha mãe ia conversando.

Infelizmente, diante desses relatos, observamos que uma situação que poderia ser considerada natural, pois faz parte do desenvolvimento humano, foi tratada de um modo incompreendido, em alguns casos, chegando a ser cruel, gerando muita insegurança. Concordamos com Figueiró (1999) quanto ao papel e as obrigações da família:

Seria muito importante que a família se dispusesse a buscar informações e reflexões sobre a sexualidade e a melhor forma de lidar com esses assuntos, pois é obrigação dos pais educar seus filhos para a vida e, por essa razão, eles não podem dar continuidade a uma educação dissociada, em que se valoriza o intelectual, o social, o espiritual, deixando-se de lado o afetivo sexual. Evidenciar este assunto, como os outros, é respeitar o filho e é, ainda, prevenir tantos problemas que envolvem o sexo e a sexualidade nossa e de todos. (FIGUEIRÓ, 1999, p. 43).

Muitas vezes, a família se omite, ou educa de um modo negativo, imprimindo os valores morais aos quais foi constituída, passando para os filhos as opressões vivenciadas e os conhecimentos que foram transmitidos de geração após geração. Por não saber como abordar o assunto, apresenta muito mais dificuldades de conversar com seus filhos, o que é compreensível.

Nestes casos, precisamos também considerar, que conforme a geração, não havia muitos meios de acesso à informação, portanto, era mais comum a omissão do diálogo.

Com relação as informações recebidas na escola, houve alguns relatos que as participantes receberam conhecimentos sobre o corpo humano de um modo geral, somente nos anos finais do Ensino Fundamental e as duas professoras que cursaram o Magistério, no Ensino Médio, também tiveram uma formação não muito expressiva.

No que diz respeito às orientações recebidas em família ou na escola, terem atendido as suas expectativas na fase de puberdade e adolescência, com exceção de duas, todas as outras professoras relataram que não supriram suas necessidades.

A limitação, já transmite a concepção de que o assunto não pode ser falado, sendo considerado como um tabu, justificando o medo de procurar saber, já que o assunto era tão velado, em uma época que não se tinha muito acesso à informação.

Percebemos nesses relatos o quão é forte as opressões vivenciadas conforme as gerações estudadas, e, embora estejamos nos reportando as décadas de 60 e 70, sabemos que algumas informações, ainda permanecem veladas, inclusive na atualidade, mesmo com todas as mudanças e transformações ocorridas na sociedade.

Para adentrarmos na discussão sobre qual a concepção das professoras sobre os conceitos educação sexual e sexualidade, é importante destacar que, conforme já mencionado no decorrer desta pesquisa, os pressupostos sobre sexualidade e os conceitos que a integram, tem como norteadores autores como Foucault (1999), Louro (2021), Suplicy (1993), Figueiró (2018), Ribeiro (2017), Melo (2011), Carvalho (2012), dentre outros.

Baseados nas concepções desses autores, compreendemos que a sexualidade integra as dimensões físicas, cognitivas e emocionais, conforme os contextos históricos, culturais e sociais, e que, portanto, é uma construção contínua do ser humano, sempre mediada por suas interações.

A educação, conforme Carvalho (2012), está relacionada ao ato de ensinar e aprender. As ações desenvolvidas neste ensinar, carregam o significado ideológico e uma teoria de aprendizagem, que nas palavras da autora, “[...] revelam o pensamento de um determinado grupo de pessoas em um determinado momento histórico, social e cultural, e isso se reflete também no processo de Educação Sexual”. (p. 19).

Ao realizarmos a aplicação dos questionários e as entrevistas, observamos as concepções pessoais das professoras que foram sendo reveladas por seus relatos e que conseqüentemente, orientam suas ações pedagógicas. Essas práticas, integram o planejamento, a seleção dos diversos conteúdos e, por conseguinte a opção de desenvolver ou não a educação sexual em sala de aula.

Sabemos da complexidade que envolve a temática concepção docente, como por exemplo, técnicas específicas para essa análise, mas, neste trabalho esclarecemos que nos limitamos a elaboração de algumas questões com o objetivo de que possa compreender, especificamente, o que as participantes entendem por sexualidade e educação sexual. Tal compreensão foi possível mediante as seguintes perguntas:

- Na sua opinião o que significa o termo sexualidade?
- O que você entende por educação sexual?

Percebemos, nas narrativas das professoras participantes, que há diferentes conceitos e que, inclusive, o termo sexualidade é confundido com educação sexual, conforme verificamos na fala de Aisha:

Pra mim, sexualidade é diferente... Quando você começa a falar... Eu trabalho nessa abordagem. Quando a gente começa a falar da criança, no desenvolvimento da questão do corpo né? No desenvolvimento. Não

pensando em... erotização, entende? Pensando mesmo nessa formação, digo, da questão de engravidar e por aí. De respeito. Sempre a palavra é... o respeito que eu coloco pra eles, é... eles se cuidarem.

Na opinião de Abnara, “sexualidade te leva a sexo, é só isso que me lembra”. Já para Adail e Adilah, a sexualidade está mais relacionada ao corpo humano e a forma como as pessoas lidam com ele.

Essas narrativas, nos fazem refletir sobre a importância da formação dos professores, para que estes possam compreender todos os conceitos que integram a sexualidade, e, deste modo, também possam reconhecer a educação sexual como sendo um processo intencional e planejado e que integra muito mais que as questões de desenvolvimento do corpo humano.

Já para três professoras, a sexualidade tem uma concepção mais ampla, que vai além das questões da fisiologia, integrando também, os relacionamentos, as relações sociais e o comportamento, conforme relatam:

- Ayumi: [...] além de função biológica, também é uma função social importante, tanto que pela humanidade, nós vimos e podemos ver vários exercícios da sexualidade que foram mudando ao longo do tempo.

- Alana: [...] é um conjunto de tudo, não só do corpo, mas também dos nossos comportamentos, até a forma da gente se vestir, da gente se portar, isso envolve a questão da sexualidade, também, quando a gente muda as fases da vida.

- Alexia: Sexualidade é amplo, envolve sexo, a sua orientação, tudo, não é? [...] não fica só na parte sexual, é como você lida, desde o envolvimento do relacionamento até o ato sexual propriamente dito.

Concordamos com Alana quando diz que, a sexualidade envolve o comportamento, pois a escolha de como nos apresentaremos socialmente fazendo uso das vestimentas, dos aromas e dos acessórios, revelam conforme Louro (2021, p. 17) nossa identidade. São processos de treinamento dos sentidos para percepção e decodificação das marcas com as quais aprendemos a classificar as outras pessoas e a nós mesmos, por meio dos modos que são expressos os comportamentos e gestos corporais.

Complementando as narrativas das professoras participantes, de acordo com a Unesco (2019) no caderno de orientações técnicas internacionais, a sexualidade pode ser entendida como:

Uma dimensão central do ser humano que inclui: compreensão e relacionamento com o corpo humano, vínculo emocional, amor, sexo, gênero,

identidade de gênero, orientação sexual, intimidade sexual, prazer e reprodução. A sexualidade é complexa e inclui dimensões biológicas, sociais, psicológicas, espirituais, religiosas, políticas, legais, históricas, éticas e culturais que evoluem ao longo da vida. (UNESCO, 2019, p. 16).

Observamos que nos relatos de algumas professoras participantes, foram apresentados conceitos importantes que constituem a sexualidade, porém, para outras há uma noção limitada e até uma confusão entre os termos, denotando a ausência de uma formação distinta para a temática.

Quanto a segunda questão, sobre o que as participantes entendem por educação sexual, a ideia central para o grupo de cinco professoras, está relacionada ao ensino do corpo humano nos primeiros anos do Ensino Fundamental Já as transformações com a adolescência, a procriação e a prevenção de doenças, é uma temática de ensino destinada às crianças do 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Além dessas questões, a professora Aléxia complementa que a educação sexual compreende além das questões do aparelho reprodutor, as orientações sobre sexualidade, e tudo que envolve essa temática.

Já Ayumi, apresenta uma concepção diferente das demais relatadas, pois considera mais importante, ser, este, o primeiro passo da educação sexual, o ensino do desenvolvimento da sexualidade humana. E justifica que será deste modo que o professor compreenderá com mais naturalidade as manifestações da criança a esse respeito. A esse conhecimento sobre o que é sexualidade, conforme suas palavras, integra também, o desenvolvimento da sociedade com relação a isso. Somente depois disso, e estando em segundo lugar, vem o conhecimento da biologia, dos hormônios, dentre outros.

Sobre a questão “o que as participantes compreendem por educação sexual”, consideramos importante, resgatar o conceito explicitado nos PCNs (BRASIL, 1997) que conforme já mencionamos anteriormente, esse processo educativo é nomeado como orientação sexual.

Neste documento, há o reconhecimento da sexualidade como parte do desenvolvimento humano, portanto, um conhecimento que precisa estar inserido na escola, por estar marcado pela história, pela cultura e pelo desenvolvimento social.

Assim sendo, a educação sexual é uma abordagem entendida como “um processo de intervenção pedagógica” que tem por objetivo transmitir informações que possam proporcionar o diálogo e a reflexão inerente à sexualidade, que por sua vez,

incluem as posturas, as crenças, e os valores a ela associados, sem que ocorra a invasão da intimidade dos alunos, nem o direcionamento de seus comportamentos. (BRASIL, 1997, p. 67).

Nas falas de algumas das participantes, foi possível, novamente, observar, a compreensão de que a educação sexual está relacionada somente a questão dos corpos para diferenciá-los em feminino e masculino, da fisiologia e da procriação, conforme relatam:

- Abnara: Eu já entendo que é você conhecer os corpos, o corpo feminino e o corpo masculino, funcionamento, como que é a procriação, como é o desenvolvimento de um feto.

- Adail: Você fazer com seu aluno que já está na fase, que está iniciando sua adolescência, é conhecer o seu corpo, saber das mudanças, para que ele tenha esses momentos, assim, que não seja muito turbulento e com a orientação correta.

- Adilah: Educação sexual, eu acho que já é o ponto mesmo onde a gente tem que se..., como se prevenir, da gravidez, mas até que ponto que a gente pode falar, não sei se esse assunto é pra adolescente ou pra faixa etária do quinto ano, não é?

De acordo com esses relatos das participantes, a educação sexual se inicia e fica restrita a fase da puberdade e adolescência. Embora para Aléxia, além das questões do aparelho reprodutor, faz parte da educação sexual as questões pertinentes a sexualidade, mas também direcionada a uma etapa específica, conforme narra: “É você estar orientando a criança, ‘o adolescente’, sobre essas questões”.

Outras professoras têm um parecer diferenciado, como por exemplo, no caso de Ayumi, que atuando no primeiro ano, relata não ter a educação sexual no currículo de Ciências, porque o conhecimento é voltado para o indivíduo no mundo que interage com outros seres vivos.

Conforme Ayumi, não há a abordagem da reprodução humana tampouco sobre o exercício da sexualidade, assim sua prática pedagógica quanto a educação sexual é sempre mediada por meio do diálogo, baseada em situações-problema do cotidiano. Ela cita como exemplos, vivenciados neste ano, o beijo na boca entre dois alunos, crianças que falam algumas obscenidades, também aconteceu de falarem sobre o ato sexual, baseadas em um referencial que provém de casa, que nestes casos, ela conduziu com uma roda de conversa para discutir o assunto.

Segundo Ayumi, devido a faixa etária, as explicações são simplificadas, deixando claro que criança não namora. Justifica para as crianças, que essas situações são de contexto da vida adulta, e que os órgãos sexuais não são para ter vergonha, mas são algo da esfera íntima, buscando proteger as crianças de adultos mal-intencionados.

Podemos observar uma visão mais ampliada sobre a temática educação sexual e sexualidade conforme as práticas pedagógicas descritas por Ayumi, porém, também é possível verificar que não há uma compreensão sobre o currículo transversal que se encontra presente no âmbito educacional, ainda que, na maioria das vezes, de modo oculto. Sendo a sexualidade um processo inerente à dimensão humana e, portanto, presente nas relações sociais, sempre estará presente no currículo, ainda que, de forma oculta que, conforme Carvalho (2012, p. 18), se apresentam “como reflexo da vida em suas demandas cotidianas, pois somos seres humanos que se educam sempre numa perspectiva transversal”.

Conforme Aisha, a educação sexual começa desde a criança pequena, inclusive na escola, de acordo com a necessidade do momento. Em sua compreensão, só nomear parte do corpo, não é educação sexual e sexualidade, porém, ressalta, que não é para ficar falando nesse assunto o ano inteiro.

Já para Alana, a educação sexual deveria começar em casa, desse modo, a criança poderia ter um comparativo ao que fosse ensinado na escola, pois esse é um conhecimento que se dá com o passar da vida e que, portanto, deveria ajudar as pessoas a saberem o que é certo ou errado.

Inferimos com as narrativas das participantes que existe uma falta de formação para a compreensão sobre o que significa os conceitos de educação sexual e sexualidade, e, sobre em quais contextos estão inseridas, seja pedagogicamente de modo afirmativo, planejado e intencional, ou por meio do silenciamento, diante das situações que as crianças trazem no cotidiano. A esse respeito, Louro (2021) esclarece:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. Muitas outras instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a justiça etc., também praticam tal pedagogia, seja coincidindo na legitimação e denegação de sujeitos, seja produzindo discursos distantes e contraditórios. (p. 38)

Compreendemos que a educação sexual não está atrelada especificamente à disciplina de Ciências ou, somente, as questões do desenvolvimento, saúde e prevenção na adolescência, pois a sexualidade como dimensão humana está em todos os espaços nos quais as pessoas possam estar e em todas as fases da vida.

### **6.1 Educação sexual e sexualidade na sala de aula**

Após essa breve introdução de apresentação das participantes, em que buscamos compreender como tem se desenvolvido a sexualidade das participantes da pesquisa e qual a concepção sobre sexualidade e educação sexual, passaremos a analisar nesta categoria, como as professoras tratam da temática educação sexual em sala de aula, ou seja, quais são as estratégias assumidas diante das manifestações e curiosidades das crianças. Para tanto, inicialmente formulamos as seguintes questões:

- Há oferta de formação continuada para a temática educação sexual e sexualidade na (s) rede (s) de ensino em que você atua?
- Em caso positivo, essa formação lhe auxilia em sua abordagem em sala de aula? Como?
- Como você lida com as possíveis manifestações e curiosidades quanto a temática sexualidade?
- Você considera que essas manifestações são normais para a faixa etária?
- No caso de uma criança lhe perguntar sobre sexo, qual a atitude que você costuma adotar?

Das sete professoras entrevistadas, a princípio, somente Ayumi relatou ter participado de uma formação específica sobre a sexualidade infantil, durante o período em que trabalhou na creche, também teve acesso a temática em sua formação de serviço social, conforme descreve:

Na formação continuada, dentro da prefeitura, é quando eu trabalhava em creche, teve formação sobre sexualidade infantil, mas, de crianças muito pequenas. Então a gente aprendia a questão das fases é, de desenvolvimento, segundo Freud. Falava sobre a sexualidade da criança entendeu? Logicamente, porque que ela tem as curiosidades e tal, aí a gente teve alguns cursos com relação a isso. Na formação inicial que é pedagogia, não teve. Mas como eu fiz serviço social, tem uma disciplina que ela é bem longa, são dois anos de disciplina que se chama psicopatologia. Pra gente entender psicopatologia, tem que entrar nas psicopatologias que são de cunho sexual, as parafilias, e aí, a gente falou sobre sexualidade humana, então eu sabia bastante por que foi uma disciplina longa.

A professora também informou que as formações auxiliaram muito na sua prática pedagógica, sendo importante mediar com naturalidade as manifestações de sexualidade das crianças.

Quando questionadas sobre como lidam com as possíveis manifestações e curiosidades das crianças quanto a temática sexualidade e se consideram essas situações naturais, duas disseram que apresentam dificuldades para lidar com a temática. Conforme o relato de Abnara, esse diálogo continua sendo um tabu. Para Adilah: “Eu me sinto um pouquinho insegura em falar sobre esse assunto. Eu tento evitar, sabe”?

Cinco professoras informaram que não têm dificuldade para abordar a temática, porém, conforme suas concepções, as aulas sobre sexualidade, estão restritas ao corpo humano e as etapas de desenvolvimento, portanto no 5º ano, o tema está relacionado as transformações com a puberdade:

- Adail: É..., nós começamos, na semana passada. É, um tema do sistema reprodutor, e assim, acho que o tempo todo, que eu dei aula sempre foi assim, o que eles perguntam eu respondo, de maneira clara, dentro da faixa etária.

- Aisha: Não fico toda hora rodando em volta desse tema. Então, normalmente eu gosto de chegar nesse assunto no quinto ano, não antes, embora eu acho que educação sexual vem de pequeno, não é?

- Alana: Eu não tenho dificuldade, por exemplo, como era antigamente, de falar de corpo humano.

Aléxia não especificou a quais manifestações das crianças ela se referia; informou apenas que lida com a temática por meio de rodas de conversa e no campo científico.

Já a resposta de Ayumi foi mais específica:

O exercício da sexualidade nessa etapa de vida até os 10 anos de idade, [...] ela se constitui em toque, é na curiosidade de ver as diferenças biológicas. É de entender como é que nasce uma criança, de gostar do amigo e de querer tocar, de saber que é prazeroso o toque em alguns lugares. Então, gosta de fazer cosquinha no amigo, que é prazeroso. E essas coisas eu não costumo barrar, desde que eu vejo que não é abuso. E eu converso, tudo, tudo o que eles vêm me perguntar, mesmo que sejam muito pequenos eu respondo. Respondo dentro da compreensão deles.

No que diz respeito a considerar as manifestações das crianças naturais e condizentes com as faixas etárias, Adilah responde que depende do que elas falam;

as demais participantes, consideram ser natural a criança querer saber do corpo humano.

A última questão diz respeito as estratégias adotadas e a pergunta foi: - No caso de uma criança lhe perguntar sobre sexo, qual atitude você costuma adotar?

Ayumi e Adail, relatam que lidam com naturalidade, respondendo o que a criança pergunta, adequando a narrativa para a faixa etária.

Além disso, Adail relata uma estratégia que adotou neste ano, com a turma do 5º ano, ela fez uso de uma caixa. A proposta foi que as crianças poderiam escrever quais as suas dúvidas e depois depositar nesta caixa, sendo que, em determinado momento, todas as perguntas seriam respondidas. Esclareceu para as crianças que não precisariam se identificar, e assim poderem fazer suas perguntas livremente, seu objetivo foi de não expor ou provocar constrangimentos.

Outra estratégia utilizada por Adail, foi conversar antecipadamente com as famílias, em que esclareceu a temática que iria abordar e questionou durante a reunião, se alguém teria alguma objeção. Ela relatou ainda, que não houve nenhum tipo de crítica negativa e que os pais aprovaram seu planejamento. Este fato, a deixou mais tranquila para trabalhar o conteúdo com os alunos e responder as suas perguntas com naturalidade.

As demais respostas das participantes quanto ao questionamento direto das crianças sobre sexo, foram diversificadas, e passamos a descrevê-las:

- Abnara: Ah, eu falo que vai falar com a mamãe, porque eu não vou saber falar, não sei. Porquê, não sei como eu posso abordar isso, sem atingir a família, diretamente.

- Adilah: Eu pergunto primeiro se a família falou alguma coisa, sabe? Porquê, eu tento investigar primeiro pra ver se eu não vou passar, mas eu tento falar individualmente com a criança, mas nunca aconteceu, viu?

Aisha: Então hoje eles me perguntaram como é que acontece a gravidez. É mais ou menos essa resposta, essa pergunta por esse caminho. Então eu expliquei assim, acontece através do ato de um namoro, um homem e uma mulher, não disse uma criança, um menino e uma menina, disse um homem e uma mulher e ainda disse que as meninas que estão menstruando, elas têm condições de engravidar, mas elas não estão em condições de ser mãe. Então tem que ter sim cuidado com o corpo, vai se apostando nesse cuidado, mas sem exageros também. E disse que acontece através de uma relação sexual do marido, do marido e a mulher. Não o homem e a mulher, quando adultos. E isso completou para eles. Não fiquei dizendo como é um ato sexual.

- Alana: Então, eu já começo a falar que é..., todo mundo tem o seu corpo, todo mundo tem os órgãos né? Dentro do possível meio que parecidos, não

são idênticos, mas tem semelhanças e que isso é uma forma natural, tem que ser falado. [...] para falar que esse tema a gente tem que tratar com respeito.

- Aléxia: Conversar, explicar, não é? Ver o que exatamente ele quer saber, explicar. Porquê, o conteúdo, a gente aborda mesmo no quinto ano. Mas, se no quarto já surge essa, essa curiosidade, a gente senta e conversa.

Inferimos que existe uma lacuna quanto ao processo formativo das professoras, inclusive, pela omissão de explicações sobre a sexualidade desde a educação infantil, e não somente no 5º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Vale ressaltar que este é um fato recorrente da própria sociedade, devido a todos os mitos e tabus que cercam tudo a que se refere ao sexo. Quanto a esses preconceitos Figueiró (1999) assim define:

Foi a vinculação do sexo à procriação e à visão negativa – ora abominado como coisa suja e feia, ora exaltado como promiscuidade, luxúria – que fizeram com que o mesmo fosse regulado pela sociedade, para que ocorresse apenas entre pessoas com uniões legalizadas religiosa e oficialmente. O educador precisa, portanto, ter uma postura crítica diante desta distorção culturalmente construída em torno do sentido do sexo, buscando reconhecer seu verdadeiro lugar na vida dos seres humanos. (p. 192).

É compreensível que os educadores se sintam melindrados para a abordagem da educação sexual, ainda que, todas as participantes, tenham declarado nos questionários e nas entrevistas que consideram sua importância no ambiente escolar e que a sexualidade integra a vida dos educandos e de todas as pessoas, é um tema que suscita dificuldades.

Conquanto, é inegável que a temática esteja latente, principalmente no despertar da puberdade, conforme respondido no questionário por Alana:

Percebo entre as crianças maiores (4º e 5º anos) a necessidade de expressarem sentimentos, afetos de interesse e 'atração' pelo outro, onde alguns chegam a fazer pedidos de namoro, mandam cartinhas para comunicarem e se expressarem. Acredito que nos casos citados as crianças estão em fase de descobertas e que essas atitudes podem ser consideradas 'normais' para a faixa etária, visto que o ser humano passa por fases desde que nascem.

Em vista disto, não há como fugir a essa realidade, ou adotar uma postura de neutralidade, pois até quando não falamos, estamos deixando evidente nosso modo de compreensão da sexualidade. Portanto, concordamos com Figueiró (1999, p. 44)

quanto à prática pedagógica não ser neutra, sendo constituída por nossa compreensão que resulta nas decisões que colocamos em prática.

Ainda segundo a autora, os cursos de formação inicial e continuada, deveriam promover uma reflexão dos pressupostos práticos e teóricos, para o reconhecimento de que a educação é um ato permanente político e social.

Para o apontamento das dificuldades consideradas de maior relevância pelas participantes, formulamos a seguinte pergunta: - Você percebe dificuldades na abordagem do tema educação sexual em sala de aula? Quais?

Ayumi e Alana relatam não sentir dificuldades para desenvolver a educação sexual em sala de aula, porém, apresentam diferentes concepções. Ayumi acredita que a educação sexual: “devia ser ponto de discussão em todas as faixas etárias, dentro claro, da compreensão cognitiva, do desenvolvimento intelectual, daquela criança, para que a gente possa trazer o exercício da sexualidade na fase adulta saudável”.

Já Alana, assim relata:

Já começo, a falar que é..., todo mundo tem o seu corpo, todo mundo tem os órgãos, não é? Dentro do possível meio que parecidos, não são idênticos, mas tem semelhanças e que isso é uma forma natural, tem que ser falado. Então assim, eu não encontro dificuldade, mas assim, antes do falar, às vezes eu costumo dar assim, uma geral para falar que esse tema a gente tem que tratar com respeito [...] é, meramente no corpo humano.

Para Abnara e Adail uma dificuldade é quando se trata de adolescentes, e maior ainda, no caso de alunos do EJA, pois muitas vezes estes educandos já são adultos, e em alguns casos, até com família formada.

Abnara salienta que a maior dificuldade é a falta de formação, pois isso favoreceria uma tranquilidade maior, por oportunizar o conhecimento sobre o que o professor está falando, com uma linguagem adequada, e justifica que isso os professores não têm e por este motivo não sabem lidar com a temática. E nesse contexto, sobre a falta de preparo do professor, Adilah concorda com Abnara, que a formação docente se faz necessária para que o professor tenha propriedade para tratar do assunto.

Adail acrescentou que já teve problemas em um ano anterior, tendo como entrave a questão religiosa, em que uma família se posicionou dizendo que não queria esse assunto, no caso a educação sexual, justificando que a criança era muito nova. Nesse referido ano, Adail não abordou a temática em sala de aula, tanto para evitar

conflitos quanto por receio que outros assuntos pudessem vir à tona, ao trabalhar a educação sexual, como por exemplo, os questionamentos das crianças que são amplos e situações comuns no cotidiano.

Sobre os receios provenientes das questões religiosas, Ayumi também tece algumas considerações.

É igual religiosidade, eu posso ter a minha religião, mas como a escola é laica não posso impor a minha religião, no entanto eu ouço muito veladamente falar que está faltando Deus na escola. Dos meus pais eu escuto isso. Então teria que ser também um processo com apoio de profissionais da saúde mental, por exemplo, um psicólogo, que viesse tranquilizar esses adultos que estão no comando das salas de aula para que eles também pudessem falar com tranquilidade, mas a priori o conhecimento técnico vale.

Quanto aos entraves pertinentes à família, Aléxia também demonstra receio, conforme relata: “Alguma dificuldade, sim. Por questão da cultura da família, não é? Então, a gente tem medo de bater de frente com a família mesmo, com o acreditar da família”.

Para Aisha, a temática educação sexual não suscita dificuldades em sala de aula, sendo um tema pontual e específico, assim narrando: “então, eu não falo esse tema o ano todo, o tempo todo. Não fico toda hora rodando em volta desse tema. Então, normalmente eu gosto de chegar nesse assunto no 5º ano, não antes, embora eu acho que educação sexual vem de pequeno, não é”?

Mas se a sexualidade não se manifesta somente em momentos ou etapas específicas do desenvolvimento humano, e sim durante toda a vida, estando presente inclusive na escola, surgindo nas falas, comportamentos e ações revelados pelas crianças, teria fundamento esse relato da professora?

Uma das dificuldades recorrentes nas falas das participantes foi a falta de formação para a temática educação sexual e sexualidade, que, conforme Furlani (2009), há que se prever um conhecimento inicial sendo reforçado por ações continuadas.

[...] toda prática docente é amparada por uma teorização (mesmo que não tenhamos consciência dela); que a formação docente (os cursos de formação) e a educação continuada deveriam refletir esses pressupostos teóricos e práticos; que o ato pedagógico é permeado de decisões, escolhas e, portanto, por disputas de saberes e significados... Tudo isso torna a educação uma ação, permanentemente, política. (p. 45).

Concordamos com a autora quando afirma que educar é um ato político, de escolhas constituídas de aspectos diversos, dentre eles, a compreensão que se tem sobre sexualidade humana, o entendimento sobre os direitos humanos e a concepção de vida em sociedade, pois estas escolhas, estabelecem uma estreita relação entre o que pensamos com as nossas ações pedagógicas, e que, portanto, não são decisões neutras.

Além da falta de formação, a temática educação e sexualidade não é um assunto presente nos diálogos entre professores e sobre isso, Alana ao responder uma das questões durante a entrevista, passa a refletir nas situações do cotidiano, e essa reflexão provoca um despertar repentino, uma inquietação e ao mesmo tempo uma insatisfação, conforme ela descreve:

Gente, olha o que veio na cabeça, [...] porquê assim, a gente conversa uma com a outra, um professor com um outro, a gente fala: ah, o que você está fazendo aqui e tal, ninguém fala sobre... fala de matemática, fala de português. Vamos parar e pensar? Mas assim, o grupo no geral, eu não me lembro de discutir sobre esse assunto, da importância da sexualidade na escola, então, não existe um diálogo entre professores sobre isso. Me deu uma comichão aqui, é triste isso, essa conclusão que eu tirei, por que nós não falamos a respeito disso, será que também o grupo, a comunidade, ali da equipe e tudo mais, tem um tabu para falar sobre isso, ou também isso tem que ser velado?

Após os relatos das participantes sobre ter ou não dificuldades para desenvolver a temática educação sexual em sala de aula, buscamos analisar quais as possibilidades que as professoras visualizam ou já desenvolvem em sala de aula para a temática educação sexual e sexualidade, mediante as seguintes perguntas: - Você considera importante trabalhar o tema Educação Sexual e Sexualidade em sala de aula? - Na sua opinião, o que pode ser feito para que os professores do Ensino Fundamental - Anos Iniciais possam lidar com situações que envolvem as manifestações da sexualidade? - Como a temática sexualidade poderia ser tratada na educação? - O que seria uma boa aula sobre educação sexual?

Todas as professoras informaram que consideram importante trabalhar a temática educação sexual e sexualidade em sala de aula, inclusive as duas professoras que relataram que evitam ou adiam a abordagem dessas temáticas.

Em relação à questão o que poderia ser feito para que os professores possam lidar com situações que envolvem as manifestações da sexualidade, na opinião de cinco participantes, a formação continuada seria uma alternativa que auxiliaria no

sentido de apropriação da temática e desse modo conseguirem abordar a temática com mais tranquilidade. Nesse aspecto Abnara relata:

Formação do professor. Eu acho isso é... essencial, você ter um profissional, competente, que saiba uma didática própria, não é? [...] se tiver uma formação para a unidade escolar, para que se possa ser sanado alguns problemas, eu acho que vai ajudar muito, vai contribuir demais para todo mundo.

Adail concorda justificando: “realmente eu não me lembro de, de ter tido essa formação, e..., assim eu sempre tive um cuidado de como falar, porque é..., tem a questão muito religiosa e de um tempo para cá, ela não melhorou também”.

Conforme Adilah, além da formação, outras possibilidades seriam disponibilizar livros e vídeos, como agentes orientadores para os professores.

Quanto as sugestões de Adilah, ao mencionar que os livros poderiam ser um suporte para os professores, chamou nossa atenção um relato de Alana, ao comentar sobre o acervo da biblioteca na unidade em que atua, e sua narrativa foi:

Sabe que, agora pensando... eu não me lembro de ter achado algum livro na biblioteca sobre isso, é verdade! Eu não vejo nada sobre o assunto, porque eu uso o livro de Ciências como disparador muitas vezes, não é? Na maioria das vezes, para não tirar nada do além, não é? Por que ali eu já sinto que os alunos têm mais curiosidade ou não, também. E depois eu busco alguns outros materiais, algumas outras coisas que, é..., que vão de encontro aquilo que eles também querem saber. [...] eu acho que uma vez, eu vi um livro, já bem antigo de capa dura lá, que tem algumas coisas do corpo humano, [...] já faz tempo que eu também não vejo nada.

Corroborando com os relatos das quatro participantes acima mencionadas, sobre o que pode ser feito para auxiliar os professores, Ayumi complementa:

Primeiro, precisa se despir de várias concepções, de vários preconceitos pré-concebidos e isso só se faz com estudo, é o conhecimento liberta, não é? Portanto, é estudar sobre isso, vir pessoas para conversar sobre isso, é um passo. O segundo passo é ter boa vontade para se libertar de padrões já estabelecidos e isso acontece nas famílias, não é? É igual religiosidade eu posso ter a minha religião, mas como a escola é laica, não posso impor a minha religião, no entanto eu ouço muito veladamente falar que está faltando Deus na escola. Dos meus pais eu escuto isso. Então teria que ser também um processo com apoio de profissionais da saúde mental, por exemplo, um psicólogo, que viesse tranquilizar esses adultos que estão no comando das salas de aula, para que eles também pudessem falar com tranquilidade, mas a priori o conhecimento técnico vale. [...] Formação, é o único caminho, não tem outro.

Já com uma visão diferente, a professora Aisha informa que não vê situações referente a manifestações de sexualidade na escola, enquanto que Aléxia, embora no primeiro momento, acha que não há dificuldades por parte dos colegas de trabalho, pois nunca presenciou nenhuma situação, depois retoma e relata que os estudos podem auxiliar, mediante muitas conversas para trocar ideias, como uma possibilidade para compartilhar experiências.

Diante das narrativas das professoras, principalmente para aquelas que não visualizam manifestações de sexualidade na escola, podemos concluir que se faz urgente e necessário um projeto intencional de educação sexual, que contemple tanto a equipe escolar quanto as famílias.

Concordamos com Carvalho (2012) quando afirma que a formação é um processo que deve ser realizado de forma continuada e não apenas em momentos pontuais de poucas horas, a autora como professora formadora no curso de Pedagogia da disciplina de educação sexual, esclarece que:

Quando se trabalha como docente na formação inicial de professores e professoras, bem como na formação continuada, percebe-se que há de se fazer um longo e exaustivo debate desvelando a compreensão sobre sexo e sexualidade de pessoas em ação-formação. Nas discussões sobre a temática, na maioria das vezes, fica evidenciada certa dificuldade na compreensão desses conceitos, o que tem levado a um truncamento da possibilidade de um fazer pedagógico que não seja reducionista. Como consequência disso, tem-se uma confusão no uso dos dois conceitos, o que tem sido responsável pela negação ou pelo “esquecimento” de práticas pedagógicas que envolvam a sexualidade intencionalmente, numa perspectiva de transformação dos vieses repressores que estão norteando a compreensão sobre sexualidade nos diferentes espaços sociais. (p. 17).

Em suma, para além dos cursos de pedagogia, a formação continuada deveria estar presente de forma efetiva também nas escolas do Ensino Fundamental, evitando a inviabilização de intervenções pedagógicas positivas, pois a compreensão da sexualidade como parte indissociada do ser humano, ainda não é um consenso.

Com o propósito de verificar quais as medidas mais efetivas para o desenvolvimento pedagógico de educação sexual e sexualidade na escola, segundo a visão das participantes indagamos: - Como a temática sexualidade poderia ser tratada na educação? O que seria uma boa aula sobre educação sexual?

O diálogo como mediador de desenvolvimento das práticas pedagógicas, foi um fator considerado por todas as participantes, sendo descrito também pelas professoras como roda de conversa ou como um bate papo descontraído. Podemos

comprovar esse fato na fala de Adilah “eu acredito que seja numa roda de conversa, ser uma coisa leve, nada pesado, e também deixar eles falarem um pouco o que eles sentem, [...] de como que eles estão lidando com essa mudança de corpo”.

Corroboramos com as professoras quanto ao diálogo ser importante em todas as ações pedagógicas que permeiam o aprendizado, pois, ele favorece a aproximação entre todos, as dúvidas e os sentimentos de alguns, pode ser também de outros.

Ademais, o conhecimento construído e compartilhado de modo dialógico proporciona uma aprendizagem significativa, sendo possível verificar os saberes prévios e os saberes de interesse das crianças. Desse modo, haverá subsídios para novas ações didáticas, prevendo os novos conhecimentos que serão necessários desenvolver conforme a faixa etária dos educandos.

O planejamento ou um projeto específico foram apontados por três participantes, como facilitadores para a promoção de segurança ao desenvolver a temática que, conforme Abnara, o conhecimento embasa o planejamento. Em concordância, Adail acrescenta: “primeiro você tem que saber para onde você vai, então tem que ter um planejamento, [...] então você tem que direcionar o que foi feito”.

Definir quais os objetivos e quais conhecimentos se espera alcançar, realmente devem pertencer ao fazer e ao comprometimento do professor, e essas ações serão melhor sucedidas mediante o planejamento. Quando Adail diz, “direcionar o que foi feito”, representa o refletir sobre o processo desenvolvido, que envolve a avaliação sobre o que foi positivo e o que precisa ser melhorado, este é um planejamento que não fica engessado, pois está em um permanente movimento de construção, que valoriza e integra os saberes e dificuldades de todos os envolvidos.

Quanto ao planejamento para a educação sexual se desenvolver de forma intencional, podemos fazer uso de várias estratégias, inclusive o diálogo deve ser considerado como um importante disparador para se iniciar o trabalho com a temática. Neste sentido e, para Figueiró (2018) também é relevante seguir alguns princípios:

- Educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade;
- Educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos;
- Para educar sexualmente é preciso ouvir;
- O aluno deve ser visto como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas;

- O professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos. (p. 94).

Por outro lado, durante a pesquisa, várias inseguranças foram reveladas pelas participantes, como por exemplo: a questão de como a família vai reagir a essa abordagem, as questões de cunho religioso, a falta de formação para propiciar condições para que os discentes tenham propriedade sobre o tema, o apoio por parte da equipe diretiva da unidade escolar e o envolvimento da rede de ensino com a temática. Como podemos verificar em um dos relatos:

Se a própria rede, ela despertasse um pouco mais sobre o tema, ela daria uma abertura também para que as equipes e os professores se sentissem mais à vontade também para trabalhar isso aí, não é? Se existisse também uma abertura maior para esse diálogo, eu acho que, inclusive os profissionais da escola, iam se sentir mais motivados e talvez tivessem assim menos inibição para desenvolver algum projeto. (Alana).

Novamente, voltamos a questão da formação, como disse Abnara, uma boa aula de educação sexual requer “um profissional competente, para se ter um profissional competente, ele precisa ter formação, se ele tem formação, ele tem conhecimento, ele vai saber como planejar essa aula”.

Contudo, neste trecho ela não explicitou que tipo de formação poderia contribuir para a constituição de um profissional competente. Uma formação dentro do contexto escolar? Posteriormente, Abnara apontou a necessidade de mais horas para os processos formativos que ocorrem semanalmente na escola, pois conforme ela relatou, somente um dia, não seria o suficiente.

No caso de Adilah, além de explicitar a falta de habilidade, devido as dificuldades frente a temática, transfere a questão para outra pessoa, pois assim, não precisará abordar o assunto diretamente com os alunos, conforme podemos observar em sua fala:

A gente não sabe como lidar com isso, sei lá, é difícil, é muito difícil esse assunto. Ah, eu acho que poderia, sei lá, ter mesmo uma formação, acho, para as crianças mesmo, seria até interessante uma palestra de uma pessoa que tenha mesmo a profundidade, nesse assunto, eu acho que seria um começo. Depois indo pra sala de aula poderia até mesmo passar vídeos, ou mesmo depois, uma roda de conversa no que eles entenderam, se tem alguma questão e se a gente consegue também esclarecer.

Para Adilah, a formação é concebida como exterior ao sujeito / ao contexto da escola. Há uma expectativa de que alguém possa suprir as demandas que surgem no

cotidiano escolar. Porém, a formação docente é um ato que também demanda a busca pessoal para a sua profissionalização e melhoria da prática ao ser refletida, portanto, requer uma mobilização e um esforço tanto individual quanto coletivo, um posicionamento, que conforme Freire (1996) nos elucida, “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, não posso ser neutro, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo” (p. 93).

Quanto à questão de trazer outros profissionais externos para compor, ampliar e auxiliar nessa abordagem e discussão na escola, Alana complementa:

Eu acho interessante, é... fazer palestras, não só para as crianças, porque assim, nós como professores temos conhecimento? Temos! Não somos tão vazias de conhecimento assim, mas eu acho que deveriam ter, né? A gente ter abertura de poder trazer não só, é, a parte da medicina, mas trazer assim psicólogos, palestrantes... tanta gente bacana, não é? Na própria rede. Tem pessoas que têm condição de trazer, porque aí não fica só aquela coisa da professora, não é? Não fica só com a visão da professora. Então, assim é um ampliar.

Considerando os aspectos mencionados, podemos inferir que é compreensível as dificuldades sinalizadas pelas professoras, em especial, para as questões da sexualidade, que conforme já exposto por diversas vezes neste trabalho, se encontra cercada por repressões, decorrentes dos mitos constituídos em sociedade, refletindo potencialmente no ambiente educacional. Lembrando também que nos processos formativos, as crenças são obstáculos a serem enfrentados coletivamente.

A UNESCO (2020), ao avaliar quais capacidades os professores precisam adquirir para que possam ofertar a educação em sexualidade, reforçam que é preciso que ocorra uma formação “exclusiva com metodologias pedagógicas que reconhecem que qualquer um que leciona sobre educação integral em sexualidade será influenciado pelas próprias atitudes, por suas crenças e seus valores”. Tais formações promovem a reflexão dos professores envolvidos a avaliar quais são as suas concepções pessoais sobre as questões pertinentes a sexualidade, ao sexo, aos relacionamentos e ao gênero. Diante dessas reflexões, os professores poderão oportunizar informações mais precisas e imparciais (UNESCO, 2020, p. 27).

Neste sentido, podemos verificar que quando o professor tem a oportunidade de se desenvolver profissionalmente e se mostra aberto para novas discussões, o reflexo desse conhecimento é facilmente possível de ser identificado em sua

concepção, como é o caso de uma das participantes nessa pesquisa, que conforme já informado anteriormente, participou de duas formações sobre a temática educação sexual e sexualidade e, ao tecer sua visão sobre o que é uma boa aula de educação sexual, assim narra:

- Ayumi: Uma aula que trabalhasse com esse contexto de forma lúdica, delicada, direta e sem, é..., tirando os mitos do adulto, que é o professor, que vai estar regendo essa aula. O problema maior são os mitos que nós adultos carregamos por conta de traumas, é..., questões culturais, questões sociais, que trazem muito tabu para um tema que seria, natural, porque faz parte, da humanidade. Ela é intrínseca, até porque, nós temos órgãos sexuais para usufruir deles. E também, para que o professor, através do lúdico, possa se sentir também mais à vontade, para não travar e não trazer meias verdades para os alunos.

Outras sugestões sinalizadas pelas participantes que podem compor uma boa aula de educação sexual, foram alguns recursos, como por exemplo: livros, recursos audiovisuais e conteúdo de multimídia. Ayumi acrescenta que, a temática pode ser trabalhada por meio de jogos e brincadeiras, de forma lúdica, e que também, os recursos da área de arte, são excelentes oportunidades para favorecer a aprendizagem.

Refletindo sobre como contribuir com maiores possibilidades que venham a facilitar o trabalho dos professores com a temática educação sexual e sexualidade, nessa etapa da entrevista, as perguntas realizadas foram:

- A construção de um material didático específico sobre a temática poderia auxiliar os professores para o trabalho pedagógico com a educação Sexual e sexualidade?
- No caso de haver dificuldades na abordagem da temática sexualidade em sala de aula, quando permeados por este material didático poderiam ser superados?

Cinco professoras responderam que sim, um material específico poderia contribuir para a abordagem em sala de aula. Porém, mesmo diante das respostas afirmativas, acreditamos ser relevante citar suas falas, pois elas nos elucidaram as ideias que estavam sendo amadurecidas desde o início com esse estudo.

Foram oportunidades de avaliar se seguiríamos neste caminho, com a elaboração de um material específico, ou se precisaríamos redirecionar para outras possibilidades de recursos, mediante essa análise. A vista disso, passamos a transcrever seus relatos:

- Ayumi: Sim, por conta da resposta que eu dei na pergunta anterior. Nós adultos carregamos às vezes traumas e travas quando se fala de sexualidade humana. Porque a nossa sociedade é carregada de preconceito e de tabu. Então, um material que conduzisse o professor a enfrentar esse tema de forma suave, lúdica, é..., para que de maneira fácil também de ser interpretada pelos alunos, facilitaria, é..., esse professor a superar inseguranças e angústias que possam vir quando se fala desse assunto. Porquê, não é um assunto fácil para todas as pessoas, e muitos professores deixam de tocar nesse assunto para não despertar gatilhos ou, para não se sentir acuados perante a curiosidade das crianças, por vergonha ou por não saber mesmo como abordar.

- Adail: Sim, eu concordo, seria bastante útil. Não precisava ser engessado, assim, como a gente pegar um livro e ter que falar, seguir, página a página. O professor vai ver o que realmente ali, é..., seria interessante para a turma dele e ele ia estudar um pouco mais, não é? Por quê não é que você não saiba falar sobre o assunto, mas é como você falar, que eu acho que é o mais difícil. Eu concordo, eu gostaria.

- Aisha: Acredito que toda formação é válida, não é? O material vindo bem elaborado! Não o material comprado a lote, não é? Surge alguém e vem, joga na escola, por licitação, essas coisas assim, malfeitas, não. O material bem elaborado, sim”.

- Aléxia: Sim, pode. Pode ser um alicerce aí para o professor. Um apoio para o professor, sim. Para nortear o trabalho dele.

Analisando as respostas acima, podemos inicialmente concluir que, o material poderia contribuir para vencer algumas inseguranças, mas não todas, pois conforme os relatos das participantes, este elemento deve ser capaz de proporcionar mudanças e prever alterações em sua constituição. E dessa forma, este material poderá ampliar os conhecimentos do professor e despertar outras possibilidades para o desenvolvimento de sua prática, podendo ajustar, inclusive, de acordo com a faixa dos alunos em que se está atuando.

A preocupação com a qualidade do material é apontada como um componente indispensável e, ainda, que sua disponibilização não pode ocorrer sem que antes haja uma apresentação, mediante a justificativa da importância do tema educação sexual, bem como, estar embasado teoricamente por autores especialistas na área.

Conforme as participantes, todas essas questões, prevendo essa introdução, conseqüentemente levam a necessidade de uma formação, pois sem isso, o material estará predestinado ao abandono e ao esquecimento, do mesmo modo que acontece com outros, independente do conteúdo. Nesse sentido, sobre a formação ou a desinformação as professoras relatam:

- Abnara: olha se fosse impresso eu acho que não, porque ninguém vai ler, é porquê você ler e conversar, trocar ideias, isso é diferente. Agora você só ler um papel, eu acho que não. Por que, como o assunto é muito delicado, o papel pode ajudar em muitas ocasiões, nessa não. Por que só vai ler, mas não vai se interessar muito. Agora se tivesse uma conversa mesmo, um bate papo, com um conversando para cá, o outro fazendo questionamento, outro colocando suas experiências, eu acho que seria muito mais rico. É como eu falei, a formação para mim, é você ter um profissional experiente para passar isso para o professor, conversando e como que ele vai abordar o assunto em sala de aula. Como ele pode lidar com as crianças, o que ele pode falar, expressões que se pode usar, é porque na educação a gente barra muito, na expressão falada, não é a expressão facial que vai contar nessa hora, é a falada. Então você tem que ter muito cuidado com as palavras, porquê dali que a criança vai levar para casa. Então você precisa saber o que você pode falar, os termos que você pode usar, como você aborda. E isso, se for no papel, muito professor vai passar o olho, não vai ler direito, e aí vai falar que leu. E a troca de experiências que é muito rica, é você saber como você lida com cada aspecto que pode surgir numa sala de aula, não é?

- Adilah: Sim, auxiliaria, mas dava também um pouco de receio, como que você ia passar? Pode ser sim válido, para os professores, mas como que você vai passar? É essa minha questão, sabe? De ter medo, de como você, como que eu, vou me expressar ou falar, entendeu?

- Alana: Pois é, cai nessa, nessa questão anterior que estávamos falando, que eu estava falando [...] quando o material é construído, e eu acho que antes de você ofertar o material, mesmo que ele seja construído dentro da rede, eu acho que antes disso, deveria ter os diálogos, os cursos, não é? As rodas de conversa, entre a rede, para que se entenda isso, porquê senão, vai chegar no quê? Vai chegar, esse material lá na sala de aula. Lá na escola, o professor vai olhar e vai falar assim: eu não vou dar isso. [...] vai ter professor que vai abandonar este material de lado. Por quê? Por que talvez ele não se sinta preparado para isso. Ou, não se sinta à vontade, ou também, na cabeça dele não gire que seja papel dele. Por que nós temos profissionais que acham que tais coisas não é o seu papel. Não é meu papel, não sou a mãe dele, não sou o pai dele. Eu não penso assim, mas tem pessoas que podem pensar. Então, eu acho que antes de chegar o material, deveria ter uma discussão a respeito disso. Mas não uma discussãozinha, aí, vamos fazer uma palestra aqui porque vai ter esse material, não! Uma ampla discussão. Uma, acho que teria que ter, uma ampla discussão com a equipe gestora, para que a equipe gestora também comece a falar mais em reuniões, em fazer formações, não é?

Concordamos com as participantes quanto a necessidade de formação, porém, antes que isso venha a acontecer, por meio da rede de ensino, por exemplo, não podemos continuar justificando que um trabalho de educação sexual depende exclusivamente de auxílio externo pois, enquanto a escola não assumir o seu papel de formadora, nossas crianças continuarão com suas angústias, suas dúvidas, seu processo de desenvolvimento. As crianças continuarão entrando na puberdade sem nenhuma orientação, assim como foi revelado no início das entrevistas sobre a falta de informação na família e na escola.

Considera-se, ainda, que essas crianças, tão próximas dos docentes, por um ano letivo inteiro, podem estar passando por uma situação de abuso sexual, sem ao menos saberem, crime do qual estão sendo vítimas, ou ainda, sem saberem detectar uma possível tentativa de abuso.

Portanto, sim é importante a formação inicial e continuada sobre diversos conteúdos, inclusive sobre educação sexual e sexualidade. Contudo, prioritariamente, é na escola e, coletivamente, que essa formação deveria acontecer. Conforme Vaillant e Garcia (2012), o conhecimento epistemológico vai se constituindo e pode ser melhorado por meio da reflexão sobre as ações desenvolvidas com a prática.

A reflexão sobre a prática profissional pode desempenhar diversas funções: é útil tanto para tomar consciência desses saberes tácitos, espontâneos e automáticos que ocorre na vida profissional e que além do mais não se derivam dedutivamente dos princípios formais das disciplinas científicas profissionais (no sentido técnico), como também é possível por meio dele aprender, fazê-lo plenamente consciente e constituí-lo em um novo saber incorporado ao saber profissional. (p. 58).

Quando não sabemos como ensinar um determinado conteúdo, como por exemplo, algum item da matemática, muitas vezes, não saímos a procura de informação e capacitação? Ou, propomos que a temática seja discutida nos espaços formativos? Deixamos passar em branco aquele (s) ano (s) para todas as crianças da turma em que ministramos aulas?

Entretanto, falar do ensino de matemática parece ser mais confortável do que tratar de questões relacionadas à sexualidade ou à educação sexual. Sim, é fato, mas, quando negamos a oferta da educação sexual, perdemos a possibilidade de fazermos um trabalho preventivo.

Concordamos com Carreira (2013) ao afirmar que a educação sexual e a sexualidade não demandam sua inserção na escola, porque esta temática já está lá, não há como deixá-las nos aguardando do “lado de fora” da sala de aula.

A escola é o espaço de inúmeras demandas sociais relativas a amplas parcelas da população e cenário importante de convivência de crianças, adolescentes e jovens. Neste sentido, a sexualidade não necessita ser inserida na educação, pois ela, sendo parte da vivência humana, já está dentro da escola, cabendo aos educadores reconhecer a legitimidade desse tema no âmbito da educação. (p. 98).

Assim, discordamos das recorrentes justificativas para não trabalhar a educação sexual estando ancoradas apenas no despreparo pedagógico, pois sendo

a sexualidade inseparável do existir, a educação sexual é estendida a todos os âmbitos e espaços culturais e sociais, acontecendo até quando não queremos assumi-la, pois ela acontece, de modo intencional ou de modo oculto, pois faz parte da sexualidade humana.

## 6.2 Educação sexual e sexualidade no currículo

Foi importante saber se as professoras conheciam o currículo que compõe o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade em que atuam no Ensino Fundamental Anos Iniciais, pois, a identificação dos conteúdos neste documento está norteada pela Matriz Curricular da rede de ensino e, portanto, pode ser uma garantia para o desenvolvimento da educação sexual e sexualidade.

Com esses propósitos, fizemos a seguinte pergunta inicial: - A temática educação sexual e sexualidade faz parte do currículo da escola?

Conforme a análise verificamos que, na concepção de seis participantes, a temática sexualidade está contida no PPP até o 4º ano com o estudo do corpo humano e, no 5º ano, estão incluídos o sistema reprodutor e as transformações com a puberdade.

Além disso, para as professoras que responderam que conhecem o currículo proposto no PPP, perguntamos: - Quais conteúdos são trabalhados por você dentro da temática educação sexual e sexualidade? Qual a sua opinião a respeito desse currículo?

Vale mencionar que algumas participantes ao responderem as questões propostas neste item, levantaram dúvidas a respeito do que está proposto no PPP. Elas disseram:

- Ayumi: Não. Continua um tabu o que se discute é biologia, para falar biologicamente das questões que envolvem a reprodução humana, é necessário tocar em assuntos que vem desde saúde pública até a saúde mental dessas crianças, coisa que que não são contempladas dentro do currículo. É... o professor faz se ele quiser e, portanto, ele não está respaldado caso algum pai se sinta ofendido e que queira abrir um processo, porque não está no currículo. **Pergunta:** Qual conteúdo do currículo você trabalha? **Resposta:** Depende do ano, porque por exemplo no 1º ano, onde eu atuo atualmente não tem essa temática, é as aulas de Ciências são voltadas para o conhecimento do eu enquanto indivíduo no mundo que interage com outros seres vivos. Não tem a ver com reprodução, reprodução humana nem exercício da sexualidade. Então quando a gente conversa é sempre diante de uma situação problema.

- Abnara: Não estou lembrada não, por que eu dou aulas até os terceiros anos eu nunca peguei 4 e 5 anos, então eu não sei qual o currículo do 4 e 5 anos, mas não está não. **Pergunta:** Nem sobre o corpo humano, desenvolvimento? **Resposta:** Não, só está aquelas partes do corpo humano que se fala normalmente, não é? Que é o tronco, cabeça, mão e pé, rs. R: Então você não trabalha os conteúdos que fazem parte dessa temática, educação sexual e sexualidade? **Resposta:** Não, nem nos livros didáticos têm.

- Adail: Eu posso estar enganada, não é, porque, olha, tem assim, o que eu vi é que tem a parte do corpo humano com o sistema reprodutor, é isso que eu. **“Vem com a temática, por favor, ela vem”? (grifo meu).**

- Adilah: Não sei se tem assim, como que eu posso falar, se essa parte mais..., sim, do corpo humano, não sei se faz parte, eu acho que sim, não é? Sei lá, por verdade, que tem as fases, acho que faz parte, sim. Pro quinto ano, né? **Pergunta:** Você conhece esse currículo do quarto e do quinto ano? **Resposta:** Do quarto eu não me lembro de ter essa parte, acho que do quinto eu já peguei. **Pergunta:** Quais conteúdos são trabalhados por você? **Resposta:** Então, como eu falei para você, eu nessa parte, quando chegava, nessas fases, eu dava bem o ponto raso, não muito avançado.

- Aisha: Tem que fazer, não é? Tem que fazer, no papel está lá. A questão, Irene, eu acho que é assim, faz parte e é necessário fazer. A preocupação deste assunto, ao meu ver, é assim. Quem aborda isto? Ah, é o professor. Mas que professor é esse que está buscando esse assunto? Conforme é o interesse, conforme a experiência que ele teve de vida, é o que ele vai transmitir. **Pergunta:** Nesse contexto, quais conteúdos que são trabalhados por você dentro da temática? **Resposta:** Eu abordo a questão da menstruação, da transformação desse corpo, a importância do se respeitar, do saber dizer não, não é?

- Alana: Vou ser honesta, no PPP eu tenho dúvida, eu não vou falar para você, eu não tenho certeza do PPP, eu acredito que era para estar, mas eu não sei. Agora, é, na matriz curricular existe, claro que existe, não é? Nos nossos, planejamentos anuais, existe, então provavelmente deve ter algum item no PPP. Eu vou ser honesta, eu nunca peguei assim para ver de fio a pavio, mas como tem no planejamento, eu acredito que é para ter no PPP, mas também se você parar para pensar, no planejamento anual, não é uma coisa assim que se aborda, ou refletir, não é, se trabalha o que? O sistema, não é? Do corpo, os sistemas do corpo humano.

- Aléxia: Faz. Faz, principalmente do quinto ano, não é? **Pergunta:** Qual é sua opinião a respeito desse currículo? **Resposta:** Eu acho importante, não é, a gente estar trabalhando. E principalmente no quinto ano, quando eles começam a despertar mesmo para esse lado, começam a gostar, já começam a ficar diferente, os interesses, os menininhos, meninas... Então eu acho importante você estar trabalhando, estar esclarecendo. **Pergunta:** Quais os conteúdos que você trabalha quando está no 5º ano? **Resposta:** Ah, o aparelho reprodutor, a reprodução, a adolescência, a sexualidade.

Inferimos que dentre o grupo de participantes não é comum a leitura e interpretação do documento PPP como um todo, e que algumas conhecem, parcialmente, o currículo referente ao ano em que está atuando, outras não o conhecem.

Foi possível perceber que conforme a concepção das participantes, a sexualidade e a educação sexual está condicionada somente à disciplina de Ciências, com exceção da professora Ayumi. Mas, mesmo no caso dessa professora, não houve uma compreensão mais profunda, que diz respeito ao currículo oculto, não só no PPP como nos documentos oficiais.

Inclusive, a professora Adail, diante desta discussão sobre o conteúdo estar ou não presente na grade curricular, entra em um conflito e faz um questionamento direto, conforme o grifo: **“Vem com a temática, por favor, ela vem”?**

Embora no início das entrevistas foi explicado que não haveria uma interação entre entrevistadora e entrevistada, pois o objetivo foi conhecer a concepção das professoras e não da pesquisadora, mediante essa pergunta, foi necessário responder.

Sobre esse esclarecimento, passaremos a analisar na sequência, tendo como norteadores a própria Matriz Curricular do município e na sequência o PPP da unidade escolar.

Nossa primeira ação neste estudo, foi realizar uma busca em todo Documento Curricular que contém 366 páginas; utilizamos o termo educação sexual, e que não resultou em nenhum achado. Quando buscamos pelo termo sexualidade, encontramos seis resultados.

Foi possível observar que a palavra sexualidade está presente do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, no componente curricular de História, prevendo o mesmo objeto do conhecimento em cada um dos anos letivos, sendo que a Unidade Temática e as habilidades de aprendizagem, são diferentes para cada etapa de ensino, conforme apresentaremos no quadro abaixo:

### Quadro 7 - Componente Curricular História

Objetos do conhecimento: Pluralidade cultural (raça, etnia, gênero, sexualidade).		
Ano/ciclo do E.F.	Unidade Temática	Habilidades
1º ano	Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a noção de pertencimento, com base nas semelhanças e diferenças dos grupos de convívio de que participa;</li> <li>- Exercitar a cidadania, considerando a responsabilidade, a liberdade, os direitos e os deveres mediante os combinados da escola;</li> <li>- Identificar e valorizar as práticas socioculturais no passado e no presente, reconhecendo a importância da diversidade cultural contida nas relações;</li> <li>- Conhecer e reconhecer a diversidade sociocultural, política, étnico-racial e de gênero que compõe a sociedade atual.</li> </ul>
2º ano	A comunidade e seus registros	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar a si e as demais pessoas, reconhecendo os espaços de sociabilidade e os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco;</li> <li>- Respeitar a diversidade cultural, racial e social, reconhecendo aspectos históricos e característicos dos povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro (indígenas, africanos, europeus);</li> <li>- Reconhecer os direitos e deveres das crianças;</li> <li>- Exercitar a cidadania, considerando a responsabilidade, a liberdade, os direitos e os deveres mediante os combinados da escola.</li> </ul>
3º ano	As pessoas e os grupos que compõem seu Município	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de seu Município e seus membros;</li> <li>- Comparar as condições de existência (alimentação, moradia, proteção familiar, saúde, lazer, vestuário, educação e participação política) dos membros dos grupos de convívio dos quais participa atualmente;</li> <li>- Conhecer aspectos relacionados aos diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.</li> </ul>
4º ano	Transformação e permanência na trajetória dos grupos humanos	- Expressar, por meio da oralidade, da escrita, do desenho, uma reflexão a respeito das permanências e das mudanças ocorridas nos vários aspectos da vida em sociedade, em diferentes tempos e lugares.
5º ano	Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social.	- Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.

**Fonte:** a própria autora Obs. Com base no documento: SANTO ANDRÉ, Secretaria Municipal de Educação. Documento Curricular da Rede Municipal de Santo André. Santo André, v. II, 2019. p. 331, 332, 333, 336, 337, 338.

Mediante o resultado da busca, podemos compreender que está previsto a compreensão de vários conceitos pelos educandos, tendo como maiores princípios a democracia e os direitos de cidadania.

Destacamos a pluralidade cultural e o reconhecimento de suas relevâncias que incorporam: raça, etnia, gênero, religião, sexualidade, estão norteados pelos princípios do ECA (BRASIL, 1990) e da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Estes componentes curriculares, também englobam, noções de temporalidade, espacialidade, diversidade, na perspectiva dos Direitos Humanos e de valorização das diferenças. O objetivo é a expansão das possibilidades de ampliar as capacidades das crianças de entenderem as diferenças sociais e culturais no contexto histórico, territorial e de diferentes paisagens.

Embora, já tenhamos mencionado anteriormente que o objetivo nesta etapa da pesquisa é o 5º ano, consideramos importante trazer mais detalhadamente os objetos de conhecimentos e as habilidades previstas, contempladas no documento, a saber:

[...] contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social. Esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem. O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. A percepção da distância entre objeto e pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 325).

Nesse contexto, compreende-se que tudo que é material ou imaterial, está presente no universo da criança e são componentes para sua compreensão, que serão norteadores por sua construção de aprendizado, permeado pela passagem do tempo e das influências nos lugares, que incluem: “seu corpo, sua voz, suas crenças e valores que possa utilizar para expressar seus anseios, pontos de vista, sentimentos, ideias e hipóteses”. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 325).

Para contextualizar o currículo de História e suas especificidades, são estabelecidos os princípios norteadores para as ações educativas, trazendo uma

referência a Boaventura Santos (2003) *apud* Santo André (2019b, p. 323, v. II) que diz: “todos temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza”, refletindo sobre a não propagação de desigualdades e exclusão dos educandos.

Observamos que o indivíduo, nomeado neste documento como “sujeito histórico-narrador”, está no centro de todos os contextos, das diversas temporalidades vividas da cultura e na sociedade, com diferentes pontos de vista que contemplam o passado e o presente.

Nessa perspectiva, a compreensão vai além da linha do tempo, incorporando também as questões sociais e culturais. Sobre esses conceitos, assim é esclarecido:

[...] as formas de viver/sentir/pensar o tempo, ao longo da história, não são homogêneas, nem tampouco aparecem iguais nos diferentes grupos sociais que compartilham de uma simultaneidade temporal. Sua compreensão varia de acordo com as concepções de mundo predominantes e é sempre uma construção histórico-cultural. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 324).

A passagem do tempo além de ser um conteúdo dos marcos históricos, é também o cotidiano de cada um, que interseccionando passado e presente, constitui uma história significativa, pois incorpora as questões sociais e culturais.

Nesse sentido, no ensino de História, integra-se também a construção progressiva dos aspectos identitários de todos os envolvidos, que irão favorecer o desenvolvimento de pertencimento à Comunidade, ao Município, ao Estado e à Federação, conseqüentemente como parte da humanidade.

Esse reconhecimento de pertencimento, é uma construção diária, nas relações interpessoais, da percepção de si e do outro, pois ao se reconhecer-se, ou não, no outro, compreende a realidade que o cerca, portanto, é uma construção sócio-histórico-cultural. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 325).

Quando trazemos para a sala de aula a discussão temática dos aspectos identitários, podemos favorecer a reflexão com os educandos de que aceitar o outro e suas diferenças, não é o mesmo que ser igual a ele, pois diferentes e diversas são todas as pessoas, portanto, não é uma questão de se igualar mas sim, de respeitar os outros como eles são, assim como se respeita a si mesmo e se espera o mesmo tratamento, e isto é um direito e um dever de cidadania.

Portanto, as questões de gênero, neste caso, não são para direcionar ou influenciar escolhas, mas para que haja o reconhecimento dos direitos de todos os indivíduos que fazem parte da sociedade.

Não falar sobre essa temática na escola e se ausentar desse conhecimento é perpetuar mitos e tabus provenientes do senso comum, que por muitas vezes, podem ser discriminatórios e violentos e que, portanto, não estão embasados no conhecimento científico e nos direitos humanos.

Na área de Ciências da Natureza, o componente curricular está subdividido em três unidades temáticas, ou seja: Matéria e Energia; Vida e Evolução e Terra e Universo, nos deteremos, no objeto de estudo “Vida e Evolução” com foco no desenvolvimento humano, assim definido no documento curricular:

Propondo continuidade às noções desenvolvidas na Educação Infantil, ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, esta Unidade Temática também enfatizará estudos acerca do Corpo Humano, o conhecer e o cuidar do próprio corpo, as transformações em cada fase de desenvolvimento e as diferenças entre si e o outro, a fim de agir com responsabilidade em prol da saúde própria e do coletivo, reconhecendo os impactos na sua autoestima. (SANTO ANDRÉ, 2019b, p. 294, v. II).

Assim sendo, pretende-se que o currículo de Ciências, constituído dos objetos do conhecimento e das habilidades, venham garantir as aprendizagens essenciais, vistas como como direito dos educandos, em um contexto de continuidade no âmbito escolar. Esses conhecimentos de si e do outro, pressupõe os direitos de cidadania e reconhecimento da diversidade que constitui a sociedade em que todos fazem parte.

No currículo do 5º ano, quanto à unidade temática vida e evolução, os objetos do conhecimento são as transformações na puberdade, em consonância com as habilidades que são identificar as transformações dos sistemas reprodutores feminino e masculino na puberdade. (SANTO ANDRÉ, 2019b, p. 302, v. II).

As transformações até a passagem para a adolescência é um período histórico-sócio-cultural. Neste contexto, a criança já iniciou seu aprendizado desde o nascimento no ambiente familiar, estando a sexualidade presente neste desenvolvimento e constituição e, portanto, interseccionado no espaço escolar.

Nas etapas anteriores ao 5º ano do Ensino Fundamental, além do aprendizado sobre o corpo humano, a área do conhecimento Ciências humanas aborda as dimensões intelectuais, sociais, culturais, políticas e históricas, as relações e

transformações que tratam da vida dos indivíduos nos contextos atuais e nos tempos históricos.

Tomando como base a BNCC (2017) quanto ao Ensino Fundamental, a área de Ciências humanas incorpora, os componentes curriculares de Geografia e História, tratando da abordagem colaborativa, visando proporcionar a compreensão, a interpretação e a análise dos diversos fenômenos naturais e históricos dos quais os seres humanos são os sujeitos.

No que diz respeito ao componente curricular Geografia, considerando a proposta dessa rede de ensino que propõe a continuidade entre as etapas e os ciclos do E. F. Anos Iniciais, passaremos a especificar o conhecimento previsto do 1º ao 5º ano e que foi fundamentado pela BNCC (2017) sobre a unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo – que trata: as noções de pertencimento e o trato com as questões identitárias, ampliando experiências com os espaços de maneira lúdica mediante a percepção e compreensão da multiplicidade de relações sociais e étnico-raciais”. (SANTO ANDRÉ, 2019b, V. II, p. 310).

Quanto ao conteúdo do 5º ano, considera-se a contribuição para o desenvolvimento do conhecimento pela criança, com a interpretação de mundo, visando sua percepção em constante transformação e a relação com os componentes próprios da sociedade.

Os objetos de conhecimento são: a cidadania e o papel do educando como membro atuante da sociedade, que compõe a habilidade: “adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas para o convívio numa sociedade democrática e pluralista”. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 306 e 319).

É possível perceber que há uma intersecção entre os conhecimentos de História e Geografia, por intermédio de práticas pedagógicas que favorecem a mediação das diversas vivências do dia a dia de todos os envolvidos, objetivando promover a valorização da diversidade humana e cultural, “como elementos mediadores na constituição de sujeitos-cidadãos, inseridos em um meio geográfico e que interajam respeitosamente com os demais sujeitos sociais” (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 307).

No caso da Educação Física, as competências específicas não estão estabelecidas ano a ano, mas há uma divisão entre o ensino previsto do 1º ao 2º ano e depois do 3º ao 5º ano, portanto, nos deteremos nestes últimos.

A proposta é que as crianças sejam protagonistas e aprendam em contextos reais e desafiadores, para que se sintam seguras na resolução, construção e ressignificação de seus resultados consigo, com os outros e perante a sociedade.

Com essa intencionalidade pedagógica, nesta rede de ensino, norteadas pela BNCC (BRASIL, 2017), estão sendo consideradas as características da Educação Física, em cada uma de suas dimensões, de modo integrado com as vivências, experiências e subjetividades, estabelecendo as competências e habilidades específicas:

[...] 3. Considerar as práticas corporais como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, e sua representação simbólica como forma de expressão dos sentidos, das emoções e das experiências do ser humano na vida social. 5. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 6. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação as práticas corporais e aos seus participantes. 7. Interpretar e recriar os valores, sentidos e significados atribuídos as diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 8. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, com base na análise dos marcadores sociais de gênero, geração, padrões corporais, etnia, religião[...]. (SANTO ANDRÉ, 2019b, v. II, p. 169-172).

Diante do que foi analisado na matriz curricular do município, visualizamos possibilidades para o trabalho com a temática Educação sexual e sexualidade neste documento pois, o conceito de experiência vivenciada é esclarecido como aquela que sensibiliza, atravessa e, por conseguinte, transforma, justificando-se que o ensino e a aprendizagem, quando intencionais, organizados e compartilhados, “potencialmente, podem promover desenvolvimento intelectual, com competências e habilidades distintas, apoiadas em instrumentos culturais, históricos e sociais”. (SANTO ANDRÉ, 2019b, p. 291, v. II).

Corroborando com o direito de igualdade a todos perante a Lei, sem distinções de qualquer natureza, disposto no Art. 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) a equidade abarca o âmbito escolar e o desenvolvimento das ações educativas, garantindo que as crianças possam conhecer e reconhecer-se no lugar que ocupa na sociedade composta por sua pluralidade de experiências.

Concluimos com esse estudo que durante a elaboração do documento curricular dessa rede, houve o empenho em garantir em suas unidades escolares, um ambiente dialógico, que oportuniza a interação e a construção de saberes, de modo

progressivo, entre todos os seus participantes, e ao mesmo tempo, respeitando as especificidades de cada um, de um modo reflexivo e crítico.

A escola que é o foco destes estudos, faz parte da rede municipal de ensino, e passamos a analisar o documento oficial desta unidade, ou seja, o Projeto Político Pedagógico (PPP), visando identificar os conceitos sociais e políticos que embasam a gestão e o trabalho pedagógico.

O documento de referência estudado, é o do ano de 2021, que teve como premissa considerar os fatos históricos dos anos anteriores, para deste modo, configurar e oficializar as várias ações voltadas à implementação da Matriz Referencial da rede de ensino, adequando as especificidades e a realidade da comunidade em que esta escola está inserida.

Inicialmente há os esclarecimentos sobre o que é o PPP, para contextualização e compreensão de seus significados, sendo:

Projeto, porque é próprio do humano planejar no sentido de projetar, buscar rumo, lançar para diante, na intenção de fazer, de realizar. Político, porque [...] a política é a ciência capaz de significar a vida social, pública e civil, e por isso é legítimo e correto considerarmos que a escola, como ambiente de múltiplas relações humanas, é necessariamente um espaço de vida e de fazer políticos (CEDAC, 2016, p. 11), no sentido de estabelecer compromisso com a formação para a cidadania, de cunho suprapartidário. Pedagógico, porque define (ou deveria definir) como indica Veiga (2003), as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e suas intencionalidades. Político-Pedagógico assume um significado indissociável, num processo de permanente reflexão, de olhar para as especificidades da comunidade escolar, na busca por estratégias reais que viabilizem as intenções. (PPP, 2021, p. 4)

Com essas definições, foi considerado que o PPP é um instrumento que está em constante movimento, nunca estando acabado, considerando as novas situações que se apresentam no decorrer do ano e por este motivo, sempre se refazendo.

Sob essa perspectiva, mediante o diálogo e no trabalho coletivo, são disparadas questões indagadoras como: “para quem é o currículo, a favor de quem interessa o currículo, qual escola se quer, a favor de quem se faz a educação e qual ser humano se quer formar, objetivando definir o currículo que interessa”. (PPP, 2021, p. 5).

A caracterização da Equipe Gestora é embasada pela valorização de escola democrática, assumindo a função de atuar em todos os segmentos da unidade escolar, favorecendo o posicionamento crítico dos envolvidos.

O gerenciamento e articulação do trabalho dos professores e funcionários, tem como meta a aprendizagem de todas as crianças. Para a garantia dessa articulação da aprendizagem a gestão pressupõe:

A gestão é a instância de organização e funcionamento da escola. Ela acompanha a execução de um plano ou projeto. Constituem-se, assim, no aspecto da administração, junto com a política, planejamento e avaliação da instituição. Os gestores são os agentes articuladores, que assumem, perante a comunidade, o compromisso de oferecer um serviço de qualidade, com habilidade para lidar tanto o administrativo-político quanto com o pedagógico. (PPP, 2021, p. 73).

Como apoio para o desempenho à gestão democrática, é incorporado o Conselho Escolar, sendo constituído pelos responsáveis pelas crianças, os representantes da comunidade, compondo o segmento da população usuária. Os professores e funcionários representam o poder público, eleitos pelo voto direto, nesta unidade escolar.

Quanto ao item resultados de aprendizagem, a unidade escolar adota alguns dos sistemas externos de avaliação, como por exemplo: Prova Brasil e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), tendo como princípios que essas avaliações indiquem o que vai bem e o que vai mal na escola, assim todos os envolvidos terão a oportunidade de discutir e decidir a prioridades de ações que precisam ser melhoradas. Nesse aspecto, sobre o envolvimento de todos estarem envolvidos com o processo de aprendizado é descrito:

[...] esta luta é de responsabilidade de toda a comunidade: pais, mães, professores, diretores, alunos, funcionários, conselheiros tutelares, de educação, dos direitos da criança, ONGs, órgãos públicos, universidades, enfim, toda pessoa ou instituição que se relaciona com a escola e se mobiliza por sua qualidade. Educação é um assunto de interesse público. (PPP, 2021, p. 61).

Nessa compreensão de aprendizagem participativa das crianças, após a sistematização das avaliações, os resultados são divulgados para todos os seguimentos, para que desse modo possam consultar, intervir, contribuir e reivindicar.

Sobre a visão de criança e seu aprendizado, conforme os docentes, o foco, é um olhar mais atento a criança em sua totalidade, pois acreditam que cada um tem sua história e assim podem levar o aluno a aprender de acordo com suas especificidades, embasados por uma concepção de que, as crianças têm muito a contribuir para o crescimento de todos.

Quanto as solicitações pelos professores durante a elaboração do PPP, destacamos que foi solicitado que as discussões em relação ao planejamento, possam ser mantidas em agrupamentos. Em atendimento a esta demanda, a unidade escolar manterá as reuniões pedagógicas semanais - RPS, com duração de três horas, prevendo o tempo destinado para o planejamento, para as discussões coletivas e para as formações diversificadas.

Referente a formação continuada, há uma participação significativa por parte dos professores em cursos diversificados, que acontecem fora do horário de trabalho e por iniciativa própria, sendo que os docentes, acreditam na necessidade de buscar novos conhecimentos.

Também sinalizam a necessidade de participação de formações no horário de trabalho, pertinentes às faixas etárias com as quais atuam, bem como formações para conhecimento e estudo do documento curricular da rede de ensino.

Confirmando essa consciência quanto a necessidade de processo formativo continuado, no grupo de docentes tem alguns professores cursando e outros que já concluíram o mestrado, há também, professores que participam ativamente de seminários sobre educação e se atualizam quanto às abordagens relacionadas a aprendizagem.

Refletindo sobre a formação continuada, a unidade escolar, adotou a organização em Campos de Experiências e por Componentes Curriculares, objetivando a atualização dos docentes para os fatos e acontecimentos e, principalmente, para a evolução das práticas pedagógicas e novas tendências educacionais. Nessa compreensão a formação continuada, é conceituada como:

O processo de aprendizagem e desenvolvimento do professor é constante e permeia o dia a dia da sala de aula. Dessa forma, o educador tem a oportunidade de refletir e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e de promover o protagonismo de seus alunos, potencializando assim o processo de ensino-aprendizagem. A formação será em períodos de Reunião Pedagógica Semanal, Reunião Pedagógica e Conselhos de Ciclo de acordo com as demandas da Secretaria da Educação e necessidades dos professores (PPP, 2021, p. 38)

Sobre a importância da formação continuada, há uma especial atenção no PPP, quanto a legislação vigente como base norteadora, como por exemplo é citada a LDBEN (BRASIL, 1996) em seu artigo 67, que dispõe sobre a valorização dos professores pelos sistemas de ensino, assegurando o aperfeiçoamento profissional, inclusive no período de trabalho.

Durante a formulação do processo de caracterização das crianças, destacaremos em especial as do 5º ano do E. F. Anos Iniciais, sendo que, as professoras deste ciclo sinalizaram que consideram que “as aulas precisam ser vivas”, com alunos participativos, protagonistas no curso das aulas” (PPP, 2021, p. 54).

Diante desse relato, a gestão escolar, considera que o planejamento é realizado por todos os docentes envolvidos, com o entendimento de que o plano pode e deve ser flexível, com vistas ao atendimento das especificidades do grupo, sem deixar de manter um fio condutor para as ações e práticas pedagógicas, que integram intencionalidade, objetivos e responsabilidade.

Quanto a definição para o currículo, adotou-se o termo “Matriz Curricular”, que é a mesma denominação adotada pela Rede de Ensino do município, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB, 2013) e mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996).

Essas Diretrizes são adotadas como forma de se organizar e planejar as ações educativas nas etapas da Educação Infantil perpassando o Ensino Fundamental e a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Assim, são apresentados os planejamentos anuais considerando o documento curricular da rede e as especificidades locais, conforme as etapas e modalidade atendidas nesta instituição.

As Habilidades e Objetos do Conhecimento para a Etapa do E. F. considerando os Componentes Curriculares, tomam como base de referência: o parecer CNE/CEB nº 11/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos - DCNEF (BRASIL, 2013) e a BNCC de 2017, assim descrevendo:

[...] quanto ao Ensino Fundamental propôs-se que o documento curricular trabalhe as Áreas do Conhecimento, através de experimentações e da interdisciplinaridade, valorizando as diferentes linguagens, garantindo intencionalidade pedagógica e equidade no que diz respeito aos direitos de aprendizagem. Cabe aqui destaque para esclarecer que tal organização está em consonância ao apontado pelo parecer CNE/CEB nº 11/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos - DCNEF (BRASIL, 2013) e o quanto é necessário que as áreas, embora devam preservar suas especificidades e saberes próprios a serem construídos e sistematizados, também devem ser abordadas de maneira que se intersectem na formação dos educandos. (BRASIL, 2017, p. 27), (SANTO ANDRÉ, 2019) (PPP, 2021, p. 102).

Quanto ao conteúdo, no PPP, especificamente para o 5º ano do E. F. Anos Iniciais, observamos as possibilidades para as ações pedagógicas visando o

desenvolvimento da educação sexual no Componente Curricular de Ciências, História e Geografia.

Estes componentes curriculares não sofreram alterações e estão de acordo com o documento curricular da rede de ensino, conforme já descrevemos anteriormente.

Acrescentamos neste momento, a disciplina de Educação Física, nas Unidades Temáticas e objetos de conhecimento: brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo e em Esportes de campo e taco, nas quais as habilidades são:

Contribuir para a resolução das problemáticas vividas nas brincadeiras e jogos, reconhecendo e respeitando as diferenças de várias ordens, incluindo aquelas relativas a gênero e aos deficientes. Contribuir na identificação de situações de injustiça e de preconceito durante a realização da prática esportiva, bem como o trato respeitoso aos/as colegas, problematizando diferentes preconceitos, com ênfase naqueles relacionados a aparência e/ou ao desempenho corporal, gênero e naquelas vivenciadas pelos/as deficientes, bem como na proposição de alternativas para sua superação (PPP, 2021, p. 286-287).

Observamos aqui também as possibilidades da interdisciplinaridade, visto que, os conceitos de infância e criança, garantem o reconhecimento dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, com práticas que possibilitem seu desenvolvimento integral. Incentivados por estas garantias que prosseguimos com nossos objetivos no sentido da efetivação da educação sexual.

Pois, acreditamos ser importante a educação sexual no espaço escolar como uma discussão necessária, não apenas visando o desenvolvimento cognitivo, e sim integralmente, considerando os aspectos afetivo e social.

Nessa perspectiva, a educação sexual planejada de modo contínuo, abre possibilidades para discussão sobre sexualidade, possibilitando que a criança possa questionar sobre seu corpo, confrontando as transformações por ela vivenciadas, estabelecendo relações com seu cotidiano, e com as mais diversas informações, que circulam em muitos espaços, inclusive, além do território escolar.

Porém, a efetivação deste currículo depende da disponibilidade, da compreensão e do reconhecimento de sua importância pelos professores, o que não tem se mostrado uma tarefa fácil.

Na Proposta Curricular da rede, conforme já mencionado anteriormente, o estudo do corpo humano faz parte do currículo e é sugerido que os conteúdos sejam tratados conforme as faixas etárias. A puberdade é exatamente o estágio de

desenvolvimento vivenciado das crianças observadas nessa pesquisa, portanto, o conteúdo proposto diz respeito a esta faixa etária, sendo assim, a educação sexual, intencionalmente ou não, está presente no currículo.

Mas, por que temos dificuldade em reconhecer que a educação sexual faz parte do currículo?

Os motivos de reconhecimento desse currículo, podem estar além do estudo fisiológico, porque mediante essa abordagem, outros questionamentos poderão surgir como as questões de gênero e da diversidade e que também fazem parte da sexualidade.

A temática sexualidade ainda é cercada de muitos tabus e de situações repressoras, provavelmente, decorrentes de questões religiosas, culturais, sociais, políticas e econômicas. Não é de se estranhar que os professores se sintam inseguros e apresentem dificuldades para a abordagem dos conteúdos pertinentes à educação sexual.

Nas palavras de Carvalho (2012, p. 23) “somos todos seres sexuados e vivemos em constante processo de Educação Sexual”, querendo ou não, somos educadores sexuais, portanto, precisamos estar preparados para colocar em ação o currículo em sexualidade. No ambiente escolar, os docentes vivem em um ambiente sempre sexualizado, podendo se deparar a qualquer momento com manifestações pertinentes a sexualidade de seus alunos e em qualquer faixa etária.

Além disso, ao negarmos essa discussão, estamos incentivando as crianças a buscarem por informações sozinhas, ou com outras crianças, estando expostas a uma variedade de informações, em diferentes fontes e que sabemos que nem sempre são confiáveis. Muitas vezes, essa busca solitária por informações, pode colocar a criança em situações de riscos, de violência, de assédio e de abuso sexual.

Quando a criança tem espaço para questionar e expor as dúvidas sobre o seu corpo, é capaz de refletir sobre o autocuidado, de fazer escolhas conscientes, lidando de modo saudável e seguro com sua sexualidade.

Não há como ignorar a temática da sexualidade em todas as suas dimensões, presentes nas relações humanas, exigindo uma postura pedagógica dos educadores, compreendendo que a educação sexual protege e transforma quando se constitui com uma abordagem intencional e planejada para uma educação dialógica e emancipatória, visando que os educandos possam exercer o direito pleno de cidadania, e para tanto, se faz necessário uma formação inicial e continuada.

Acreditar na potencialidade de aprendizado com a educação sexual no ambiente escolar é acreditar na capacidade de trabalho por uma perspectiva de construção de conhecimentos, mediados pelo diálogo, pelo reconhecimento das individualidades e pela igualdade de direitos, em busca do reconhecimento e respeito da diversidade das identidades sexuais e de gênero, bem como, das identidades étnicas, de classes sociais e culturais.

Esse é o desafio, trazer para a discussão, os preconceitos instalados pelo senso comum, desconstruindo esses conceitos, para que não continuem a se perpetuar, como se isso fosse algo comum e que por este motivo, possa ser aceito e naturalizado. Nesse sentido, a educação sexual emancipatória é um convite para a desconstrução de conceitos preconceituosos, visando ultrapassar as desigualdades historicamente produzidas.

## **7 PRODUTO: EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: É POSSÍVEL ESSA ABORDAGEM NA ESCOLA?**

### **Apresentação**

Este Produto Educacional integra o trabalho final de curso de mestrado profissional em educação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, sob o título “Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental Anos - Iniciais: Desafios e Perspectivas”, defendido em 16/12/2022.

A organização teve como norteamento a análise das informações obtidas durante a coleta de dados na pesquisa de campo, com sete professores que atuam no Ensino Fundamental Anos - Iniciais de uma escola da rede municipal do Grande ABC Paulista.

O intuito da pesquisa foi compreender sob a ótica deste professor que atua no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, quais as dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por ele no ensino dos conteúdos que tratam da temática “sexualidade” e “educação sexual” e como os temas são tratados neste segmento de ensino.

Diante das concepções, dúvidas e sugestões dos professores, nosso objetivo foi propor ações pedagógicas, que quando planejadas de modo intencional, podem garantir os direitos à saúde, à prevenção propiciando uma vida saudável e consciente para nossas crianças, no âmbito escolar.

A fundamentação teórica sobre sexualidade e os conceitos que a integram, teve como norteadores autores como Foucault (1999), Louro (2021), Suplicy (1993), Figueiró (2018), Ribeiro (2017), Melo (2011), Carvalho (2012) dentre outros. A pedagogia da sexualidade, as dificuldades para abordagem e a prática pedagógica, as autoras Figueiró (2018), Melo (2011) e Carvalho (2012). Com relação à postura pedagógica frente as relações professor-aluno-aprendizagem nos apoiamos em estudos de Freire (1996) e Lerner (2010).

## 1 Mas o que é essa tal sexualidade?

A sexualidade me constitui e a você também, ou seja, faz parte de todos nós. Ela está presente em nossa vida, mesmo antes de nascermos, quando nossos pais têm consciência de que estamos a caminho e começam a escolher nosso nome, nosso enxoval, etc. É neste momento que a sexualidade já começou a se constituir.

Para exemplificar, num conceito de sexualidade como a nossa própria vida, podemos compreender que, não é somente o que nós fazemos, mas como nós nos identificamos, interagimos e vamos nos constituindo, por todas as nossas fases de desenvolvimento, recebendo influências sociais e culturais, que podem sofrer alterações.

Saberes que já construímos e incorporamos podem ser desconstruídos e ressignificados, conforme o contexto temporal e as referências da sociedade em que estamos inseridos, pois ela se constitui de modo instável e, por este motivo, passível de transformações, mediada por interações coletivas, não se desvinculando dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais, ao contrário, é uma junção de todas essas dimensões.

Em uma perspectiva emancipatória, Mary Neide Damico Figueiró (2018), define a sexualidade envolvendo todas as expressões do amor, do prazer que dizem respeito a afetividade, ao carinho, ao respeito, a nossa comunicação, as relações de gênero, integrando todas as normas culturais pertinentes à prática sexual, bem como a identidade e a orientação sexual. (p. 69).

### Saiba mais

Assista o vídeo da autora Figueiró, sobre "As diferenças entre sexo e sexualidade", disponibilizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=11eUAGKciuo>.

A sexualidade requer uma compreensão de quem realmente somos, demanda uma constante reflexão para que possamos refletir e assumir que ela nos constitui e que portanto, requer um movimento de abertura em que precisamos nos dispor a nos visitar, nos desconstruir e nos construir novamente, para assim desfrutar de uma vida plena, de bem-estar, conosco e com os outros.

Mas se a sexualidade nos constitui desde nosso nascimento, ocorrendo em um processo de constante transformação e ressignificação, por toda a nossa vida e de todas as pessoas, por que temos dificuldade de falar sobre isso, em especial em sala de aula?

Quais conceitos nortearam essa construção? Conceitos de família, de religião, de senso comum, muitos foram ou podem ter sido os fatores que fizeram parte de nossa formação pessoal.

Em nossos estudos, verificamos que vários autores como Louro (2021), Suplicy (1993), Figueiró (2018), Ribeiro (2017), dentre outros, afirmam que para falar sobre sexualidade, precisamos nos visitar, lembrar, nos conhecer, desconstruir, apesar da insegurança, para nos identificar e perceber quais foram as nossas construções, porquê todos nós tivemos uma educação sexual. Natural, omitida, sofrida, formal ou não formal. Não há como não vivenciar a sexualidade, seja ela como for.

Para vencer as inseguranças, frente a temática que demandam o conhecimento científico, cabe ao professor buscar a capacitação que lhe dê subsídios adequados. Conforme Freire (1996, p. 29), a consciência do inacabamento e a inconclusão são condições históricas dos homens e mulheres e, ao mesmo tempo, um estímulo para sairmos em busca da compreensão do mundo e de nossa posição nele.

Tendo consciência de nossa inconclusão e da necessidade de estarmos em um constante processo de formação pessoal e acadêmica, é que poderemos refletir sobre como aconteceu e tem acontecido a formação de nossa sexualidade, e, diante dessas reflexões, perceber que esse é um assunto que também faz parte do âmbito educacional.

Falar sobre sexualidade é uma forma de oportunizar o diálogo, permitir que as vozes das crianças possam ser ouvidas no território da escola como espaço de seus direitos, como fazedores da história e parte dela. (Freire, 1996, p. 81).

Não permitir ou não mediar uma discussão sobre a temática sexualidade frente às questões trazidas pelas crianças, é uma solução? Não falamos, não há dúvidas, não há necessidades?

Muito pelo contrário, são muitas as inquietações e manifestações que ocorrem na escola e em sala de aula, pois, este é um espaço de vivências, de convivências e de construção de conhecimento. É um lugar em que as crianças permanecem boa parte de suas vidas, passando por transformações físicas e psíquicas. Portanto, as temáticas educação sexual e a sexualidade estão presentes em todo o percurso

educacional das crianças e dos adolescentes, nesse espaço privilegiado que é o ambiente educacional.

Por ser uma discussão necessária, acreditamos que se justifica a importância de falarmos sobre sexualidade por meio da educação sexual no espaço escolar, vez que a mesma promove uma aprendizagem que favorece o desenvolvimento físico, afetivo e intelectual.

Mas, sexualidade é diferente de educação sexual, você sabe a diferença?

Já definimos o que significa o termo sexualidade, na próxima seção, você poderá compreender o que é educação sexual e o que a integra.

## **2 O que é educação sexual**

A educação sexual é um processo de ensino e aprendizagem que integra os aspectos sociais, emocionais, cognitivos e físicos e que dizem respeito a sexualidade, tendo o objetivo de propiciar as habilidades pertinentes ao autoconhecimento, à promoção de autonomia, visando o seu bem-estar e o de outras pessoas. (UNESCO, 2019, p. 16).

Como a sexualidade integra o pleno desenvolvimento da pessoa, em todas as fases da vida, na escola deve ser considerada a discussão dessa temática, para que as dúvidas das crianças possam ser respondidas de forma adequada. Além disso, sendo um espaço composto de diversidade, o ambiente educacional, oportuniza o estreitamento dos laços de confiança entre todos os envolvidos.

A temática sexualidade, está em todos os lugares, e, assim sendo, conforme Carvalho (2012, p. 51) os professores sempre são educadores sexuais, ainda que não se tenha consciência, pois todos nós somos seres sexuados, vivendo em uma sociedade, também sexuada. Ser um educador consciente e emancipatório ou ser um educador repressor, cabe a cada um de nós, tomar a decisão, sem perder de vista que, quando optamos em promover a educação sexual, estaremos, inclusive, possibilitando às crianças que identifiquem situações de risco como por exemplo, as pertinentes ao abuso e à exploração sexual.

Concluindo, justificamos a necessidade de ações pedagógicas afirmativas para a educação sexual intencional e planejada, constituídas e norteadas pelas dimensões sociais, culturais, éticas e políticas, visando garantir aos educandos o acesso ao conhecimento, para uma construção de conhecimento significativa, por meio do diálogo, sendo este movimento, um direito de cidadania. Outros conceitos integram a sexualidade, conforme discutiremos na próxima seção.

### 3 Conceitos que integram a sexualidade

Para uma compreensão mais ampla e contextualizada a respeito das múltiplas dimensões que integram a sexualidade, se faz importante compreendermos quais conceitos a compõem, pois embora sejam interseccionados, são concepções distintas.

Historicamente as manifestações sobre sexo e sexualidade não são conceitos de fácil compreensão, e por estes motivos, são cercados de muitos tabus e de situações repressoras, provavelmente, decorrentes de questões culturais, sociais, políticas e econômicas.

Os conceitos sobre corpo, sexo e sexualidade são distintos, porém, não dissociados da vida humana. Conforme já vimos, a sexualidade se constitui historicamente pela incorporação de fatores culturais e sociais.

Não é possível fixar um momento com início e término para o assentamento da sexualidade, pois ela se constitui de modo instável e, por este motivo, passível de transformações, mediada por interações coletivas, não se desvinculando dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais, ao contrário, é uma junção de todas essas dimensões. Para Figueiró (2001, p. 39), não pode ser concebida como uma parte isolada do corpo, ao contrário é uma construção social do indivíduo.

O sexo está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, que todo ser humano traz desde o nascimento. É no corpo e durante a vida, que ocorrerá a ampliação progressiva do desenvolvimento, bem como a constituição da identidade e subjetividade de cada um.

Gênero é a atribuição ao sexo cultural e social, decorrente de um aprendizado construído socialmente, pois não nascemos sabendo o que, ou quem somos, mas recebemos, conforme nosso sexo biológico, uma denominação de sexo masculino ou feminino.

Do mesmo modo que sexo e sexualidade são conceitos distintos, gênero também se diferencia, porém integra a sexualidade. Embora sejam conceitos interligados, podemos compreender que, gênero diz respeito ao sexo socialmente construído, diferentemente do sexo biológico, ou seja, como a pessoa aprende culturalmente a ser homem ou mulher.

Aprendemos desde muito cedo a nos comportar e agir como meninos ou como meninas, assim, seguimos as orientações de quais são as atitudes socialmente corretas, obedecendo a essa dualidade, numa desigual relação de poder, com maior valorização e dominação do homem em detrimento a subordinação da mulher.

A cultura e o momento histórico nos países diferem da mesma forma para as denominações de gênero masculino, ou feminino, conforme o contexto social. Mulheres dos países nórdicos, por exemplo, apresentam características que, aqui no Brasil, seriam consideradas como masculinas. Assim, em diferentes países e culturas, não é o órgão genital, ou os cromossomos, que definem o que é ser homem ou ser mulher, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente nessa compreensão sexo é biológico e gênero é social. (JESUS, 2012, p. 8).

A identidade de gênero é o que sempre constituiu o indivíduo, porém, muitas vezes não de uma forma consciente, pois o que se estabeleceu no nascimento, conforme a constituição biológica para masculino ou feminino, nem sempre é a verdadeira essência, que condiz com o que a pessoa sente ou se identifica.

Como diversidade sexual podemos compreender a inclusão e o reconhecimento das muitas possibilidades de expressão humana e da sexualidade, nos contextos históricos, sociais e culturais, incluídas nesses aspectos, o gênero, o sexo, a orientação sexual, a classe social, a etnia, a deficiência física, etc.

A heterossexualidade é apenas uma parte das diferentes expressões da sexualidade e que compreendem essa pluralidade, havendo outras possibilidades de manifestação da diversidade sexual e se diz da pessoa que sente atração por outra pessoa do gênero oposto ao seu.

O termo heterossexual, conforme Louro (2021, p. 77), foi criado, no final do século XIX, para atender a uma divisão, cujo objetivo era o de diferenciar e nomear a homossexualidade e o sujeito homossexual. Para caracterizar o termo homossexual, que antes denominava-se como sodomia, ou seja, a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Conforme Carvalho, Andrade e Menezes (2009, p.10) somente a partir de 1990 a Organização Mundial de Saúde – OMS, reconheceu que a homossexualidade não é uma doença ou distúrbio e muito menos uma perversão.

É importante ressaltar que homens e mulheres além de apresentarem corpos biologicamente diferentes, apresentam também capacidades, temperamentos e caráter variáveis e que não podem ser determinados pelo sexo biológico. Além disso,

o sexo e os corpos passam por representações influenciados pelo contexto em que estão inseridos e, portanto, as influências culturais, sociais e históricas também influenciam esses modos de ser masculino ou feminino.

Integra-se a diversidade sexual as comunidades LGBTQI+, conforme a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça - SECIJU (2021) as letras LGB, denominam a orientação sexual, ou seja, como a pessoa se relaciona afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas, as letras TQI+, denomina a identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, e não se restringe ao gênero feminino ou masculino. Na próxima seção, falaremos sobre os documentos oficiais.

## 4 Documentos Oficiais

O último documento oficial e obrigatório que determina quais as habilidades e conhecimentos a serem promovidos na educação, é a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017). Conforme verificamos nos marcos legais, a BNCC teve por embasamento a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, 2014) conforme verificamos nos marcos legais considerados. (BRASIL, 2017, p. 10-11-12).

Apesar de não encontrarmos na BNCC o termo educação sexual, podemos verificar que existe o amparo legal para que a temática possa ser abordada nos espaços formais e não formais, pois os direitos humanos, o reconhecimento da diversidade, bem como, a superação de qualquer forma de violência e de discriminação, estão garantidos, conforme observamos nas competências gerais para a Educação Básica:

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9).

Isto posto, compreendemos que na BNCC não há uma definição de como devemos ensinar, e sim, quais as aprendizagens deveremos promover, para a garantia dos direitos de cidadania de nossos educandos.

Os direitos de cidadania são assegurados, mediante a promoção do aprendizado dialógico, em um constante processo de desenvolvimento, pela mediação dos saberes de todos os envolvidos, considerando os aspectos sociais, físicos e cognitivos, que são possíveis de serem atingidos também por meio da

educação sexual. Na próxima seção, falaremos sobre a importância da formação docente.

## 5 Formação docente

Sabemos que nos cursos de licenciatura, nem sempre há uma formação integral em todas as disciplinas e no caso dos temas transversais, alguns podem ter sido abordados superficialmente, e outros, nem assim.

Paralelamente a isso a escola, enquanto instituição, envolvida com as inúmeras questões e problemas do cotidiano, nem sempre dispõe de espaço para esta discussão ou formação de seus profissionais.

Nesta perspectiva, compreendemos que a formação dos professores para a educação sexual é muito rasa ou inexistente, pois, muitas vezes, falta acesso a informações básicas como anatomia e fisiologia humana.

Sendo a prática do docente um movimento incessante e contínuo que precisa ser alimentada, questionada e principalmente refletida, a conclusão de uma etapa de formação acadêmica é o começo para novas indagações, pesquisas e estudos.

Assim, a formação docente é um ato que também demanda a busca pessoal para a sua profissionalização e melhoria da prática ao ser refletida, portanto, requer uma mobilização, um esforço individual e um posicionamento.

Encontramos relevância na oportunidade de refletir sobre esses entraves, e acreditamos que a melhor maneira de transpor estas barreiras é o professor, sendo este a peça fundamental para tomar a iniciativa para a formação, para a capacitação específica sobre sexualidade.

A formação do professor necessitará de um conhecimento diversificado que possa lhe dar subsídios para que este possa sentir-se seguro no que diz respeito à metodologia, à teoria e à prática. Assim, será capaz de abordar o tema com seus alunos com propriedade, havendo ainda possibilidades de ser um multiplicador deste conhecimento entre seus pares, bem como entre a equipe gestora.

Acreditamos, assim, que o professor é a peça fundamental para a formação continuada e sua construção de conhecimentos, que possa gerar competência e segurança, frente aos questionamentos de nossos educandos, suas dúvidas e anseios sobre diversos conteúdos, inclusive, os pertinentes à sexualidade.

Nessa perspectiva, é importante que o professor conheça a matriz curricular da rede de ensino em que atua, bem como, o Projeto Político Pedagógico – PPP, da unidade escolar da qual faz parte.

Felizmente, o currículo, para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, quanto à temática educação sexual e sexualidade está contemplado nos documentos que regem a educação escolar dos professores envolvidos nessa pesquisa.

Conforme tivemos a oportunidade de verificar, o embasamento teórico, as justificativas e os princípios norteadores para as ações educativas, estão descritos para cada disciplina, no documento curricular da rede municipal de Santo André.

Tendo por conceito que a experiência vivenciada é aquela que sensibiliza, atravessa e, por conseguinte, transforma, justificando-se que o ensino e a aprendizagem, quando intencionais, organizados e compartilhados, “potencialmente, podem promover desenvolvimento intelectual, com competências e habilidades distintas, apoiadas em instrumentos culturais, históricos e sociais”. (SANTO ANDRÉ, 2019, p. 291, v. II).

Corroborando para esse conhecimento, está estabelecido que o componente curricular esteja vinculado ao fato de o conhecimento científico ser, ao mesmo tempo, uma construção gradativa e complexa.

No processo contínuo de aprendizagem proposto na área de Ciências da Natureza, no componente curricular Vida e Evolução, da rede de Santo André, assim está disposto:

Propondo continuidade às noções desenvolvidas na Educação Infantil, ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, esta Unidade Temática também enfatizará estudos acerca do Corpo Humano, o conhecer e o cuidar do próprio corpo, as transformações em cada fase de desenvolvimento e as diferenças entre si e o outro, a fim de agir com responsabilidade em prol da saúde própria e do coletivo, reconhecendo os impactos na sua autoestima. (SANTO ANDRÉ, 2019, p. 294, v. II)

Assim sendo, pretende-se que o currículo de Ciências, constituído dos objetos do conhecimento e das habilidades, venham garantir as aprendizagens essenciais, vistas como como direito dos educandos, em um contexto de continuidade no âmbito escolar.

Esses conhecimentos de si e do outro, pressupõe os direitos de cidadania e reconhecimento da sexualidade e da diversidade, que constitui a sociedade em que que todos nós fazemos parte e que, portanto, dizem respeito à educação sexual.

No currículo do 5º ano, quanto a unidade temática vida e evolução, os objetos do conhecimento são as transformações na puberdade, em consonância com as

habilidades que são identificar as transformações dos sistemas reprodutores feminino e masculino na puberdade. (SANTO ANDRÉ, 2019, p. 302, v. II).

Nesse sentido, na matriz curricular, percebemos a preocupação com a não fragmentação do conhecimento, e a adequação da faixa etária da criança dentro dos ciclos. (IBIDEN, 2019, p. 303).

As transformações até a passagem para a adolescência é um período histórico-sócio-cultural, que inclusive pode começar a acontecer, com as crianças do 4º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Portanto e, neste contexto, estando a sexualidade presente desde o nascimento, está interseccionada no espaço escolar.

Os componentes curriculares de Geografia e História, trazem a abordagem colaborativa, visando proporcionar a compreensão, a interpretação e a análise dos diversos fenômenos naturais e históricos dos quais os seres humanos são os sujeitos.

Nestes componentes, também englobam, noções de temporalidade, espacialidade, diversidade, na perspectiva dos Direitos Humanos e de valorização das diferenças. O objetivo é a expansão das possibilidades de ampliar as capacidades das crianças de entenderem as diferenças sociais e culturais no contexto histórico, territorial e de diferentes paisagens. (SANTO ANDRÉ, 2019, p. 306, v. II).

Sob essa lógica, percebemos que existe a possibilidade de interdisciplinaridade entre as disciplinas inclusive para a abordagem de gênero e da diversidade, contempladas nos conteúdos de Ciências, História e Geografia.

Estando os professores apoiados na legislação vigente, na proposta curricular do município, no PPP e no conhecimento científico, poderão exercer a educação sexual, ampliando, inclusive, sua capacitação profissional, por meio da formação continuada. Associado a isso, os educadores, são excelentes ouvintes, possuindo habilidades que aproximam e estabelecem vínculo com as crianças, e, por estes motivos, se encontra em permanente contato, com os questionamentos e necessidades que são reveladas o tempo todo em sala de aula.

Assim como diante de alguns conteúdos e disciplinas, em que muitas vezes, precisamos estudar, reavaliar e replanejar para melhorar nosso conhecimento e prática didática, o mesmo acontece com a educação sexual, não podendo nos esquecer, que o processo formativo, sempre estará em movimento e, portanto, não é esperado que nós, professores, sejamos especialistas em sexualidade.

O processo formativo pode acontecer na escola, durante as reuniões pedagógicas semanais – RPS, ou nas reuniões pedagógicas mensais – RPM; estas

são excelentes oportunidades para a discussão coletiva, proporcionando que todos os professores envolvidos, exponham, confrontem seus conhecimentos, dificuldades e angústias, mediados pelo diálogo e inserção da temática educação sexual e sexualidade.

Quanto às sugestões para o trabalho com a educação sexual, temos uma vasta literatura da qual podemos fazer uso, como é o caso do guia de orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade da UNESCO (2019), de acesso público, conforme informaremos:



Fonte: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>.

Este é um documento que traz as orientações, os conceitos e os objetivos, por faixa etária, para que o professor possa desenvolver a educação sexual com segurança e competência. Este manual, também foi e continuará sendo, um importante instrumento utilizado em meu projeto de pesquisa, indicado por vários

estudiosos e pesquisadores da área da educação sexual e sexualidade, e que, portanto, recomendo.

Um dos princípios norteadores nesse documento, é que o acesso as informações corretas, é um direito pertinente a todas as pessoas, visando o mais alto nível de saúde, sem jamais, cancelar ou defender qualquer estilo especial de vida, que não seja o bem-estar humano. (UNESCO, 2019, p. 89).

Outra possibilidade de orientação e estudos, que se constitui em um dos marcos históricos para o avanço e reconhecimento da educação sexual no Brasil, foi a regulamentação da LDB (BRASIL, 1966), estabelecendo os PCNs (BRASIL, 1997), delineando as metas de educação para o exercício da cidadania.

Ao estudar os PCNs, podemos observar que, após tantos anos de sua publicação, este documento, continua sendo pertinente, como instrumento de apoio para a construção de projetos e ações educativas capazes de favorecer aos educandos conhecimentos para uma vida consciente mediante o trabalho com a temática educação e sexualidade em sala de aula.

Conforme podemos verificar, “a sexualidade invade a escola, para além dos registros que as crianças e adolescentes deixam estampados nos muros e portas deste espaço”. (BRASIL, 1998, p. 292).

Concluindo, o trabalho didático com a educação sexual, mediante a formação docente, traz possibilidades de abordagem para questões importantes e urgentes, assim, não há como justificar um posicionamento de neutralidade, pois as situações do cotidiano, exigem uma tomada de decisão consciente e emancipatória.

## 6 Como promover a educação sexual no ambiente escolar

É importante considerar que, para iniciar o trabalho de educação sexual, o ideal é que seja de forma intencional e planejada. Nesse caso, é importante delinear por meio de um projeto, com o conteúdo que se pretende desenvolver, estabelecendo por meio dos objetivos, qual aprendizagem se almeja alcançar, sem perder de vista, a faixa etária em que se promoverá a educação sexual.

A aprendizagem almejada, estabelecida nos objetivos, deve considerar as informações mais básicas para as crianças mais novas, sendo progressivamente, mais complexa, para as crianças dos anos finais do Ensino Fundamental (4º e 5º anos).

Mesmo que haja esse delineamento, devido às perguntas e curiosidades das crianças, necessariamente o projeto não precisará ocorrer de modo fechado, pois, as situações do cotidiano, além de serem muito significativas, atendem as necessidades dos educandos e por estes motivos, é importante considerar a flexibilidade.

A maneira mais indicada para a abordagem de qualquer temática, inclusive, a temática educação sexual e sexualidade, é por meio do diálogo e da reflexão para que juntos, professores e alunos possam analisar as informações do cotidiano, acompanhando as transformações que estão continuamente ocorrendo na sociedade, refletindo no comportamento, nos valores e em todas as linguagens. (MELO, 2011, p. 50).

Uma justificativa para a não promoção da educação sexual e sexualidade na escola, é a queixa sobre a falta de livros e materiais específicos sobre a temática. Porém, na medida em que vamos estudando e nos apropriando deste conhecimento, poderemos observar, que todo texto e imagem tem uma intenção formativa, portanto, será o nosso olhar crítico e reflexivo, que poderá extrair toda a mensagem que o autor tem a intenção de expressar, seja ela implícita ou explícita.



Fonte das imagens: A Bela Adormecida: <https://www.historiaparadormir.com.br/a-bela-adormecida/>.

Ariel: [https://aminoapps.com/c/ouatptbr/page/blog/ursula-a-historia-da-bruxa-de-a-pequena-sereia-from-disney/zzMv\\_deFxu7a50XpZdnozeeDV2QqEYakY](https://aminoapps.com/c/ouatptbr/page/blog/ursula-a-historia-da-bruxa-de-a-pequena-sereia-from-disney/zzMv_deFxu7a50XpZdnozeeDV2QqEYakY).

Branca de Neve: <https://exame.com/casual/projeto-quer-recontar-branca-de-neve-com-olhar-feminista/>.

Há um volume significativo de publicação de livros infantis sobre as histórias clássicas, que vão passando de geração em geração. Esses livros são encontrados em todos os espaços e disponibilizados para as crianças na escola e na família. Dos mais elaborados aos mais simples, de qualquer forma, eles trazem o contexto histórico e cultural ao qual pertencem.

Com essa discussão, o que pretendemos esclarecer, é que independente da mensagem explícita no material que temos à nossa disposição para o trabalho pedagógico, o mais importante é fazer a leitura do que está implícito nas entrelinhas.

Assim, todo o material poderá compor o trabalho com a educação sexual e a sexualidade, desde que, saibamos promover uma reflexão crítica, analisando os clássicos sobre as princesas, por exemplo: Branca de Neve, Cinderela, a Bela Adormecida, dentre outros; podemos verificar que há em comum, um pai viúvo, a madrasta ou bruxa, e a personagem da princesa que é maltratada.

Esses fatos são condizentes ao contexto histórico em que foram escritos, em que era comum acontecer, das mulheres morrerem durante o parto ou logo em seguida, devido às precárias condições de saúde e higiene. Em consequência disso,

os pais, viúvos, logo tratavam de refazerem suas vidas, se casando novamente, surgindo assim, as famosas madrastas.

Outro fato comum, é que sempre surge o príncipe, como o “salvador da pátria”, o grande herói da história. Mas, será?

De repente surge esse personagem, desconhecido, que não se sabe de onde vem ou para onde vai, e que se aproxima da bela moça e a beija, isto está correto? Alguém que você nunca viu, se aproxima de seu corpo vulnerável, “morto”, e lhe beija? Foi um beijo consentido? Essa é uma situação em que se pode considerar como um fato normal? E, após esse beijo, não permitido, mas que levou ao desfecho do: “e foram felizes para sempre”, é assim mesmo que acontece na vida real? Você abre os olhos, se apaixona e se casa, sem ao menos conhecer, conviver e estabelecer laços de afetividade, de identificação?

E ainda tem o caso da Ariel, que por amor a um príncipe, se propôs a abrir mão de sua voz, pior ainda, de colocar sua vida em risco, para conquistar uma união e/ou casamento. Essas questões nos fazem refletir em qual modelo de mulher e de direitos se intenciona propor, nesta história que a princípio parece apenas se tratar de mais uma princesa apaixonada. Podemos de fato negociar o nosso direito de voz? Uma união nessas condições poderá garantir a felicidade?

Concordamos que precisamos levar em consideração, que a compreensão sobre os conceitos de criança e infância, passaram por mudanças, assim como a garantia de igualdade de gênero e dos direitos humanos. Do mesmo modo, os valores atribuídos ao casamento, à igualdade de direitos para todos, o papel da mulher e do homem em sociedade, atualmente são outros e continuam em um processo permanente de construção e desconstrução.

Essas são apenas algumas possibilidades de se utilizar os recursos mais comuns, que podemos ter acesso, sem ter que lançar mão de um material, especificamente elaborado para o trabalho com educação sexual e sexualidade, desde que, possamos promover uma leitura minuciosa e crítica, da linguagem explícita e implícita.

Concluindo, não temos a pretensão de esgotar a temática, muito menos, prescrever uma metodologia, mas sim, apresentar algumas sugestões que podem ser

inseridas em um plano ou projeto de educação sexual e sexualidade, conforme demonstraremos a seguir.

## **7 Possibilidades de abordagem sobre a temática educação sexual e sexualidade**

**Tema: As famílias**

**Conteúdo:** Parceria Escola e Família

**Objetivos:**

- Esclarecer os objetivos da educação sexual e sexualidade na escola;
- Apresentar os conteúdos a serem desenvolvidos;
- Justificar a importância da educação sexual e sexualidade na escola;
- Ressaltar quais as contribuições da educação sexual na escola;
- Relacionamentos;
- Envolver os pais no trabalho de educação sexual dos estudantes;

**Justificativa:**

É importante que a família esteja ciente do projeto que será desenvolvido com as crianças, assim como outros projetos que desenvolvemos na escola. Deste modo, estabelecemos uma parceria, aproximando os responsáveis dos objetivos que pretendemos alcançar, visando uma abordagem consciente e saudável do educando quanto à sexualidade, de forma compartilhada.

Será o momento de os professores apresentarem os objetivos, os conteúdos e justificar qual a relevância dessa temática no âmbito educacional, ressaltando a relevância para saúde física, emocional, psicológica e preventiva para a garantia de qualidade de vida da criança durante sua vida.

Vale lembrar, que possibilitar essa compreensão pela família é necessário, pois possibilitará aos professores provocarem uma sensibilização para que possa ocorrer a educação sexual de modo emancipatório.

Esse envolvimento com o projeto de educação sexual e sexualidade com as famílias, poderá ocorrer desde a primeira reunião, sendo reforçada, nas demais que

acontecem no decorrer do ano. Pensar também, em momentos formativos, fora das reuniões previstas no calendário escolar, é uma excelente opção.

Uma outra possibilidade, conforme a UNESCO (2019), que tem se mostrado eficiente e capaz de potencializar a comunicação entre pais/filhos/escola, é a atribuição de atividades para que a criança realize em casa, com a participação de sua família; essas ações poderão fortalecer e aproximar a parceria escola/família/crianças.

Sabemos que muitos pais costumam apresentar dificuldades para conversar com seus filhos sobre sexualidade e ficarão mais tranquilos em saber que nos embasaremos nos conhecimentos científicos, sem invadir ou contrapor os valores morais familiares.

Com essa ação, a família poderá estar interagindo com a temática trabalhada na escola, entendendo e apoiando o projeto de educação sexual, assegurando os resultados a longo prazo, mediante o esforço mútuo. (UNESCO, 2019, p. 92).

Precisamos enfatizar para os responsáveis, que a maior preocupação é a de promover a segurança, a saúde física e emocional visando o bem-estar da criança, e que estes são objetivos comuns a serem alcançados pela escola e pela família. Mediante este apoio, asseguraremos uma relação de cooperação.

Importante salientar que, a escola não contrapõe, substitui ou invade a intimidade das famílias ou dos alunos. De acordo com os PCNs (BRASIL, 1998, p. 67) intenciona ampliar as oportunidades de discussão associados à sexualidade, sob diferentes pontos de vista.

Assim sendo, não se trata de transferir para a escola uma educação por meio da imposição ou pelo poder de influenciar escolhas, muito menos tomar para si a responsabilidade de direcionar os caminhos a serem trilhados pelas crianças, mas sim, contribuir com uma educação dialógica e de respeito a todas as pessoas. Considerar, também, que a educação sexual é uma forma de prevenir a gravidez precoce, as doenças e as situações de abuso ou exploração sexual infantil, visando a saúde e o bem-estar da criança.

A seguir passaremos a discorrer sobre como podemos justificar a importância da educação sexual na escola para a discussão da temática sexualidade.

## **Como justificar para as famílias, a importância e a necessidade da educação sexual no ambiente escolar**

Poderão surgir alguns questionamentos e oposições por parte das famílias, muitas vezes, por falta de compreensão do que se trata a temática educação sexual e sexualidade e, também, por desconhecer os benefícios que são provenientes destas ações pedagógicas.

Norteados pelo guia de orientações da UNESCO (2019) apresentamos, ao final, quais as oposições mais comuns e os argumentos que poderemos utilizar para o envolvimento e parceria com as famílias.

### **Sugestão para abordagem pedagógica com as crianças**

**Tema:** Prevenção contra o abuso e exploração sexual infantil

**Conteúdo:** Autocuidado, prevenção e saúde.

#### **Objetivos:**

- Reconhecer as possíveis situações de abuso e exploração sexual infantil, inclusive, por meio virtual;
- Saber que o abuso e a exploração de crianças são um crime e, portanto, uma violação dos direitos da criança;
- Reconhecer os possíveis adultos que pode ser um desconhecido ou uma pessoa próxima de sua família e convivência;
- Conhecer quais as possibilidades de ação, no caso de uma pessoa tentar abusar sexualmente;
- Identificar os adultos de confiança para relatar os casos de tentativa de abuso ou maus tratos.

#### **Justificativa:**

A melhor maneira de prevenção contra o abuso ou exploração sexual infantil, é o conhecimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, tem como matriz norteadora a Constituição Federal (BRASIL, 1988), contendo vários artigos que tratam da proteção

integral da criança, inclusive, quanto a qualquer tipo de violência sexual, conduta de constrangimento ou exposição do menor. Conforme podemos observar no art. 4, parágrafo III:

Violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda. (BRASIL, 1990, p. 208).

Mesmo com essa garantia prevista em Lei, infelizmente o Brasil é o segundo país no mundo com o maior índice de violência sexual contra a criança, conforme estatística publicada no jornal da agência do Senado. (BRASÍLIA, 2022).

Sendo assim, é uma prioridade e uma urgência, que na escola se desenvolvam ações para a orientação das crianças, para que assim, elas possam se proteger de futuras situações de vulnerabilidade, ou pior que isso, já podem ter sido vítimas.

É de suma importância, que a criança saiba que o abuso sexual praticado é errado e nunca é culpa dela. Devemos informar às crianças quais os mecanismos de denúncia, para os casos de tentativa ou de consumação do abuso e da exploração sexual infantil.

Devido à gravidade e relevância dessa temática, esse deve ser o primeiro assunto a ser tratado na escola, em todas as faixas etárias e durante todo o período letivo.

Essa é a melhor forma de promover uma educação significativa, visando o bem-estar, a saúde e os direitos de nossas crianças, cabendo a nós professores, promover a inserção da educação sexual preventiva.

### **Tema: Diferentes composições familiares.**

#### **Conteúdo:**

- Relacionamentos familiares;
- Cultura, sociedade e direitos humanos.

#### **Objetivos:**

- Proporcionar a interação entre todos;
- Identificar quais os valores são considerados importantes para a criança e sua família;

- Conhecer os princípios de igualdade, dignidade, respeito e tolerância consigo e com os outros;
- Identificar e compreender o que é o preconceito e a discriminação, para uma mudança assertiva de atitudes.

**Justificativa:**

Essa é uma oportunidade para que as crianças possam falar de suas famílias, e, ao mesmo tempo, é uma atividade que elas apreciam muito, além do que, favorece a aproximação da relação professor/aluno. Sabemos que na escola, pode haver várias estruturas familiares, como por exemplo: crianças que vivem com o pai e com a mãe, ou somente com um deles, crianças que tem duas mães, ou dois pais, também pode acontecer de viverem com outros familiares, sem ter convivência com os pais e há ainda as crianças que vivem em abrigo.

**Tema: Gênero****Conteúdo:**

- Valores e atitudes;
- Cultura; sociedade e direitos humanos.

**Objetivos:**

- Refletir sobre questões relacionadas ao gênero;
- Favorecer discussões e reflexões, que favoreçam a valorização da diversidade;
- Promover o respeito e reconhecimento da diversidade da qual fazemos parte.
- Adotar atitudes de respeito individual e coletivo, com respeito, autonomia, responsabilidade e resiliência, visando favorecer a compreensão sobre os direitos humanos, garantidos na legislação brasileira;
- Aplicar a empatia e o respeito à expressão individual como prática diária no cotidiano;
- Identificar e compreender o que é o preconceito e o que é discriminação, para uma mudança assertiva de atitudes.

**Justificativa:**

A reflexão quanto as questões de gênero são necessárias para a eliminação das desigualdades, como por exemplo, os casos de violência contra mulher, nas

diferenças salariais e a intolerância e discriminação da comunidade LGBTQI+. Será na escola e no cotidiano, mediante o diálogo e a reflexão, que será possível promover mudanças de atitudes em muitos aspectos, em especial as de preconceito e discriminação que estão enraizadas em nossa sociedade, favorecendo assim, o respeito às diferenças.

É preciso que as crianças conheçam o que é o preconceito, sendo que, preconceito é uma ideia pré-concebida, sobre uma pessoa, uma cultura, um modo de viver, etc., ou seja, estão frequentemente associadas às questões sociais, raciais, étnicas e sexuais, na maioria das vezes, sem conhecer com propriedade o que fundamenta esse juízo de valor.

O preconceito se revela por meio da discriminação de forma implícita, como por exemplo no olhar ou na fala que revela desprezo e que promove a discriminação e a exclusão; ou de forma mais intensa e explícita, mediante a perseguição e agressão, moral, psicológica ou física.

Embora muitas vezes, exista a associação da violência somente ao uso da força e da agressão física que, neste caso, é a pior delas, pois pode levar inclusive à morte, existem outros tipos de violência, que também são potencialmente nocivas. como por exemplo, a violência de ordem psicológica, proveniente do desrespeito, da desvalorização, da discriminação e da indiferença que não deixa marcas visíveis, mas que pode provocar um desequilíbrio emocional e psicológico irreversível.

No cotidiano, em muitos espaços, inclusive no âmbito educacional, também acontece a normatização de condutas que se repetem, muitas vezes de forma não perceptível, por estar enraizada em nossa sociedade, a concepção sobre os objetos, os brinquedos e as cores terem gênero. Como brincadeira ou brinquedo exclusivamente de menino ou de menina, vale ainda nos questionar: por acaso as cores tem sexo?

As crianças não nascem sabendo distinguir essas coisas, é na família, na escola e na sociedade que estes conceitos são ensinados, reforçados e normatizados. Portanto, cabe uma reflexão de nós, professores, entendermos que precisamos superar esses paradigmas.

Todas as pessoas podem se qualificar para a profissão que deseja empenhar e quando dizemos que os pais são responsáveis por seus filhos, queremos dizer que tanto um, quanto o outro, e melhor seria se fosse todo e qualquer responsável, pode

ser responsável pelos cuidados da criança, da casa ou de serem os provedores do sustento da família.

Portanto, não há problema se um menino quiser brincar de boneca ou de casinha, ou uma menina querer brincar de bola ou de ser engenheira, pois, em nossa sociedade já observamos, há muito tempo, que os adultos desenvolvem essas funções, independente do seu gênero.

É imprescindível também que durante a apresentação de um projeto intencional, se explique, na reunião com os pais, que gênero é diferente de ideologia de gênero e que na escola, nunca promoveremos uma discussão de ideologia de gênero. Por que gênero não diz respeito a mudança de sexo, ou aos tipos de roupas, portanto, não estaremos propondo que as crianças virem lésbicas, gay, travesti ou qualquer outra denominação que se utilize em sociedade.

Conforme já mencionado, na discussão sobre gênero, falaremos que as pessoas têm o direito de falar de seus sentimentos sem que isso seja marginalizado, meninas e meninos, homens e mulheres tem os mesmos direitos, sendo que o respeito é comum a todos.

Para que tenhamos uma sociedade melhor, mais justa, mais igualitária e menos violenta, precisamos promover a educação sexual na escola, visando uma convivência de harmonia e acolhimento, sendo que, as questões de gênero e diversidade, estão integradas à sexualidade humana e, portanto, estão dentro do âmbito educacional. Assim, devemos proporcionar às crianças, a compreensão de que o respeito à diversidade, não significa que todos tenham que ser iguais, com as mesmas concepções e os mesmos valores, até porquê, diversos, felizmente, somos todos nós. Acolher ao outro, aceitando suas diferenças e suas escolhas, não é ser como ele, mas sim, respeitá-lo, sem preconceito e sem discriminação.

### **Tema: Este corpo é meu**

#### **Conteúdo:**

- Sexualidade;
- Anatomia e fisiologia;
- Autocuidado, envolvendo: saúde, higiene e prevenção contra as vulnerabilidades.

**Objetivos:**

- Favorecer momentos de discussão para a reflexão sobre as percepções que os alunos apresentam sobre sexualidade, tendo como suporte a literatura e o universo infantil;
- Propiciar o diálogo permanente e a construção de conhecimentos sobre sexualidade, integrando as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética);
- Ser capaz de nomear os órgãos do corpo humano com base no conhecimento científico, inclusive os órgãos genitais;
- Descrever as funções básicas dos órgãos humanos;
- Desenvolver nos alunos o respeito pelo corpo (o próprio e o do outro);
- Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e do bem-estar;

**Justificativa:**

É essencial que a criança possa compreender que a sexualidade é algo natural e que a constitui, sentindo-se encorajada a fazer e responder perguntas e que, ao mesmo tempo, possa perceber nos questionamentos das outras crianças, as suas próprias dúvidas e inquietações.

Para que possamos proporcionar um ambiente acolhedor, em que a criança possa se sentir encorajada a expor seus sentimentos e angústias, devemos considerar o diálogo, pois o compartilhamento de experiências favorece a construção de conhecimento, sempre em movimento.

A literatura infantil é um dos recursos que pode favorecer esse acolhimento e aproximação, pois, a linguagem utilizada, os personagens e as situações retratadas, favorecem uma aproximação do imaginário com a realidade da criança.

Felizmente, hoje em dia, podemos contar com uma literatura infantil bastante diversificada, dos clássicos aos contemporâneos, com diferentes gêneros textuais, como por exemplo, cordel, contos, fábulas, quadrinhos, etc.

Sabemos que a literatura sempre vem impregnada de uma intencionalidade pedagógica, revelada de modo direto ou indireto. Por isso, é muito importante, estarmos atentos, sobre qual é a mensagem que o autor tem a intenção de transmitir.

Estando o professor munido dessa consciência, poderá proporcionar a adaptação para o objetivo que deseja alcançar, proporcionando a contextualização das diversas linguagens que podem ser exploradas e desenvolvidas.

No âmbito da educação sexual e sexualidade, também há algumas obras específicas que podem ser utilizadas, conforme apresentamos mais adiante, nas sugestões de atividades.

**Tema: De onde eu vim?****Conteúdo:**

- Corpo humano;
- Desenvolvimento humano;
- Reprodução.

**Objetivos:**

- Identificar os conhecimentos prévios sobre o desenvolvimento e a reprodução humana;
- Conhecer a função básica de alguns órgãos do corpo humano, inclusive os genitais.

**Justificativa:**

Para que nós, professores, possamos estar mais confortáveis na promoção desse diálogo, se faz necessário que tenhamos um conhecimento sólido sobre o corpo humano e suas etapas de desenvolvimento, sempre norteados por base científica, visto que é natural que as crianças questionem sobre como os bebês nascem; por isso, é importante que essa temática seja discutida de uma maneira tranquila.

Uma possibilidade de abordagem dessa temática, é considerar quais os saberes que as crianças apresentam sobre o assunto, perguntando por exemplo, se elas já observaram uma mulher grávida. Serão muitas as respostas das crianças, e a partir dessa iniciativa, vamos trazendo outras informações, como por exemplo, que tudo começou com a fecundação de um óvulo com um espermatozoide que se uniram e se fixaram no útero. Dada esta explicação, do processo inicial de fecundação finalizando com o nascimento, faremos a adaptação, conforme a faixa etária, porém, será inevitável, que sejamos verdadeiros para essas explicações, caso contrário, as crianças continuarão questionando e envoltos por muitas dúvidas.

É possível explicar que todas as pessoas, apresentam diferentes formas de expressar os sentimentos por meio do contato físico, mas que as crianças só devem demonstrar e receber afeto por meio do abraço, do beijo e toques que são confortáveis e consentidos. É de extrema importância, frisar que a criança nunca namora, portanto, o toque em seus órgãos genitais não deve ser realizado; que os órgãos genitais só

podem ser tocados pela própria criança, ou por um adulto de sua confiança, para os casos de higiene e tratamento médico, quando for o caso.

Já os adultos, namoram, e que na relação adulta, além dos toques que são permitidos para as crianças, inclui também, o contato físico por meio da relação sexual, sendo que, neste caso, pode acontecer da pessoa do sexo feminino engravidar, esclarecendo que as mudanças que as crianças observam em uma gestante, costuma acontecer em um período de quarenta semanas, e o corpo vai passando por alterações. O bebê (feto), também está em processo de formação e desenvolvimento, até chegar o momento do nascimento.

Vale destacar que conforme o caderno de orientações da UNESCO, na abordagem da temática reprodução humana, poderemos também oportunizar conhecimentos como: relacionamento interpessoal, segurança, prevenção, denúncia e responsabilidade na tomada de decisões em relação ao abuso sexual. (UNESCO, 2019, p. 86).

### **Tema: As mudanças no corpo com o processo de desenvolvimento humano.**

#### **Conteúdo:**

- Puberdade;
- Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva;
- Higiene.

#### **Objetivos:**

- Compreender que na puberdade ocorrem mudanças físicas e emocionais;
- Identificar que a puberdade é parte normal e saudável da adolescência.

#### **Justificativa:**

A passagem para a puberdade é uma fase em que as crianças passam por muitas mudanças físicas e que são invadidos por suas curiosidades.

No caso das meninas, é necessário que elas aprendam que a menstruação faz parte do desenvolvimento no corpo feminino, sendo uma etapa natural, devido aos hormônios na puberdade, incluindo o ciclo menstrual e a ovulação. Portanto, que não se pode ter medo ou receio de perguntar e expor seus sentimentos, bem como, é importante que informem aos adultos de sua confiança, as sensações e sentimentos que está vivenciando. Para que a menina esteja preparada para essa nova etapa, ela

precisa saber que utilizará absorventes higiênicos, tendo conhecimento de como utilizar e descartar estes dispositivos utilizados durante a menstruação.

Esses esclarecimentos poderão ser adquiridos pela criança em um ambiente acolhedor e dialético, mediado pelo conhecimento científico.

No caso dos meninos, é necessário aprender, que o corpo masculino, também passa por transformações devido aos hormônios na puberdade, o que inclui, fabricar e ejetar esperma.

A compreensão de que essa passagem é normal, também é necessária, pois os meninos, costumam ter nessa fase de desenvolvimento, algumas reações físicas, como a polução noturna, que consiste em excitação e ejaculação durante a noite.

Esses conhecimentos poderão favorecer a identificação que tanto o corpo feminino, quanto o corpo masculino, desempenham um papel importante na reprodução, fazendo parte do processo de reprodução para que a gravidez seja iniciada no corpo feminino.

Outra questão importante é que sejam capazes de reconhecer que, independente da faixa etária, as mudanças não ocorrem ao mesmo tempo e da mesma maneira para todos, pois cada pessoa é única, tendo semelhanças e diferenças inclusive no processo de desenvolvimento da puberdade, havendo variações nas constituições físicas de cada pessoa, portanto há diferenças de forma, tamanho e mudanças.

Com as mudanças hormonais na puberdade, a higiene pessoal, exige adotar práticas de higiene e cuidados sanitários mais específicas, como garantia de se manter saudável essa passagem para a vida adulta.

Neste capítulo, trouxemos algumas informações, que esperamos que possam ser úteis para o planejamento quanto ao currículo de educação sexual e sexualidade.

Ao final descrevemos algumas sugestões de atividades e fontes de pesquisa que consideramos ser possível fazer uso, sendo vários os recursos como por exemplo: vídeos; leitura de livros didáticos ou paradidáticos; dramatização; dentre outros.

## 8 Algumas sugestões para ações pedagógicas

Abordagem com as famílias	
Oposições	Argumentos
<b>Assunto restrito ao âmbito familiar.</b>	Devemos ressaltar que, não temos o objetivo de invadir ou contrapor os valores, os princípios éticos ou religiosos da família, muito pelo contrário, o objetivo é possibilitar às crianças, o aprendizado, por meio do embasamento científico. É imprescindível que as famílias e todas as pessoas compreendam que a sexualidade não precisa de um movimento de inserção na escola, porque ela já está dentro deste espaço e em todos os espaços onde estejamos, pois, a sexualidade constitui as crianças, os adultos, enfim, todas as pessoas, que fazem parte da dimensão humana.
<b>Oposições</b>	<b>Argumentos</b>
<b>Iniciação sexual precoce.</b>	São muitos os resultados de pesquisas que revelam que a educação sexual, raramente, ou nunca, estimulam o início precoce à relação sexual. Quando a criança tem a oportunidade de discutir as questões da sexualidade mediante a educação sexual, terá melhores condições de adotar o comportamento sexual mais tarde, com responsabilidade, mediante o conhecimento, adotando medidas de prevenção e segurança, sem perder de vista, os valores e concepções familiares.
<b>Oposições</b>	<b>Argumentos</b>
<b>Quebra da inocência da criança.</b>	Ainda que, na sociedade possa ser recorrente esse imaginário de que a sexualidade é invisível na infância, portanto, constituída de uma pureza incondicional, é inegável que as crianças tenham uma diversidade de sensações, de sentimentos e descobertas e que fazem parte do seu desenvolvimento, desde sempre. Essas sensações vivenciadas pelas crianças, como por exemplo, o contato obtido pelo acolhimento e carinho desde a amamentação, o toque durante a higiene, o afeto dos adultos que fazem parte do seu cotidiano, despertam o prazer corporal, e isto, não está relacionado ao erotismo sexual, mas, mesmo assim, faz parte da sexualidade. O mesmo acontecendo na escola, quando a criança interage, percebendo o seu corpo e de todas as pessoas inseridas também neste espaço. Além disso, o conhecimento cientificamente comprovado proporciona às crianças um aprendizado pertinente a sua faixa etária desde que mediado pelo diálogo, sem julgamento, discriminação ou preconceito. A educação sexual integra, o conhecimento do corpo humano, as transformações vivenciadas durante seu desenvolvimento, que são principalmente as relativas ao início da puberdade, para as crianças dos 4º e 5º anos. No planejamento da educação sexual, também estão previstas as discussões sobre a prevenção das vulnerabilidades quanto à exposição e/ou abuso sexual, em sociedade e nos meios midiáticos. Portanto, a educação sexual e a sexualidade, não promove discussões ou motivações para a quebra da inocência da criança, motivando-a iniciação precoce ao sexo, mas sim, a auxilia a adquirir habilidades de responsabilidade para toda a sua vida.

Oposições	Argumentos
<p><b>As questões religiosas e culturais.</b></p>	<p>Tanto as famílias, o conselho escolar, quanto os líderes religiosos, podem ter acesso ao projeto de educação sexual da escola, podendo inclusive, fazer parte da discussão que envolve o planejamento das ações pedagógicas a serem desenvolvidas com as crianças. Esse engajamento, reforçará a parceria entre escola/família/comunidade, com o objetivo de conhecer e inserir a cultura local.</p> <p>Devido ao reconhecimento de que a cultura e a crença religiosa influencia as práticas sociais, nesse planejamento colaborativo, é imprescindível, relacionar as normas e as práticas que forem identificadas como negativas ou nocivas, para a garantia dos direitos humanos, e que por consequência, promovam o risco ou vulnerabilidade aos quais as crianças possam estar expostas.</p>
Oposições	Argumentos
<p><b>A educação sexual e a sexualidade são assuntos para adolescentes e adultos, não para crianças.</b></p> <p><b>“Na tentativa de enfrentar a sexualização infantil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou luz sobre um tema delicado: a erotização</b></p> 	<p>Em primeiríssimo lugar, precisamos esclarecer que somos defensores do conceito que: “CRIANÇA NÃO NAMORA NUNCA, NEM DE BRINCADEIRA”. E que embora esse seja um consenso entre os educadores, sabemos que muitas vezes, de modo intencional ou não, observamos, informações, imagens e posturas na sociedade e na mídia, que dizem incentivam essa ideia. Essas ações precisam ser identificadas e refletidas, compreendendo, que a educação sexual e a sexualidade é iniciada desde cedo, inclusive com as crianças pequenas, sempre adaptando o conteúdo para a respectiva faixa etária, visando uma mudança de atitudes e posturas que precisam ser revistas, para a promoção de uma consciência crítica e pela garantia dos direitos de proteção à criança, dos quais o adultos são responsáveis em promover. Para tanto, é preciso também informar como as crianças podem agir, em caso de suspeita da pedofilia, do abuso e da exploração sexual, indicando quais as possibilidades para a prevenção e para a denúncia. Isto posto, a educação sexual no ambiente escolar, se dispõe a promover habilidades e o acesso ao conhecimento, com fundamentos para que as crianças possam se conhecer, desenvolvendo um pensamento crítico sobre sua atuação em sociedade, aprendendo a adotar medidas de segurança e cuidados com a saúde para o seu bem estar e das pessoas que com ela convivem.</p> <p>Para tanto, as crianças precisam de um ambiente seguro, onde possam aprender com base no conhecimento científico, como é constituído o corpo humano, e quais os nomes corretos e as funções dos órgãos.</p> <p>O estudo do corpo humano, integra, também, a reprodução humana, pois haverá o questionamento sobre, de como e de onde surgimos.</p> <p>a idade e com a evolução das capacidades da criança.</p> <p>Fonte da imagem e texto:</p> <p><a href="https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/04/17/com-campanha-crianca-nao-namora-cnj-luta-contra-erotizacao-infantil-278810.php">https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/04/17/com-campanha-crianca-nao-namora-cnj-luta-contra-erotizacao-infantil-278810.php</a></p>
Oposições	Argumentos

<p><b>A escola influencia ou direciona as escolhas dos alunos para estilos alternativos de vida.</b></p>	<p>Conforme a UNESCO (2019), os princípios norteadores da educação sexual, são de que todas as pessoas têm direitos legais às informações corretas, prevendo alcançar o mais alto padrão de saúde, sem favorecer ou incentivar julgamentos sobre comportamento sexual, orientação sexual, identidade de gênero ou condição de saúde. Desse modo, a educação sexual adota uma abordagem com base em direitos que também inseri a igualdade de gênero, reconhecendo que todas as pessoas se expressam de formas diferentes em todas as sociedades, inclusive no que diz respeito ao comportamento sexual, à orientação sexual ou à identidade de gênero. Não chancelam e não defendem qualquer estilo de vida em especial, a não ser a promoção aos direitos à saúde e o respeito a todas as pessoas.</p> <p>Respeitar o outro do jeito que ele é, não quer dizer, se igualar a ele, e sim compreender que diversas, são todas as pessoas, cada qual com suas características, de raça, de etnia, de classe social, de religião, de constituição física e de identidade sexual.</p>
--	---

## Reuniões formativas com as famílias

<p><b>Reunião formativa com as famílias</b></p>	<p>Considerar esse momento formativo com as famílias, também como uma oportunidade de partilha de saberes e experiências, sempre mediadas pelo diálogo.</p> <p>Seria interessante, deixar à disposição das famílias, material para que possam realizar suas impressões e dúvidas sobre a temática abordada.</p> <p>Pode ser providenciado uma caixa para que elas depositem suas anotações, esclarecendo que estas anotações poderão ser identificadas, ou se preferirem, pode-se manter o anonimato.</p> <p>O ideal para a devolutiva desses questionamentos, seria que fosse em um outro momento formativo, até porque, pode ser que se extrapole o tempo disponibilizado, para essa primeira reunião formativa.</p> <p>Entregar uma solicitação de autorização, a ser preenchida pelos participantes, para que assim possamos realizar o projeto mediante a aprovação dos responsáveis.</p> <p>Fonte da imagem: <a href="https://pt.dreamstime.com/fotos-de-stock-caixa-das-perguntas-image12716573">https://pt.dreamstime.com/fotos-de-stock-caixa-das-perguntas-image12716573</a></p> <p>Para finalizar, promova a exibição da justificativa da UNESCO para que a Educação sexual e sexualidade seja desenvolvida com as crianças, mediante o trabalho em parceria entre família e escola. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=qtKfDoIDfPs">https://www.youtube.com/watch?v=qtKfDoIDfPs</a></p> <p><b>Ser jovem hoje: educação em sexualidade</b></p> 
---	--

## Sugestões para sala de aula com as crianças

Tema	Sugestão de recursos	Faixa etária
------	----------------------	--------------

<p><b>Prevenção contra o abuso e exploração sexual infantil;</b></p>	<p><b>1-) Livro: Pipo e Fifi. Ensinando Proteção Contra A Violência Sexual Na Infância.</b>          ARCARI, Caroline. Pipo e Fifi. Ensinando proteção contra violência sexual. Ilustrações Isabela Santos. Caqui, 2018.</p>  <p>Essa leitura proporcionará a criança identificar os toques do sim e os toques do não. Também, poderá ser providenciado e comprado separadamente, os dois personagens da história, que são bonecos sexuados com roupinhas individuais.</p> <p>Disponíveis para compra em: <a href="https://www.lojacaqui.com.br/produtos/casal-de-bonecos-pipo-e-fifi/">https://www.lojacaqui.com.br/produtos/casal-de-bonecos-pipo-e-fifi/</a></p> <p>Existe a opção de assistir a contação da história acessando: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=pT4300L7zpU">https://www.youtube.com/watch?v=pT4300L7zpU</a></p> <p>2-) Jogos interativos sobre sexualidade infantil, acesse: <a href="https://wordwall.net/pt/resource/8660006/sexualidade-infantil">https://wordwall.net/pt/resource/8660006/sexualidade-infantil</a></p> <p>3-) - Esclarecer à criança que ela sempre poderá contar com a proteção dos adultos de sua confiança, para relatar situações desconfortáveis e constrangedoras. É importante que professores e crianças, saibam que existe outras possibilidades para relatar e denunciar os possíveis casos de abuso ou exploração sexual, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contato direto com o Disque 100 ou registrar a ocorrência por meio do site <a href="http://www.disque100.gov.br/">http://www.disque100.gov.br/</a> ou por meio de mensagem de email <a href="http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/">http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/</a>.</li> <li>- Denúncias à Polícia Militar disque 190.</li> <li>- Existem também aplicativos como o “Proteja Brasil” (cujas queixas são encaminhadas para a mesma ouvidoria do Disque 100) e o “Direitos Humanos Brasil”, que permite fazer denúncias através de vídeo chamada ou chat com especialistas.</li> </ul> <p>Fonte da imagem:</p>  <p><a href="https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/">https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/</a></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- É possível recorrer a ONGs que se dedicam a combater esse tipo de crime, como a ChildFund Brasil e a Childhood Brasil através dos respectivos sites online: <a href="https://www.childfundbrasil.org.br/">https://www.childfundbrasil.org.br/</a> e <a href="https://www.childhood.org.br/">https://www.childhood.org.br/</a>.</li> </ul>	<p>A partir da educação infantil.</p>
<p><b>Tema</b></p>	<p><b>Sugestão de atividade</b></p>	<p><b>Faixa etária</b></p>
<p><b>Diferentes composições familiares.</b></p>	<p>1-) Iniciar com uma discussão sobre os diferentes tipos de constituições familiares, apresentado diferentes culturas, em especial do povo brasileiro, como por exemplo a cultura indígena.</p>	<p>Todas as faixas etárias.</p>

Na cultura indígena, era comum a compreensão da coletividade, suas cabanas eram divididas com outras famílias, inclusive do próprio chefe da tribo, já que não existiam classes sociais. Acesse a matéria: “A organização social dos índios”. Disponível em:

<https://www.sohistoria.com.br/ef2/indios/p1.php>.

Algumas tribos preferem construir suas aldeias em forma de ferradura; já outras optam pela forma circular; outros, ainda, constroem uma única habitação coletiva. Quanto as formas de organização e distinção das aldeias indígenas de um povo para outro, acesse:

<https://www.sohistoria.com.br/ef2/descobrimto/p>

[3.php](#)



2-) Sugestão de leitura, o Livro da Família, do autor Todd Parr (2003), possibilita abrir uma discussão para que as crianças possam se reconhecer nas diferentes situações apresentadas, reconhecendo a diversidade de composições familiares, que não são necessariamente, um único modelo de família tradicional.

PARR, Todd. O livro da família. Tradução: Millan, Kiki Piazzante. São Paulo. Panda Books, 2003.

Você encontra o livro disponível na forma de PDF acesse: <https://ifan.com.br/wp-content/uploads/2020/04/O-Livro-da-Familia.pdf>

ou em vídeo, acessando:

<https://www.youtube.com/watch?v=YZisyPtDOW>



Fonte da imagem: educaplay.com

**Outras possibilidades:**

Também, pode-se inserir uma apresentação de fotos de diferentes constituições familiares. Considerando a interdisciplinaridade, poderão ser inseridas as disciplinas de Artes; Geografia; História; Matemática e Língua Portuguesa.

	<p>Artes: as representações artísticas que retratam as famílias.</p>  <p>LASAR SEGALL (1891-1957): <i>Morro Vermelho</i>, 1926. Óleo sobre tela, 115 x 95 cm. São Paulo, coleção particular.</p> <p>Fonte da imagem: <a href="https://raphaelfonseca.net/Lasar-Segall-Corpo-presente">https://raphaelfonseca.net/Lasar-Segall-Corpo-presente</a>.</p> <p>Outras sugestões de obras sobre família:</p> <p>1-) Tarsila do Amaral <a href="http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/tarsila-do-amaral/a-familia.php">http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/tarsila-do-amaral/a-familia.php</a>)</p> <p>2-) Lasar Segall: <a href="https://artsandculture.google.com/asset/fam%C3%ADlia-do-pintor-lasar-segall/5wGqGFZh4AkG4Q">https://artsandculture.google.com/asset/fam%C3%ADlia-do-pintor-lasar-segall/5wGqGFZh4AkG4Q</a> <a href="https://artsandculture.google.com/asset/fam%C3%ADlia-lasar-segall/zwHG4KxTaS5gWA">https://artsandculture.google.com/asset/fam%C3%ADlia-lasar-segall/zwHG4KxTaS5gWA</a> <a href="https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2306/familia">https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2306/familia</a></p> <p>3-) Monet Édouard Manet -The Monet Family in Their Garden at Argenteuil. Disponível em: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:%C3%89douard_Manet_--The_Monet_Family_in_Their_Garden_at_Argenteuil.jpg">https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:%C3%89douard_Manet_--The_Monet_Family_in_Their_Garden_at_Argenteuil.jpg</a></p> <p>Geografia: Mapeamento geográfico regional da população; História: Como as famílias vem se constituindo no contexto histórico. Matemática: Mediante o levantamento dessas informações, o tratamento da informação. Língua portuguesa: Registro dos conhecimentos construídos, mediante as habilidades conforme a faixa etária.</p>	
<b>Tema</b>	<b>Sugestão de atividade</b>	<b>Faixa etária</b>
<b>Profissão tem gênero?</b>	<p><b>Objetos e brinquedos;</b></p> <p>1º Momento: Previamente pedir para que as crianças tragam brinquedos e jogos, organizar um espaço com todos esses objetos, vale também o professor (a), inserir outros elementos que julgue necessário. O ideal é que nesta composição, também estejam presentes objetos que façam parte do uso cotidiano das crianças, como por exemplo: pente, escova de dentes, bonecas, carrinhos, roupas, mochilas, brinquedos, etc. A dinâmica consiste em trazer ao olhar do aluno a estética presente naqueles objetos, podendo ser realizados os seguintes questionamentos:</p>	Todas as idades

	<p>— Quais são as cores escolhidas?  — Quais os formatos?  — Que desenhos estão impressos nos objetos?  — Quais são as características de cada objeto?  — Quais são suas funções?  Deixar com que os alunos respondam livremente para dar continuidade à atividade.</p> <p>2º Momento:  Pedir para que as crianças escolham quais objetos teriam para si a partir das suas preferências. Em seguida questionar o porquê daquela escolha e qual o critério utilizado para escolher determinado objeto. As crianças deverão descrever com palavras simples, mas que revelem suas preferências.</p> <p>3º Momento:  Em grupos, de três a quatro alunos, deverão mostrar para os colegas os objetos que escolheram. Durante esta atividade as crianças deverão ser estimuladas a dizerem o que fariam com aqueles objetos e como irão representar os mesmos objetos.</p> <p>4º Momento:  O professor pedirá que os alunos retornem à sua carteira e deverão utilizar do material de arte para representar os objetos escolhidos em um contexto criado por eles. Ao término de suas produções, os trabalhos serão expostos em local de fácil visualização para todos, e seguido de questionamentos, como por exemplo:  — Em que contexto deverão estar ou utilizar os objetos escolhidos? — Como utilizariam aqueles objetos? — Com quem?  Finalizadas as discussões e exposição, a atividade será recolhida e servirá de análise para a próxima intervenção.</p> <p>5º Momento:  Como fechamento, convide as crianças para assistirem ao vídeo: Princess Machine - Propaganda da Goldie Box para futuras engenheiras [Legendado]. Disponível em:  <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Sq4dhYlakJI">https://www.youtube.com/watch?v=Sq4dhYlakJI</a></p> <p>Para finalizar promova uma discussão de quais foram as impressões e conclusões que as crianças tiveram sobre essa sequência de didática.</p>	
<b>Tema</b>	<b>Sugestão de atividade</b>	<b>Faixa etária</b>
Este corpo é meu.	<p>1º momento:  Assistir ao vídeo: Que Corpo É Esse? Episódio 1 - Eu tenho um</p> 	Todas as idades

	<p>corpo. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=9Yxf6yahjMU">https://www.youtube.com/watch?v=9Yxf6yahjMU</a></p> <p>2º momento: Após assistir ao vídeo, abrir a discussão: Vamos conversar? Gostaram do vídeo? O que acharam? Questionamentos possíveis: a-) Como você e sua família nomeiam os órgãos sexuais? b-) Quem pode tocar em nossas partes íntimas? Por que? c-) Você sabe qual o nome científico para as partes íntimas?</p> <p>3º Momento: Apresentar modelos anatômicos e cartazes que representem o corpo humano e os órgãos sexuais. Esclarecer que podemos nomear nossas partes íntimas por apelidos, porém informar e esclarecer qual o nome correto.</p> <p>4º Momento: Dividir a turma em grupos, disponibilizar papéis para representação do corpo de um menino e de uma menina. Após os desenhos serem realizados, fixar em local que todos possam visualizar.</p>	
<b>De onde eu vim?</b>	<p>1º momento: Vamos conversar? De onde viemos? De onde vem os animais, as plantas e os seres humanos? Durante essa discussão, anotar todas as informações, de modo que as crianças possam visualizar todos os relatos, e também para que ocorra, possíveis mediações que se fizerem necessárias.</p> <p>2º momento: Assistir ao vídeo: “De Umbigo a Umbiguinho”. Uma Fábula de Elifas Andreato com músicas de Toquinho. Disponível em:</p>  <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=KGBhc3qp-bl">https://www.youtube.com/watch?v=KGBhc3qp-bl</a></p> <p>3º momento: Após assistir ao vídeo oportunizar momentos de diálogo e reflexão. Questionamentos possíveis: 1-) O vocês acharam das informações iniciais dos pais dos gêmeos? 2-) Por que os irmãos riram? 4-) Ficou alguma dúvida? 5-) Agora, vamos fazer um desenho de uma mamãe grávida. Veja também outras indicações no quadro...</p>	A partir dos 5 anos
<b>Tema</b>	<b>Sugestão de atividade</b>	<b>Faixa etária</b>

<p><b>De onde eu vim?</b></p>	<p>O livro <b>“A Mamãe Botou um Ovo”, de Babette Cole</b>, é uma engraçada história sobre os pais que tomam a decisão de explicar aos filhos, como eles nasceram e foram surpreendidos pelos conhecimentos que já adquiridos pelas crianças.</p> <p>COLE, Babette. Mamãe botou um ovo! Babette Cole; Ilustrações criadas pela autora; tradução Lenice Bueno da Silva. – 7. Ed. – São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>Existe a possibilidade de assistir pelo youtube, acessando:</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=-8Qc9CYDHqE">https://www.youtube.com/watch?v=-8Qc9CYDHqE</a></p>		<p>A partir dos 10 anos</p>
<p><b>Tema</b></p>	<p><b>Sugestão de atividade</b></p>	<p><b>Faixa etária</b></p>	
<p><b>As mudanças no corpo com o processo de desenvolvimento humano.</b></p>	<p>Essa atividade está relacionada com a fase que as crianças das crianças dos 4º e 5º anos, que entrarão ou já estejam vivenciando com a puberdade. Seria interessante, pensar em aulas que poderão ser ministradas com todas as crianças e posteriormente, aulas só com as meninas e outras só com os meninos. O objetivo dessa organização, é deixar as crianças mais à vontade para que possam fazer questionamentos que são muito particulares, tanto para as meninas quanto para os meninos.</p> <p>É previsível que as crianças se sintam envergonhadas a fazerem perguntas durante ou ao final da aula; pode acontecer, também, que outras dúvidas surjam fora do horário da aula.</p> <p>Uma maneira de sanar esses imprevistos, é disponibilizar uma caixa em que as crianças possam ir depositando seus questionamentos. Conforme a decisão do professor, essas questões poderão ter ou não a identificação da criança. O mais importante, é abrir esse canal de comunicação, possibilitando que todas as dúvidas possam ser atendidas. As aulas de educação sexual e sexualidade, poderão ser uma vez por semana, conforme o planejamento, sendo que as devolutivas para suas perguntas, poderão ocorrer no início ou final da aula. Vale destacar, que o envolvimento e os questionamentos, especificamente relativos nessa abordagem da puberdade, costumam ser intensos, portanto, seria interessante, prever o espaço de duas aulas semanais.</p> <p><b>Indicação de vídeo 1: para meninos e meninas, “Mudanças corporais na puberdade”.</b> Acesso: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=YEB1wCPXH E">https://www.youtube.com/watch?v=YEB1wCPXH E</a></p> 	<p>A partir dos 9 anos</p>	

Indicação de vídeo 2 : para os meninos e meninas, “O que realmente acontece quando você atinge a puberdade”?  
Acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=xw0MkTRmTu4>



**Livro específico para as meninas**, sobre as mudanças no corpo, a primeira menstruação) e a higiene pessoal.

Fonte da imagem: <https://www.martinsfontespaulista.com.br/cuidando-de-voce-893590/p>



Sugestão de leitura para as meninas, o livro Cuidando de Você, de uma maneira leve, mas, ao mesmo tempo, muito explicativa, esclarece sobre como acontece o período menstrual e como as meninas podem se cuidar.

Referências:

## 9 Saiba mais

Tema	Indicação
<p><b>Prevenção exploração e abuso sexual</b></p>	<p><b>1-)</b> CANDIDO, Rita. <b>A menina das cores.</b> São Carlos: Editora Scienza, 2021.</p> <p>O Livro proporciona a reflexão sobre os toques que são agradáveis e desagradáveis, esclarecendo como a criança pode demonstrar suas emoções diante destes sentimentos.</p> <p>Você pode baixar o livro gratuitamente clicando em: <a href="https://bit.ly/3hB2zIn">https://bit.ly/3hB2zIn</a>.</p> <p>Disponível também no youtube, acesso: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=56UoZ6Dmt48">https://www.youtube.com/watch?v=56UoZ6Dmt48</a></p> <div data-bbox="571 779 954 1151" data-label="Image"> </div> <p>Fonte da imagem: <a href="http://aaqq.org.br/noticias/livro-conscientiza-a-respeito-do-abuso-sexual/">http://aaqq.org.br/noticias/livro-conscientiza-a-respeito-do-abuso-sexual/</a></p> <p><b>2-)</b> BARROS, Odívia. <b>Segredo segredíssimo.</b> Salvador: Editora Geração Editorial, 2019.</p> <div data-bbox="730 1339 1082 1733" data-label="Image"> </div> <p>Fonte da imagem: <a href="https://ler-livros.com/ler-online-ebook-pdf-segredo-segredissimo-baixar-resumo/">https://ler-livros.com/ler-online-ebook-pdf-segredo-segredissimo-baixar-resumo/</a></p> <p><b>3-)</b> TAUBBMAN, Andrea Viviana. <b>Não me toca, seu boboca.</b> São Paulo: Editora Aletria, 2017.</p>



Fonte da imagem: <http://canalinfantil.com.br/nao-me-toca-seu-boboca/>

4-) SILVA, Alessandra Rocha Santos, SOMA, Sheila Maria Prado, WATARAI, Cristina Fukumori. **O Segredo Da Tartanina**. São Paulo: Editora Universidade da Família, 2011.



Fonte da imagem: <https://www.tartanina.org.br/loja/>

#### 5-) Vídeos:



Série sobre abuso. defenda-se situações Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=0mTpFWuyk6g>

Tema

Indicação



## **10 Algumas considerações:**

Este e-book é o produto final da dissertação de mestrado: “Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: desafios e perspectivas”, que se propôs a investigar e analisar sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, quais as dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por ele no ensino dos conteúdos que tratam da temática sexualidade e educação sexual, de uma escola da rede municipal do Grande ABC Paulista.

Buscamos nesse trabalho trazer algumas sugestões para a abordagem da temática educação sexual e sexualidade. Essas informações tiveram como base as questões e os apontamentos revelados durante a pesquisa de campo com os professores atuantes em uma unidade escolar.

Almejamos que esses estudos possam contribuir para as ações e projetos intencionais sobre a temática. Sabemos que sempre haverá muitas possibilidades e recursos que podem ser utilizados. Esperamos que possamos nos unir, expandir e multiplicar essa construção de conhecimentos tão relevantes para a nossa formação sempre continuada, assim como promover um aprendizado significativo às nossas crianças, já que a sexualidade faz parte da dimensão humana, e, portanto, estamos sempre nos educando.

## 11 Sobre as autoras:



Mestranda em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC (2009) e Artes Visuais pela Universidade Metropolitana de Santos (2018), com Pós-Graduação em Educação Especial: Deficiência Intelectual (2010), e em Educação Infantil (2011), pela Faculdade de Educação São Luís. Atualmente é

professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais na Prefeitura Municipal de Santo André.



Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo, Doutorado em Comunicação Semiótica pela PUC/SP e pós-doutorado em Políticas e Práticas da Educação Básica e Formação de Professores pela Fundação Carlos Chagas. Atua em cursos de graduação e pós-graduação em Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em

Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: base de conhecimento para o ensino, desenvolvimento profissional da docência, aprendizagem profissional da docência, (multi)letramentos e práticas pedagógicas.

Integra a Rede de Estudos sobre Desenvolvimento Profissional

Docente (REPED). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Membro associada do World Education Research Association (Wera). Group: International Research Networks (IRNs). Didactics ? Learning and Teaching.

## Referências:

BRASIL. Agência Senado, Brasília, 2022. **Brasil precisa combater abuso sexual na infância com mais empenho, aponta debate**. Fonte: Agência Senado Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/24/brasil-precisa-combater-abuso-sexual-na-infancia-com-mais-empenho-aponta-debate>. Acesso: 12 set 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 17 nov. 2020.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília: Presidência da República, 1990. 227 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em 30 mar. 2021.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso: 03 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518versaofinal_site.pdf). Acesso em 17 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso: 04 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso: 01 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRITZMAN, D. **Deborah Britzman e a educação sexual: entre a pedagogia queer e a psicanálise**. Florianópolis, Revista de Ciências Humanas, v. 52, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/333706817\\_Deborah\\_Britzman\\_e\\_a\\_educacao\\_sexual\\_entre\\_a\\_pedagogia\\_queer\\_e\\_a\\_psicanalise/fulltext/5d0077e4299bf13a384e8d10/pdf](https://www.researchgate.net/publication/333706817_Deborah_Britzman_e_a_educacao_sexual_entre_a_pedagogia_queer_e_a_psicanalise/fulltext/5d0077e4299bf13a384e8d10/pdf). Acesso em 04 abr. 2022.

CARVALHO, G. M. D. de. **Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico** / Gabriela Maria Dutra de Carvalho et al: design instrucional Carla Peres Souza – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012. 90 p.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista - Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências Marília, Marília, 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. As diferenças entre sexo e sexualidade. YouTube, data da publicação: 13 mar. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11eUAGKciuo>Título do vídeo. Acesso em: 10 jan. 2021.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, P., **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Brasília, 2012. 2ª ed. 42 p. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em 10 dez. 2021.

JORNAL DO COMERCIO. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Com campanha 'criança não namora', CNJ luta contra erotização infantil**. Da editoria de Política, data de publicação: 17 abr. 2017. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/04/17/com-campanha-crianca-nao-namora-cnj-luta-contra-erotizacao-infantil-278810.php>. Acesso: 01 set 2022.

LERNER, D. In: CASTORINHA, J. A. et ali. Piaget – Vygotsky. **Novas contribuições para o debate**. São Paulo: Ática, 2010.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

MELO, S. M. M. de. **Educação e sexualidade**/Sônia Maria Martins de Melo et al; design instrucional Carmen Maria Cipriani Pandini – 2 Ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade. Uma abordagem baseada em evidências**. Brasília: UNESCO, 2019. 148 p. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>. Acesso: 19 jul. 2021.

RIBEIRO, P. R. M. **Entrevista Educação para a Sexualidade**. Revista Diversidade e Educação, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.

ROSEMBERG, F. **Educação Sexual na Escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (53): p. 11-19, 1985.

SANTO ANDRÉ, Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular da Rede Municipal de Santo André**. Santo André, v. II, 2019.

Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça. SECIJU. **Seciju explica o que significa cada letra da sigla LGBTQI+ e alguns outros termos usados na luta por respeito e diversidade**. Agência de Tecnologia da Informação, Tocantins, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/seciju-explica-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqi-e-alguns-outros-termos-usados-na-luta-por-respeito-e-diversidade/6ee2qizfxp7x>. Acesso em 02 fev. 2022.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 20 Ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1993.

Figura de encerramento:



Fonte: <http://fepesp.org.br/noticia/diversidade-de-genero-e-orientacao-sexual-e-assunto-de-escola/>

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo geral investigar e analisar a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental - Anos Iniciais no que se refere às dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por este profissional no ensino dos conteúdos que tratam da temática sexualidade e educação sexual.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho descritivo-analítico, cujo campo de pesquisa foi uma escola municipal situada no grande ABC Paulista.

Ao fazer uma retrospectiva do caminho percorrido, pois o problema de pesquisa teve origem na prática docente, foi possível presenciar a insegurança do grupo de docentes, que ao realizar o planejamento, decidiu pela eliminação de conteúdos pertinentes a educação sexual e sexualidade. Diante desse obstáculo foi formulada a seguinte pergunta: sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, quais as dificuldades, os obstáculos e os desafios enfrentados por ele no ensino dos conteúdos que tratam da temática “sexualidade” e “educação sexual”?

Para responder a essa pergunta e, por conseguinte sustentar a pesquisa, buscamos a fundamentação teórica com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre sexualidade, bem como os conceitos e o processo histórico que a integram, tendo como norteadores autores como Foucault (1999), Louro (2021), Ribeiro (2017), Melo (2011), Carvalho (2012), dentre outros.

Já com relação à pedagogia da sexualidade, as dificuldades para abordagem e a prática pedagógica, trouxemos as autoras Figueiró (2018), Melo (2011), Carvalho (2012) dentre outros. Com relação à postura pedagógica frente as relações professor-aluno-aprendizagem, nos apoiamos nos estudos de Freire (1996) e Lerner (2010).

Sobre as políticas públicas que tratam da educação brasileira, com nossos estudos nos documentos oficiais, constatamos que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), dentre outros direitos, estabelece, de forma democrática, as garantias para a cidadania (p. 109). Embora a temática sexualidade não esteja explícita na Constituição Federal, compreendemos que a educação sexual na escola é uma forma de promover o desenvolvimento pleno dos indivíduos, o que poderia contribuir para a sua cidadania.

Com a análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), percebemos que houve o reconhecimento dos direitos, deveres e necessidades específicas da infância e adolescência.

Tanto com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), quanto com a publicação dos PCNs (1997), constamos avanços no delineamento de metas para o exercício da cidadania, o que contribuiu para que a educação sexual fosse reconhecida como tema transversal na escola.

Vale ressaltar que os PCNs (1998) colocaram em evidência a importância da temática educação sexual no currículo sendo tratada como tema transversal, contudo, provavelmente, como não era um documento obrigatório, não avançamos o suficiente para que o tema fosse institucionalizado no trabalho pedagógico.

No ano de 2012 foi instituída as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, devendo ser seguidas pelos sistemas de ensino para o reconhecimento dos Direitos Humanos, como um dos eixos fundamentais para à educação. O objetivo central deste documento é o desenvolvimento da vida por meio da convivência cotidiana, tendo os direitos humanos como forma de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global.

Essa Resolução teve como norteadores os Direitos Humanos (BRASIL, 2012) internacionalmente reconhecidos, objetivando a igualdade e a defesa da dignidade humana.

Infelizmente, vivenciamos um extremo retrocesso com a implantação do Plano Nacional de Educação – PNE, para os decênios 2014-2024, instituído pela Lei 13.005/2014 que, ao definirem as diretrizes e metas norteadoras da educação brasileira, são retiradas as questões sobre Sexualidade, Gênero e discriminação racial. Esse movimento refletiu na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (2017) fazendo com que as possíveis discussões em torno das temáticas gênero e educação sexual fossem desconsideradas e, portanto, suprimidas.

Verificamos que a BNCC (Brasil, 2017) traz como proposta o estudo das questões inerentes aos seres vivos assim como as habilidades e competências para o desenvolvimento do aluno. Porém, nesta etapa do Ensino Fundamental que abrange do 1º ao 9º ano, o currículo é contemplado apenas no 1º ano com a temática corpo humano e depois sexualidade no 8º ano. Neste sentido, observamos uma lacuna, pois a sexualidade é um processo permanente nas relações sociais e, portanto, a educação sexual deveria ser contemplada em todos os seus ciclos, desde a Educação

Infantil; a inexistência ou fragmentação desse processo de aprendizado impossibilita a progressão desses conhecimentos.

Concordamos com a recomendação e revisão ocorrida em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO que apresenta as Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade, cujo objetivo é o de que, tais orientações sejam incorporadas mundialmente na agenda 2030, visando transformações para se atingir um mundo justo, igualitário, tolerante, aberto e socialmente inclusivo e que inclua, também, a diversidade humana. A Agenda 2030 pressupõe que a educação de qualidade deve se constituir mediante o Desenvolvimento Sustentável, com a boa saúde e o bem-estar, a igualdade de gênero e os direitos humanos, como questões intimamente interligadas (UNESCO, 2019, p. 9).

Diante do contexto histórico mencionado, foi possível constatar que, apesar de todas as dificuldades suscitadas para a compreensão dos temas sexualidade, sexo e gênero, se faz relevante que essa temática seja visualizada no território escolar, como garantia dos direitos humanos. Este conhecimento propõe uma aprendizagem de garantia para uma educação integral e de boa qualidade, por meio de um currículo capaz de promover um impacto positivo na saúde e no bem-estar dos educandos.

Com a intenção de conhecer as pesquisas já produzidas que tratam da temática educação sexual no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, realizamos um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações, Ciências e Tecnologia – IBICT, com os descritores: Educação sexual, Sexualidade, Formação Docente e Ensino Fundamental. Com o levantamento feito, concluímos que poucos trabalhos tratam dessa temática nesse seguimento de ensino.

Com relação à pesquisa de campo, para a coleta de dados foram utilizados questionários e entrevistas, sendo que os mesmos foram aplicados utilizando-se do ambiente virtual.

Nas narrativas das professoras, foi possível constatar que suas concepções acerca da sexualidade e da educação sexual, são atribuídas ao campo da fisiologia. E, mesmo neste caso, algumas participantes se sentem inseguras e, por esse motivo, não inserem o conteúdo nas ações didáticas. No processo investigativo foi possível constatar que todas as participantes consideram importante a temática educação sexual e sexualidade na escola, porém, em sala de aula, nem todas a realizam.

Como estratégias, as participantes que abordam a temática educação sexual e sexualidade, utilizam o livro didático e outros livros paradidáticos. Houve o reconhecimento que iniciar as discussões por meio de rodas de conversa, valorizam a participação e necessidades educacionais dos alunos.

As dificuldades apontadas como mais relevantes foram a interpretação equivocada da família, bem como as questões relacionadas à religião. Outro entrave comum foi quanto a falta de habilidade para as ações didáticas no campo da sexualidade, sendo que esta dificuldade foi atribuída à não formação inicial. Quanto a formação continuada, foi apontado a falta de apoio por parte da equipe diretiva da unidade escolar e o envolvimento da rede de ensino com a temática.

Foram apontadas, ainda, diferentes possibilidades para o desenvolvimento da educação sexual, como por exemplo, convidar profissionais da psicologia, profissionais da saúde e/ou um profissional especializado no assunto, para ministrar palestras aos professores, alunos, educadores e comunidade escolar.

Quanto a um material específico sobre a temática, todas as professoras afirmaram que é possível o uso na prática pedagógica, porém, salientaram que a eficiência deste recurso, dependerá de uma formação prévia sobre tal conteúdo.

Sobre o currículo educação sexual e sexualidade fazer parte do PPP da unidade escolar, verificamos que, na concepção da maioria das participantes, a temática sexualidade está condicionada ao estudo do corpo humano.

Concluindo, durante nossa pesquisa, não tivemos a pretensão de esgotar a discussão sobre as possibilidades de abordagem da educação sexual e sexualidade no Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Esperamos que outros pesquisadores possam também se interessar por essa discussão, ampliando e trazendo novas possibilidades, pois, será por meio da reflexão e da difusão de saberes, que poderemos legitimar a necessidade dessa temática no âmbito escolar.

Retomando Carreira (2013, p. 98), como a sexualidade faz parte do ser humano, ela também está presente no contexto escolar e, assim, enquanto educadores, precisamos nos reconhecer como seres culturais que somos, promovendo o respeito à diversidade, combatendo às violências decorrentes da discriminação e dos preconceitos e, principalmente valorizando o conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; CARREIRA, D. **Informe Brasil – Gênero e Educação/Ação Educativa**; Denise Carreira (coord.); Ecos; Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2011.
- ANDRÉ, M. E. D. A. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Constituição de 22 de setembro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA**. Brasília: Presidência da República, 1990. 227 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 mar. 2021.
- BRASIL. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 103 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 03 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518versaofinal_site.pdf). Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs** - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília: MS, 2003. 24 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_prevencao\\_escolas.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf). Acesso em: 28 fev. 2022.

BRITZMAN, D. Deborah Britzman e a educação sexual: entre a pedagogia queer e a psicanálise. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/333706817\\_Deborah\\_Britzman\\_e\\_a\\_educacao\\_sexual\\_entre\\_a\\_pedagogia\\_queer\\_e\\_a\\_psicanalise/fulltext/5d0077e4299bf13a384e8d10/pdf](https://www.researchgate.net/publication/333706817_Deborah_Britzman_e_a_educacao_sexual_entre_a_pedagogia_queer_e_a_psicanalise/fulltext/5d0077e4299bf13a384e8d10/pdf). Acesso em: 04 abr. 2022.

BURCHARD, C. P. **Concepções de professores de ciências do ensino fundamental sobre trabalhar o tema sexualidade em sala de aula**. 2019. 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2019.

BULZONI, A. M. M. C. **Gestor Escolar**: sua influência na construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação Sexual. 2017. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Araraquara, 2019.

CARVALHO, E. P. de; ANDRADE, F.C. B. de e MENEZES, C. S. de. **Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: por uma prática pedagógica inclusiva. João Pessoa: UFPB, 2009.

CARVALHO, G. M. D. de. **Educação sexual**: interfaces curriculares: caderno pedagógico. Gabriela Maria Dutra de Carvalho et al. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012. 90 p.

FERNANDES, F. **A educação para a sexualidade nos anos iniciais**. 2020. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FERNANDES, L. I.; Ferreira, C. A. O Movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. **Humanidades em diálogo**, p. 194-209, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159234>. Acesso em: 16 maio 2022.

- FERREIRA, G. R. **Educação Sexual no Brasil: Levantamento e análise de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos.** 2020. 255 p. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites.** 2001. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: em busca de mudanças.** Londrina: UEL, 2009.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009. 190 p.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa.** Curitiba: CRV, 2018.
- FLORÊNCIO, P.; MENDES, A. **25 anos da Declaração de Pequim: Os desafios para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder.** Centro de Liderança Pública – CLP, 2020. Disponível em: <https://www.clp.org.br/25-anos-da-declaracao-de-pequim-os-desafios-para-superar-a-sub-representacao-das-mulheres-nos-espacos-de-poder-mlg2/>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURLANI, J. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana: subsídios ao trabalho em Educação Sexual.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos /** Brasília: 2012. 42 p. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- LERNER, D. In: CASTORINHA, J. A. et ali. Piaget – Vygotsky. **Novas contribuições para o debate.** São Paulo: Ática, 2010.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.
- MELO, S. M. M. de. **Educação e sexualidade.** 2 ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MESQUITA, A. S. **Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2018. 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MINALI, J. A. **Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do Ensino Fundamental.** 2020. 102 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2020.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, L. B. de. **Criminalização da homofobia pelo STF. Reflexões para além do debate público.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 24, n. 5980, 15 nov. 2019. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/77774>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MOURA, C. E. **Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do ensino fundamental I.** 2018. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Paraná, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade. Uma abordagem baseada em evidências.** Brasília: UNESCO, 2019. 148 p. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>. Acesso: 19 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.** Cairo. 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%A2ncia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%A2ncia-do>. Acesso: 4 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Declaração e Programa de Ação de Viena. *In* ONU. **Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.** 1993. Portal de Direito Internacional. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1993%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20Ac%C3%A7%C3%A3o%20adoptado%20pela%20Confer%C3%A2ncia%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PATRIOTA, T. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento:** plataforma do Cairo, 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf>. Acesso: 01 jul. 2022.

- RAPATÃO, A. S. C. **Educação sexual, saúde e sexualidade: (re) significando as relações entre pais e filhos.** 2015. 119 P. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.
- RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In* BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (Orgs.). **Sexualidade e infância.** Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005. p.17-32.
- RIBEIRO, P. R. M. (Org.) **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias.** São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2004.
- RIBEIRO, P. R. M. Entrevista Educação para a Sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.
- ROSEMBERG, F. Educação Sexual na Escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo n. 53, p. 11-19, 1985.
- SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular da Rede Municipal de Santo André.** Santo André, 2019a. v. I. Disponível em: <http://santoandre.educaon.com.br/wp-content/uploads/2020/08/OFICIAL-VOLUME-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular da Rede Municipal de Santo André.** Santo André, 2019b. v. II. Disponível em: <http://santoandre.educaon.com.br/wp-content/uploads/2020/08/OFICIAL-VOLUME-2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SANTO ANDRÉ. Secretaria de Educação. **Matrizes de Referência Etapa de Ensino Fundamental - Anos Iniciais 1º. ao 5º. Ano.** Santo André, 2020.
- SANTOS, B. de S. É necessário ser utópico hoje? *In* SANTOS, B. de S. (Org.). **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011 a 2016.** São Paulo: Cortez; 2018. p. 321-343.
- SANTOS, D. B. C. dos; ARAÚJO, D. C. de. **Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias.** Curitiba: SEED/PR, 2009. (Cadernos). Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/sexualidade.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/sexualidade.pdf). Acesso em: 02 fev. 2021.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA - SECIJU. **Seciju explica o que significa cada letra da sigla LGBTQI+ e alguns outros termos usados na luta por respeito e diversidade.** Agência de Tecnologia da Informação, Tocantins, 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/seciju-explica-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqi-e-alguns-outros-termos-usados-na-luta-por-respeito-e-diversidade/6ee2qizfxp7x>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- SEFTON, A. P. **Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade.** 2013, 195 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, É. R. F. de A. **A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo**. 2016. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

SHULMAN, L. S. Knowledge and Teaching Foundations of the New Reform. **Harvard Educational Review**, v. 57, n. 1, p. 1-22, primavera 1987. Tradução de Leda Beck e revisão técnica de Paula Louzano.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

VAILLANT, D.; GARCIA, C. M. **Ensinando a pensar**: as quatro etapas de uma aprendizagem. Curitiba: UTFPR, 2012.

VIEIRA, H. É. dos S. **A construção dos saberes docentes**: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual. 2014. 166 p. Dissertação (Mestrado Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara, 2014.

VIEIRA, M. I. dos S. **Orientação sexual e HPV**: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental. 2015. 99 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In LOURO, G. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. 35-82.

YOUNG, M. A superação da crise em Estudos Curriculares: uma abordagem baseada no conhecimento. In FAVACHO, A. M. P.; PACHECO, J. A.; SALES, S. R. (Org.). **Currículo, conhecimento e avaliação**: divergências e tensões. Curitiba, PR: CRV, 2013. p. 11-27. — Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n.159, p. 18-37 jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143533>>. Acesso em 02 abr. 2021.

ZAN, D., KRAWCZYK, N. Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 607-620, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ZARTH, S. M. **Temas transversais no ensino fundamental**: educação para a saúde e orientação sexual. 2013, 118 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

## Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE-e)

Prezado(a)

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), de acordo com as exigências da Resolução nº. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Antes de você responder às perguntas relacionadas ao estudo, apresentaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para sua leitura e anuência.

Seja bem-vindo(a)!



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE-e)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Educação sexual e sexualidade nos Anos Iniciais do ensino fundamental: desafios e perspectivas”. O objetivo do estudo é: - analisar quais os desafios que o professor (a) enfrenta ao discutir o tema “educação sexual e sexualidade” em sala de aula. Buscando conhecer se há ações e projetos que tratam da temática educação sexual e sexualidade e, como é realizada essa abordagem em sala de aula. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Irene Ferreira da Silva, professora da Rede Municipal de Santo André e discente de mestrado, sob a orientação da Prof. Dra. Maria de Fátima Ramos de Andrade.

Convidamos você para responder a este questionário com duração de aproximadamente 8 minutos, sobre seu perfil/formação profissional e quanto a temática dessa pesquisa. O acesso ao questionário somente ocorrerá depois de você ter dado o seu consentimento para participar neste estudo. Você poderá contribuir para esta pesquisa ao responder às questões. Contudo, você não deve participar contra a sua vontade.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (CEP-USCS)  
Rua Santo Antônio, 50 – 2º andar, São Caetano do Sul (SP), CEP: 09521-160  
Tel: (11) 4239-3282 - email: cep@online.uscs.edu.br

Os dados serão removidos da “nuvem” após o encerramento da coleta de dados e arquivados por 5 anos no computador pessoal da pesquisadora responsável.

A pesquisa envolve risco mínimo de possível desconforto ao responder a alguma(s) pergunta(s) do questionário proposto. Caso isso ocorra, você tem a liberdade para não responder, interromper a pesquisa, fazer pausas, ou cancelar a sua participação a qualquer momento. Em todos esses casos, você não será prejudicado(a), penalizado(a) ou responsabilizado(a) de nenhuma forma. Como benefício, após a conclusão dessa pesquisa, haverá o compartilhamento de um material pedagógico, como sugestão para o trabalho com a temática educação sexual e sexualidade no Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Você não receberá pagamento por ter respondido ao questionário. Os custos diretos e indiretos da pesquisa serão arcados pela pesquisadora responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em Lei poderão ser requeridos pelo(a) participante.

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo, Irene Ferreira da Silva, que poderá ser encontrada pelo e-mail: ireneferreirapro@gmail.com ou pelo telefone: (11) 98182-2950.

Este estudo foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Caetano do Sul (USCS). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, ou se estiver insatisfeito(a) com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), situado na Rua Santo Antônio, 50 - 2º. andar, Bairro Centro, São Caetano do Sul (SP), telefone (11) 4239-3282, e-mail: cep@online.uscs.edu.br.

O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 14h às 16h.

Caso clique no ícone sobre “aceitar participar da pesquisa”, você concorda participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde participar, apenas feche esta página no seu navegador.

Ao aceitar participar desta pesquisa, você terá acesso às perguntas para responder ao questionário do estudo em questão e permitirá que estes dados sejam divulgados para fins científicos ou acadêmicos, sendo mantida em sigilo a sua identidade. Também declara que está ciente dos propósitos e procedimentos do estudo e que teve oportunidade de avaliar as condições informadas sobre a pesquisa para chegar à sua decisão em participar deste estudo.

Você tem o direito a ter acesso aos resultados da pesquisa. Caso queira, basta solicitar através do e-mail: ireneferreirapro@gmail.com.

Você poderá baixar cópia deste Termo de Consentimento ou solicitá-lo em caso de interesse pelo e-mail ireneferreirapro@gmail.com. Recomendamos que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento. Acesse este link: [https://docs.google.com/forms/d/13XrXNGOoGumg4mDabgNf2\\_w0cB8Gtfi1yII6pI2BdiA/edit](https://docs.google.com/forms/d/13XrXNGOoGumg4mDabgNf2_w0cB8Gtfi1yII6pI2BdiA/edit) para o seu download.

Desde já, agradecemos!

Aceita participar desta pesquisa?

(  ) Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE-e) e aceito participar da pesquisa.

(  ) Eu não desejo participar do estudo.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (CEP-USCS)  
Rua Santo Antônio, 50 – 2º andar, São Caetano do Sul (SP), CEP: 09521-160  
Tel: (11) 4239-3282 - email: cep@online.uscs.edu.br

## Apêndice B – Questionário

Prezado (a) Professor (a),

Esse questionário é um instrumento de coleta de dados da pesquisa em andamento, intitulada “Educação Sexual e Sexualidade nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Desafios e Perspectivas. O objetivo será coletar informações sobre seu perfil, formação profissional e práticas pedagógicas com a temática “educação sexual”. Esclareço que sua identificação não constará no trabalho de pesquisa, sendo assegurados o anonimato e privacidade da confidencialidade, a ética e transparência. Desde já agradecemos e contamos com sua colaboração. Contato: [ireneferreira.pro@gmail.com](mailto:ireneferreira.pro@gmail.com). Telefone (11) 98182-2950.

### PERFIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

#### Qual sua idade?

- menos de 20 anos.                       mais de 20 e menos que 30 anos  
 mais que 30 e menos de 40 anos       Mais de 40 e menos que 50 anos  
 mais de 50 anos.                       Não quero responder.

#### Qual é a sua graduação?

- especialização     Mestrado     Doutorado     Não quero responder.

#### Possui Pós-Graduação? Qual ou quais temáticas, referente a pós-graduação?

---

#### Tempo de docência:

- menos de 1 ano.                       de 2 a 5 anos  
 de 6 a 10 anos                       de 11 à 15  
 de 16 a 20 anos.                       mais de 20 anos  
 Não quero responder.

#### Em quais turmas você ministra aulas? \_\_\_\_\_

#### Você já recebeu alguma orientação e/ou capacitação para trabalhar em sala de aula com as questões da sexualidade?

- SIM                       NÃO                       Não quero responder.

**Qual tipo de orientação e/ou capacitação?**

---

---

**Você considera importante trabalhar o tema educação sexual e sexualidade em sala de aula?**

(  ) SIM                      (  ) NÃO                      (  ) Não quero responder.

**Durante os anos de atuação como professor (a), você já presenciou em sala de aula, alguma manifestação de sexualidade? Exemplifique.**

---

---

**Observações, caso você considere necessário:** \_\_\_\_\_

---

---

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Agradeço por sua participação.

Acesso para este documento:

[https://docs.google.com/forms/d/13XrXNGOoGumg4mDabgNf2\\_w0cB8Gtfi1yII6pI2BdiA/edit](https://docs.google.com/forms/d/13XrXNGOoGumg4mDabgNf2_w0cB8Gtfi1yII6pI2BdiA/edit)

## Apêndice C – Roteiro para entrevista

### Formação

- Como ocorreu sua educação a respeito da sexualidade em família e na escola?
- Você considera que as orientações recebidas na família e/ou escola atenderam suas expectativas em sua fase de puberdade e adolescência?
- Você recorreu a outros recursos de informação? (exemplo: outros familiares, amigos, livros).
- Há oferta de formação continuada para a temática educação sexual e sexualidade na (s) rede (s) de ensino em que você atua?
- Em caso positivo, essa formação lhe auxilia em sua abordagem em sala de aula? Como?
- Como você lida com as possíveis manifestações e curiosidades quanto a temática sexualidade?
- Você considera que essas manifestações são normais para a faixa etária?
- No caso de uma criança lhe perguntar sobre sexo, qual a atitude que você costuma adotar?
- Na (s) Unidade (s) Escolar (es) em que você atua, quais as atitudes mais comuns dentre o grupo de professores, diante de questões ligadas a sexualidade?
- Existe alguma orientação por parte da equipe gestora para lidar com a temática educação sexual ou sexualidade? Em caso positivo, qual ou quais você utiliza?

### Currículo

- A temática educação sexual e sexualidade faz parte do currículo da escola?
- Você conhece o currículo a respeito da temática?
- Qual a sua opinião a respeito desse currículo?
- Quais conteúdos são trabalhados por você dentro da temática educação sexual e sexualidade?

### Dificuldades

- Você percebe dificuldades na abordagem do tema educação sexual em sala de aula? Quais?

**Necessidade da educação sexual e sexualidade na escola**

- Você considera importante trabalhar o tema Educação Sexual e Sexualidade em sala de aula?

**Concepção docente sobre a temática**

- Na sua opinião o que significa o termo sexualidade?
- O que você entende por educação sexual?

**Medidas**

- Na sua opinião, o que pode ser feito para que os professores do Ensino Fundamental - Anos Iniciais possam lidar com situações que envolvem as manifestações da sexualidade?
- Como a temática sexualidade poderia ser tratada na educação?
- O que seria uma boa aula sobre educação sexual?
- A elaboração de um material didático específico sobre a temática poderia auxiliar os professores para o trabalho pedagógico com E.S. e sexualidade?
- No caso de haver dificuldades na abordagem da temática sexualidade em sala de aula, quando permeados por este material didático poderiam ser superadas?

## Apêndice D – Autorização de pesquisa da Rede de Ensino



PREFEITURA DE  
SANTO ANDRÉ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

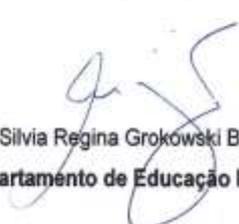
Santo André, 19 de setembro de 2022.

### AUTORIZAÇÃO

Tendo em vista o pedido administrativo para realização de pesquisa acadêmica envolvendo a comunidade escolar desta rede municipal e considerando o interesse da Secretaria Municipal de Educação em fomentar a pesquisa acadêmico-científica com vistas às contribuições sociais oriundas da disseminação do conhecimento bem como da formação e qualificação profissional do cidadão, fica autorizada a realização da pesquisa sob título "**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - DESAFIOS E PERSPECTIVAS**", a ser conduzida por **IRENE FERREIRA DA SILVA**, acompanhada e supervisionada pela técnica desta secretaria, **FERNANDA LOPES CERETTI** do Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a contar de 19/09/2022 por 06 meses.

O requerente deve entrar em contato pelo e-mail [EscolaNicolau@santoandre.sp.gov.br](mailto:EscolaNicolau@santoandre.sp.gov.br) fim de combinar datas e horários para realização das ações elencadas no requerimento protocolado junto a SE.

Sem mais,

  
Silvia Regina Grokowski Baldijão

Diretora do Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Gerência de Administração de Pessoal da Educação  
Secretaria de Educação

Praça IV Centenário, 04 – Prédio da Biblioteca – 2º andar - Centro – Santo André/SP – CEP: 09015-080.  
[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

## **Apêndice E – Carta de esclarecimento a equipe gestora**

Santo André, 19 de setembro de 2022.

Sra. Diretora

Eu, Irene Ferreira da Silva, professora dessa unidade escolar, atualmente matriculada como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional - da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, orientanda da Prof. Dr. Maria de Fátima Ramos de Andrade, venho me apresentar para a realização de minha pesquisa, na EMEIEF Nicolau Moraes Barros.

Manifesto minha intenção de realizar essa pesquisa, buscando conhecer se há ações e projetos que tratam da temática educação sexual e sexualidade e como é realizada essa abordagem em sala de aula.

Nessa perspectiva, intenciono utilizar na coleta de dados, os seguintes instrumentos: questionário e a entrevista.

Para tanto, esclareço que o Conselho de Ética, já concedeu a aprovação, conforme o parecer consubstanciado, do mesmo modo, foi autorizado pelo departamento de educação da rede de ensino de Santo André, estando os dois documentos em anexo.

Para a primeira etapa, após vossa autorização, intenciono enviar a partir de 20 de setembro, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, que também contém um questionário, por meio do Google Formulários.

A segunda etapa será a entrevista individual, que se dará logo após o consentimento dos professores, mediante a devolução do TCLE, estando previsto o início a partir do dia 22 de setembro. Esclareço, que a pesquisa de campo ocorrerá fora do horário de trabalho e de modo não presencial.

Para esses propósitos, solicito sua permissão e colaboração.

Desde já agradeço e coloco-me à disposição, para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias, por meio do meu telefone (11) 98182-2950 e/ou pelo email: ireneferreirapro@gmail.com.

---

Irene Ferreira da Silva  
Responsável pela pesquisa

Concordo com a coleta de dados:

\_\_\_\_\_

Gestora

Local e data: \_\_\_\_\_